

SONHAR E REALIZAR
A CONSTRUÇÃO AUTOGESTIONÁRIA DA
MORADIA POPULAR
NO RIO DE JANEIRO



VANESSA D. FERREIRA

VANESSA DUARTE FERREIRA

**SONHAR E REALIZAR:
A CONSTRUÇÃO AUTOGESTIONÁRIA DA MORADIA
POPULAR NO RIO DE JANEIRO**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Planejamento Urbano e Regional.

Orientador: Prof. Dr. Robert Moses Pechman

Rio de Janeiro, novembro de 2012
VANESSA DUARTE FERREIRA

SONHAR E REALIZAR: A CONSTRUÇÃO AUTOGESTIONÁRIA DA MORADIA POPULAR NO RIO DE JANEIRO

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Planejamento Urbano e Regional.

Orientador: Prof. Dr. Robert Moses Pechman

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Robert Moses Pechman - Orientador
Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional – UFRJ

Profª Drª Luciana da Silva Andrade - Examinadora externa
Programa de Pós-Graduação em Urbanismo - FAU-UFRJ

Profª Drª Luciana Correa do Lago – Examinadora interna
Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional – UFRJ

Profª Drª Marly Bulcão Lassance Britto – Suplente externo
Instituto de Filosofia e Ciências Sociais – UFRJ

Profª Drª Maria Julieta Nunes – Suplente interna
Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional – UFRJ

DEDICATÓRIA

Dedico esta dissertação à minha avó, Maria Alice, primeira portandarte do bloco “Teimosos da Mauá” que deu origem ao hoje bastante conhecido “Escravos da Mauá”. Moradora do Morro da Conceição, sempre descreveu os áureos tempos do “Portugal Pequeno” com imenso saudosismo e brilho nos olhos. Contava histórias divertidíssimas sobre sua vida e de seus vizinhos, que viviam como se suas casas não possuíssem barreiras físicas.

Todos participavam da vida uns dos outros, numa convivência por vezes harmoniosa, por vezes tempestuosa. Mas as divergências não eram problema, traziam até certa graça, segundo ela dizia.

Seus relatos sobre a vida laboriosa de sua família e seus amigos, sempre me encantaram. Aquela gente humilde, para quem nada vinha fácil, trabalhava muito, e também se divertia muito. Blocos de sujo, gafieiras, encontros nas ruas, conversas nas casas dos amigos e a Radio Nacional eram as diversões daqueles personagens.

Mesmo velhinha, minha avó demonstrava um entusiasmo enorme pela vida, pelas pessoas, pela troca. Era dona de uma energia esfuziante, aos 80 dançava madrugada a dentro em festas de aniversário, de casamento ou nos shows em que a levávamos. Fazia amizade com a maior facilidade e falava pelos cotovelos. Sei que toda essa energia que ela possuía, vinha da vida em comunidade que levou. Ela, assim como seus vizinhos, jamais escolheria o isolamento.

Por isso, Dona Alice vem à frente deste trabalho carregando o seu estandarte, defendendo, junto a mim, a grande motivação desta dissertação: a alegria de se viver uma vida comunitária.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente aos meus pais, Ezilda e Valter. A socióloga e o cientista político são os responsáveis pela minha formação nada ortodoxa e completamente informal nas Ciências Sociais. Sem essa educação, o IPPUR jamais teria sido uma escolha.

Agradeço ao meu orientador, Robert Pechman, pelas conversas, pelas ideias e por mostrar que à frente de tudo sempre estarão os afetos.

À Luciana Lago, pela possibilidade de ter conhecido e trabalhado com a autogestão e os grupos organizados oriundos de Shangri-lá.

Agradeço à Luciana Andrade por ter aceitado com tamanha prontidão ao convite para participar da banca de defesa.

Agradeço à Luisa, minha prima, mas na verdade, minha irmã, minha mãe e minha filha. Mesmo longe ela conseguiu colocar o dedo dela nesta dissertação. É um enorme privilégio ter uma pessoa tão sensível e com o dom da entrega que ela tem em minha vida.

Ao meu irmão, que ao seu modo, sempre me incentiva e torce por mim.

Agradeço à Valéria, que enfrenta todas as manhãs o meu peculiar humor e cuida de mim como se eu fosse sua filha. Me cobre com enorme carinho e infinita paciência.

Agradeço aos colegas de minha turma de mestrado, turma bem esquisita mas com a qual aprendi muito e que abalou as minhas convicções mais profundas. Dentro dessa turma, agradeço em especial ao Silvío, eterno coração de menino, amigo que se pode contar. À Geraldiny e sua grande e espalhafatosa presença que por vezes esconde o doce de menina que é. E, claro, à Pitty, que traz, além de suas tiradas geniais, o humor Wildiniano e uma inteligência ímpar, muita alegria à minha vida.

Agradeço às minhas amigas Tati, Carol, Flavinha, Priscila, Bebel, Evelinne e Laurinha. Elas foram essenciais na minha formação como arquiteta.

Jamais esquecerei os tempos de faculdade e tudo o que aprendi com todas elas, que foi além das discussões arquitetônicas. Essas meninas, hoje em dia mulheres, também contribuíram, e de forma muito forte, na formação da pessoa que sou hoje.

Em especial, agradeço aos protagonistas desta dissertação, os mutirantes de Shangri-lá, do Grupo Esperança e do Nova Esperança, Seu Fernando, Dona Luisa, Luciana, Neide e tantos outros e à sua líder, Jurema. Eles representam para mim o **direito de sonhar**.

RESUMO

Este trabalho procura analisar os conflitos presentes no processo autogestionário da construção da moradia popular através de dois estudos de caso situados no bairro de Jacarepaguá no Rio de Janeiro. O primeiro caso, Shangri-lá, surgiu a partir da mobilização de um grupo da favela de mesmo nome em prol da construção de suas casas próprias. Através do trabalho por mutirão, que passou a ser liderado por Jurema Constancio e sem qualquer ajuda do governo, o grupo construiu 29 casas para seus moradores. Após o término da construção do empreendimento, o Grupo Shangri-lá deu origem ao Grupo Esperança, hoje inscrito no Programa *Minha Casa Minha Vida – Entidades* o qual é financiado pelo Governo Federal por intermédio da Caixa Econômica Federal.

Esta dissertação traz, através da trajetória desses dois grupos em busca do sonho da casa própria, a seguinte hipótese: devido à qualidade do processo posto em prática na Zona Oeste do Rio de Janeiro para a construção da moradia popular, seus participantes lutam para que o desejo de possuírem as suas próprias casas como realização individual, possa ser realizado dentro de um novo modo de vida comunitário derivado do sentimento de união que apareceu e foi cultivado entre eles durante a fase de mutirão.

Palavras-chave: Moradia popular. Autogestão. Sonho. Imaginação. Programa Minha Casa Minha Vida-Entidades. Individualismo. Espírito comunitário.

ABSTRACT

This work focuses in analyzing the conflicts present in the self management building process of low income housing through two case studies done in the neighborhood of Jacarepaguá in Rio de Janeiro. The first case study, named Shangri-lá, emerged from the mobilization of a group belonging to the shanty town (favela) of the same name, in favor of their homeownership and the building of their houses. Through collective-organized work (multirão), with the leadership of Jurema Constâncio and without any help from the government, the group built 29 houses in the project. After the accomplishment of the building, the Shangri-la group gave room for the creation of another group called Grupo Esperança (Group of Hope), which today is part of a program financed by the government called Programa Minha Casa, Minha Vida (My House, My life Program). The financing of this program is done through Caixa Econômica Federal, a Federal Government financial institution.

This dissertation intends to bring through the trajectory of these two groups in search of the dream of homeownership, the following hypotheses: due to the quality of the process put into practice in the Zona Oeste (West Side) of Rio de Janeiro in regards to the building of low income housing, its participants are still fighting for the concretion of their homeowners dream as a personal achievement. This one being accomplished in a new sense of community-driven life style, born from the feeling of unity that emerged and was cultivated amongst themselves during the experience of the collective-organized work (multirão).

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 01

Vista aérea da Favela de Shangri-lá na década de 1980
30

FIGURA 02

Barracos da Favela de Shangri-lá na década de 1980
31

FIGURA 03

Shangri-lá após a construção autogerida
36

FIGURA 04

Reunião do Grupo N. E. no Centro Comunitário de Shangri-lá
45

FIGURA 05

Mutirantes trabalhando no canteiro de obras
47

FIGURA 06

“Casa Modelo” - Construída com o seguro do Crédito Solidário
49

FIGURA 07

“O Jardim das Delícias Terrenas” - Hieronymus Bosch, 1504
67

FIGURA 08

“Abaporu” – Tarcila do Amaral, 1928
71

FIGURA 09

“Tyrol” – Franz Marc, 1914
72

FIGURA 10

O Conjunto de Shangri-lá logo após ser entregue em 1990
103

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNDES

BNH

CDH

CDHU

CDRU

CEF

CLT

CNPJ

CNT

CONAM

ConCidades

COTS

CPF

FDS

FGTS

FNHIS

FNM

IAPs/CAPs

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
Banco Nacional da Habitação
Companhia de Desenvolvimento Habitacional
Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano
Concessão de Direito Real de Uso
Caixa Econômica Federal
Consolidação das Leis do Trabalho
Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
Conselho Nacional do Trabalho
Confederação Nacional das Associações de Moradores
Conselho das Cidades
Centro de Orientação técnico Social da Caixa
Cadastro de Pessoa Física
Fundo de Desenvolvimento Social
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social
Fundo Nacional de Moradia Popular
Institutos e Caixas de Aposentadorias e Pensões

IBGE

IPEA

MCIDADES

MCMV

MCMV – E

MTIC

ONG.....

PAC

SEPLAN

SERFHAU

SFH

UNMP

USP

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

Ministério das Cidades

Minha Casa Minha Vida

Minha Casa Minha Vida - Entidades

Ministério do Trabalho Indústria e Comércio

Organização não Governamental

Programa de Aceleração do Crescimento

Secretaria de Planejamento

Serviço Federal de habitação e Urbanismo

Sistema Financeiro de Habitação

Sociedade Nacional dos Movimentos por Moradia

Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO _____

INTRODUÇÃO _____..

- JUREMA E A FORMAÇÃO DOS GRUPOS _____
- O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA – ENTIDADES _____
 - As etapas do processo de autogestão _____
 - 1ª Etapa: Organização de um grupo, elaboração do projeto e obtenção do financiamento _____
 - 2ª Etapa: O Canteiro de Obras _____
 - 3ª Etapa: A Ocupação _____
- VANTAGENS E BARREIRAS MATERIAIS DO PROGRAMA ____
 - Vantagens _____
 - Barreiras _____
- AS FORÇAS DO SONHO _____
 - O DESEJO _____
 - A IMAGINAÇÃO CRIADORA _____
- CARACTERES DA AUTOGESTÃO _____
 - Sobre o processo de autogestão em si _____
 - A possibilidade de conflito na autogestão _____
- O INDIVIDUALISMO E O CANTO DE CADA UM _____
 - Individualismo _____

• Minha casa meu canto _____

• SHANGRI-LÁ E JUREMA, HOJE _____

• O Conjunto Shangri-lá, hoje _____

• JUREMA, hoje: emoção e conquista _____

14

17

29

41

42

43

46

49

50

50

54

60

60

65

76

76

85

90

90

95

103

103

107

CONSIDERAÇÕES FINAIS _____

118

REFERÊNCIAS _____

122

APÊNDICE _____

130

APRESENTAÇÃO

Esta dissertação é um estudo de caso. Não é, porém, de um caso isolado. Ela trata de coisas que fazem parte das inesgotáveis possibilidades da vida em sociedades. Ela diz respeito às relações entre vida comunitária e vida privada, entre valores comunitários e valores individuais, entre o que se diz público e o que se diz privado, entre o que se diz coletivo e o que se diz particular, tratando nesse caso de possibilidades de conflito entre as partes básicas e inseparáveis da cidadania que têm muitas formas de existir e de serem designadas, como quando se fala no confronto entre espírito comunitário e individualismo.

Pode, portanto, ser lida como uma discussão sobre cidadania e o seu exercício num caso especial. É o que obriga a esclarecer de saída como se entende aqui esse conceito, indicando desde já o caráter de suas partes: a social ou coletiva e a individual ou privada. Como é produto da vida coletiva, da criação de instituições representativas da vida coletiva e das leis derivadas dessas instituições, a cidadania está em cada participante da vida coletiva desde que conheça as leis e seja formado de acordo com elas, sendo assim um cidadão, parte de sua realidade junto à sua natureza individual.

O tema escolhido para essa discussão, destacado dentre tantos que por aí acontecem e são do mesmo caráter, é o da construção da casa própria por meio de mutirão, agora financiado pela Caixa Econômica Federal, no Programa *Minha Casa Minha Vida - Entidades*, e levado a efeito por pessoas carentes de algumas das comunidades mais pobres da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro.

Inspirados no esforço comunitário e exemplar do grupo formado por moradores da favela Shangri-lá, que obteve ajuda e construiu um condomínio de casas próprias por meio de mutirão, essas pessoas formaram novos grupos, conseguiram financiamento e estão por construir outras, criando novos conjuntos populares.

Numa trajetória cheia de dificuldades burocráticas e materiais, essas pessoas encontraram e elegeram uma liderança que se tornou a referência principal entre elas por tudo aquilo que obteve em favor do grupo Shangri-lá e por sua experiência, liderança que luta para manter a unidade dos grupos por entendê-la como condição indispensável ao processo chamado de construção autogestionária da moradia popular no Rio de Janeiro: Jurema da Silva Constancio, hoje na liderança do grupo Esperança, cuja história levará ao tema desta dissertação.

No entanto, apesar do objetivo comum e dessa necessidade de união em torno da liderança de Jurema, as pessoas participantes desse processo descobriram problemas entre elas mesmas indicando diferenças radicais na qualidade de seus desejos, de seus sonhos, de suas imagens e de seus projetos, de tal modo que o espírito comunitário do empreendimento e de suas primeiras realizações, hoje exemplo para todo o país, tem por meio deles próprios de encontrar os meios para que o individualismo de muitos dos mutirantes não prevaleça e a vida comunitária seja preservada para ser consolidada como marca principal da qualidade de vida e da manutenção dos conjuntos habitacionais construídos.

Quanto a isso, é importante registrar que nas conversas e nas entrevistas no último contato feito com Jurema e com mutirantes do já construído Conjunto Shangri-lá e do Grupo Esperança, este ainda na fase de trabalho por mutirão,

foram obtidas informações relativas às condições atuais do Shangri-lá. Foram informações sobre fatos que em nada mudam a hipótese motivadora da pesquisa, mas falam de um agravamento das dificuldades de se fazer o espírito comunitário dos grupos prevalecer sobre o individualismo de parte de seus membros depois de instalados nas novas moradias.

Cabe esclarecer que a hipótese motivadora da pesquisa pode ser definida assim: devido à qualidade do processo autogestionário posto em prática para a construção da moradia popular num segmento de população carente da zona oeste da cidade do Rio de Janeiro, seus participantes tendem a imaginar e a lutar para que seus desejos e sonhos de possuírem casa própria como realização individual sejam realizados também num novo modo de vida comunitário derivado do sentimento de união que apareceu e foi cultivado entre eles durante a fase de mutirão.

Sem que seja necessário correção ou reformulação dessa hipótese, deve-se considerar, porém, que esse último contato, feito para verificação do estado atual do objeto da pesquisa, encontrou o individualismo, que desde a construção por mutirão ameaçava a integridade do Grupo Shangri-lá, como realidade bem avançada entre seus moradores, a ponto de estar superando o espírito comunitário e comprometer até a conservação material do conjunto habitacional construído.

Isso significa que o sonho da casa própria realizado às custas do espírito comunitário que possibilitou vencer barreiras materiais está por conhecer limites de realização. Se acontecer assim, os fatos considerados desde as primeiras entrevistas para formular a hipótese deste trabalho terão sido passageiros, pois são próprios do tempo de mutirão e tendem a desaparecer depois da ocupação das casas. É contra isso a luta de Jurema e dos que continuam a acompanhá-la.

INTRODUÇÃO

O tema desta dissertação se insere naquilo que, segundo a arquiteta e urbanista Ermínia Maricato, vem a ser a habitação como problema, como questão social que no Brasil emergiu no final do século XIX com o acentuado crescimento urbano e o fim da mão-de-obra escrava, tempo em que a arquitetura dos poucos palácios e das grandes mansões começou a ter, ainda que um pouco afastados do espaço urbano, o seu mais extremo contraste, para além até dos cortiços: os barracos, assim descritos por Lima Barreto:

O “barracão” é uma espécie arquitetônica muito curiosa e muito especial àquelas paragens da cidade. Não é a nossa conhecida choupana de sapê e de paredes “a sopapos”. É menos e é mais. É menos, porque em geral, é menor, com muito menos acomodações; é mais, porque a cobertura é civilizada; é de zinco ou de telhas. Há duas espécies. Em uma, as paredes são feitas de tábuas; às vezes, verdadeiramente tábuas; em outras, de pedaços de caixões. A espécie, mais aparentada com o nosso “rancho” roceiro, possui as paredes como este: são de taipa. Estes últimos são mais baixos e a vegetação das bordas das ruas e caminhos os dissimula, aos olhos dos transeuntes; mas aqueles têm mais porte e não se envergonham de ser vistos. (BARRETO, 1983, p.135)

Foi um pequeno relato de como nas décadas de 10 e 20, no Rio de Janeiro, as péssimas condições de moradia em que as camadas menos favorecidas se encontravam era o sinal da inexistência de políticas públicas para a questão habitacional, bem como um sinal da descentralização política da época, marca da Constituição de 1891, Constituição dos Estados Unidos do Brasil, então com letra “Z”, a confessar a influência sofrida, embora não esclarecida, de valores individualistas que nada ajudavam em relação à questão da habitação proletária, ou em relação às questões comunitárias em geral.

Pode-se dizer que somente a partir da década seguinte à significativa Revolução de 1930, movimento vitorioso que mudou radicalmente a orientação política dos governos brasileiros, o Estado passou a tratar o problema da habitação como questão primordial para o desenvolvimento da sociedade brasileira e como ponto fundamental para a solução de problemas sociais básicos.

Porém, se foi por esse novo caminho político que a casa própria tornou-se um dos mais importantes temas de políticas públicas, é preciso reconhecer

que, apesar de tudo o que se possa ter feito durante quase duas décadas após aquela transformação, o resultado esteve muito longe de resolver completamente tão extenso problema, destacando-se na avaliação popular até como contínua impossibilidade para muitos.

Nesse ponto, o sucesso de certa marchinha de carnaval, gênero artístico sempre recebido como reconhecimento do que se passa na realidade brasileira, não se absteve de ilustrar com leveza e ironia, caracteres tão peculiares dessa manifestação popular, a vida laboriosa e mal recompensada do “Pedreiro Waldemar”, certamente representando não só os pedreiros, mas toda a população que ainda persistia de fora do excludente quadro da possibilidade de obtenção da casa própria, ou até mesmo da casa alugada.

Você conhece o pedreiro Waldemar?
Não conhece?
Mas eu vou lhe apresentar
De madrugada toma o trem da Circular
Faz tanta casa e não tem casa pra morar

Leva marmita embrulhada no jornal
Se tem almoço, nem sempre tem jantar
O Waldemar que é mestre no ofício
Constrói um edifício
E depois não pode entrar” (BATISTA; MARTINS, 2011)

Deve ser assinalado que a marchinha de Wilson Batista e Roberto Martins é de 1949, quatro anos após o fim do Estado Novo, regime governado por Getúlio Vargas, que concedeu aos obreiros do Brasil uma legislação com direitos e deveres trabalhistas, regime durante o qual um novo olhar sobre a pobreza urbana surgiu e que, embora deixando a questão em aberto, merece destaque como própria do tempo das primeiras políticas públicas de grande porte para resolvê-las.

A preocupação com os pobres que moravam em cortiços insalubres e a formação de favelas passara a ser com o Estado Novo uma das questões centrais daquele governo, pois “o pobre transformara-se no trabalhador da nação” (NASCIMENTO, 2008, p.21). Eles deixaram de ser a “ralé” da sociedade e passaram a ser vistos como o grande contingente populacional fornecedor da força de trabalho que contribuía para a construção e o desenvolvimento da nação. O processo de incorporação do proletariado aos benefícios decorrentes do desenvolvimento da sociedade começara.

Com sua carteira de trabalho nas mãos, o homem pertencente às camadas populares era, agora, além de trabalhador, cidadão. Era alguém com direito às leis, em rigor à Consolidação das Leis do Trabalho, CLT, e à participação política dentro das regras estabelecidas, ainda que muito restritas então. Não era, porém, fato isolado. Era parte de um conjunto de medidas de proteção social que iam além da CLT e da Justiça do Trabalho, como a Previdência Social, a instituição do salário mínimo, a criação de sindicatos de categorias profissionais e os diversos cursos de formação profissional e aperfeiçoamento dos trabalhadores brasileiros. Por isso, Getúlio Vargas, que governou entre os anos de 1930 e 1945, ficou conhecido como “o pai dos pobres”. A essência do seu populismo consistia em reconhecer a questão social, porém, dando a ela um tratamento paternalista e simbólico, que tomava o lugar de alguma possível auto-organização dos trabalhadores, Maricato (1997).

Em relação a questões de política habitacional, deve-se assinalar que foi em 1937, por meio da Carteira Hipotecária da Caixa Econômica Federal, que se decidiu fazer aplicações de fundos para seus associados pois as autoridades constataram que além da precariedade em que viviam, os operários não eram proprietários de suas casas. Não eram também proprietários dos terrenos em que haviam construído suas precárias habitações. Foi naquela ocasião que, na qualidade de diretor daquela Carteira Hipotecária, constatando a ausência da propriedade particular por parte das massas trabalhadoras, Paul Chanson disse e é preciso registrar: “Ter-se-á então satisfeito o regimento moral e material do operariado no dia em que os trabalhadores fruirem efetivamente um mínimo de propriedade privada” (CHANSON, 1937 apud PORTO, 1938)

Sobre aquele tempo, é preciso não esquecer que havia grande compatibilidade de ideais e valores de proteção social entre o Estado Novo e a Igreja Católica. Sendo assim, durante a gestão de Vargas, a Igreja Católica foi agente fundamental para a formação do “novo trabalhador”, pois pelo menos 92% da população brasileira naquela época era constituída por católicos. Dentro dos preceitos cristãos, a família era a célula base da sociedade e era dentro dela que o cidadão recebia a sua primeira educação, dada pelos pais. Diante disso, a casa tinha de ser considerada o espaço da família, o espaço da

autoridade primária na formação do ser social. Era válida a avaliação de que “A casa operária gestará o *novo homem*”, (CHANSON, 1937 apud PORTO, 1938), presente num discurso pouco anterior ao Estado Novo e que não perderia com ele a sua validade. “O homem só é homem pelo lar. A oficina é um meio, o fim é a família. Ganha-se a vida conduzindo uma máquina, mas vive-se em casa, no meio dos seus, educando os filhos”. (LAMINARD, 1937 apud PORTO, 1938).

Dentro da ideologia das políticas públicas que foram formuladas pelo governo estadonovista, a moradia era colocada como fator de “saúde moral”.

O indivíduo, para se manter com boa saúde deve satisfazer um certo número de necessidades elementares; alimentação, vestimenta, moradia. Mas a satisfação dessa última necessidade é, demais, um fator fundamental de saúde moral. A moradia cria em grande parte a atmosfera de toda vida de família, ela é ou deverá ser o local onde vive a mulher, onde se educam os filhos. Moradias anti-higiênicas ou superlotadas têm, para a sociedade, consequências que não se podem medir e que repercutem de geração em geração (PORTO, 1938, p.439).

Foi também o tempo em que pela primeira vez se reconheceu oficialmente (com a ajuda das lideranças industriais), e foi aceito, que a iniciativa privada não tinha condições de resolver o problema da moradia e que o Estado tinha a responsabilidade de fazê-lo, Maricato (1997) ainda que os meios fossem consideravelmente dispendiosos. Foi a esse respeito que, ainda em 1937, o engenheiro-arquiteto Rubens Porto, enquanto chefe da Secretaria de Engenharia do Conselho Nacional do Trabalho, escreveu sobre os Institutos e Caixas de Pensões e seus problemas, apresentando sugestões para a melhoria das políticas públicas destinadas às casas operárias. Sua tese foi apresentada na 2ª Semana de Ação Social no Rio de Janeiro, evento idealizado e financiado pela Igreja Católica para a discussão e implementação de políticas de acordo com os preceitos da justiça social. “Presentemente estuda a Caixa Econômica Federal a aplicação inteligente dos seus recursos em construção de vilas operárias conforme interessante projeto do diretor da sua Carteira Hipotecária”. (PORTO, 1938, p.427)

Rubens Porto foi também presidente do Secretariado Econômico-Social da Igreja Católica (AC), entre os anos de 1935 e 1938. Para Porto, a falta de uma moradia digna era fator que contribuía para a violência das cidades, o que afetava inclusive a segurança das classes dominantes, além de trazerem ameaças à saúde pública devido à insalubridade na qual muitos trabalhadores viviam em cortiços ou favelas que podiam contaminar a cidade com doenças infecto-contagiosas e epidemias.

A partir dessa avaliação, a prescrição de uma política habitacional veio a ser chave para a adoção e a afirmação daquele novo regime. A habitação devia ser financiada pelo governo – em rigor, por todos os governos que viessem - e devia ter um caráter educativo. Os cidadãos passariam por formação forjada pelo governo, orientação a respeito de como a casa e o seu entorno deviam ser utilizados.

Os empréstimos para construções trazem grande benefício ao indivíduo, à família, ao Estado e à sociedade. Dar casas ao povo é dar lares às famílias. Dar conforto ao povo é economizar verbas para hospitais e para policiamento. Multiplicar lares é multiplicar a energia moral e econômica das nações. O cidadão que possui um lar tem mais estabilidade. Uma sociedade de muitos lares é uma sociedade mais organizada e menos empírica. Dar lares às famílias é favorecer o amor à propriedade familiar, ao patrimônio tradicional. É distribuir a propriedade. É fazer justiça social. (PORTO, 1937, p. 456)

Outra medida do governo para a valorização e a facilitação da aquisição da casa própria pelos operários, foi a aprovação, em 1942, da lei de congelamento dos aluguéis, o que desestimulou empresários a adquirirem moradias como fontes ou complementos de renda.

Porém, “um verdadeiro ardil” (MARICATO, 1997, p. 36) foi o que significou o desestímulo à moradia de aluguel e sua substituição pela exaltação às virtudes da casa própria, que, entretanto, não era oferecida nem pelo estado nem pela iniciativa privada.

Mesmo com o apoio do governo estadonovista e a equipe de Rubens Porto empenhando seus esforços exclusivamente na questão habitacional do Brasil, o número de moradias construídas pelo governo até 1945 não foi suficiente

para se ver contida a expansão das favelas, mesmo com a *Fundação da Casa Popular*. Por isso o sucesso da marchinha de carnaval de 1949 mostrou que o problema da habitação estava na consciência popular e persistia como algo a ser resolvido.

O fato é que muitos operários não conseguiram ser contemplados pelos programas de financiamento do governo para a aquisição da casa própria e a ocupação irregular nas periferias bem como as ocupações ilegais de terra para a autoconstrução de casas tornaram-se as opções mais importantes para a provisão de moradia dos migrantes da cidade (MARICATO, 1997). Tudo isso foi facilitado pela substituição dos trens pelos ônibus, que chegavam a lugares muito mais afastados do centro da cidade que aqueles que as estações férreas serviam. Assim, muitas terras sem qualquer grau de urbanização foram compradas, pois, embora distantes, eram baratas e os ônibus já haviam chegado perto de onde elas estavam. Os operários podiam então se locomover através dos transportes públicos até seus locais de trabalho. Mas esse foi um processo de iniciativa popular que, em busca de solução, trouxe constante expansão de problemas em todo o país.

Como agravante, considere-se o crescimento populacional do Brasil e a grande mudança nas relações entre as suas populações urbana e rural desde 1940. Haja vista os dados dos censos do IBGE, em 1940, numa população de 41.169.321 habitantes, 12.877.647 (31,27%) viviam em zonas urbanas e 28.291.674 (68,72%) em zonas rurais ao passo que, no ano 2000, numa população de 169.799.170 habitantes, 137.953.959 (81,24%) viviam em zonas urbanas e 31.845.211 (18,75%) em zonas rurais.

Trata-se portanto de crescimento de cerca de 312% da população em 60 anos, ou cerca de 363% em 70 anos, se considerarmos a população de 190.732.694 habitantes apurada em 2010. Por isso, ainda que a taxa média geométrica de crescimento anual esteja em declínio nas últimas décadas, de 2,99% ao ano (1950-1960) a 1,64% ao ano (1990-2000); e abaixo desta de 2000 a 2010, não é possível supor outra realidade que não a de uma luta desigual ao longo de todo esse período, luta contra uma realidade habitacional deficitária e que mais difícil deverá se mostrar se esses dados da população

bruta forem confrontados com os dados de crescimento da população de baixa renda e de poucos recursos para aquisição ou construção de casa própria.

Os esforços para enfrentar essa desvantagem foram de várias ordens e estão muito bem indicados e avaliados no livro “Habitação Social nas Metrópoles Brasileiras” coordenado por Adauto Lúcio Cardoso. Se bem que concentrado na avaliação das políticas habitacionais de um número limitado das capitais dos estados brasileiros, traz em seus vários artigos tudo aquilo a que se recorre para cumprir os objetivos dessa específica política pública (CARDOSO, 2007), incluindo-se formas de democratização como o Programa de Autogestão em Belo Horizonte. Em rigor, trata-se de um livro indicativo do quanto ao longo das décadas de 60, 70 e 80, apesar de todos os esforços e da criação do BNH, do SFH e da SERFHAU, o déficit habitacional continuou.

Mas não é proposta desta dissertação reunir os dados dessa publicação para comentá-los ou lhes dar outra forma de apresentação. Seria de certa forma repetir o que já está exhaustivamente demonstrado e que de tão conhecido nem precisa ser provado. A proposta desta dissertação é, reconhecendo a participação popular na questão habitacional, organizada ou não, na luta pela moradia - como se sabe pela própria formação das favelas, exemplos de iniciativa privada das populações carentes - estudar o caso dos grupos Shangri-lá e Esperança no Programa Minha Casa Minha Vida – Entidades e as manifestações de conflito entre vida comunitária e vida individual ou, de outro modo, espírito comunitário e individualismo.

Esta dissertação visa dar prioridade ao confronto entre sonho e realidade dos mutirantes por terem eles a oportunidade rigorosamente nova de construir casas próprias por meio de iniciativa comunitária com financiamento de agências governamentais. Não repetem, pois, a experiência das favelas onde cada um chegou por si e de onde todos partiram para esse esforço coletivo. A experiência é nova e ainda está por ser muito mais explorada e desenvolvida.

Da realidade sempre inesgotável e mais ainda dos sonhos é preciso dizer que aqui só será tratado aquilo que disser respeito ao desejo e à imaginação criadora dos mutirantes dos grupos Shangri-lá e Esperança tendo em vista a preservação e o desenvolvimento da vida comunitária por meio da qual casas

já foram construídas, outras estão sendo e indicam a possibilidade de novas formas de vida coletiva aparecerem e se consolidarem nas populações carentes.

A respeito desse imaginário é preciso dizer que não repete formas anteriores de representação popular da casa própria, como veremos em versos da música popular brasileira tomados aqui para exemplo. Trata-se de imaginário descoberto em entrevistas de mutirantes que demonstra o quanto na população carente o sonho da casa própria pode ultrapassar o desejo meramente utilitário e se encontrar no desejo de criação de novas formas de vida individual e comunitária que vai além das necessidades materiais.

Por isso nossos indicadores serão os pareceres e os projetos dos mutirantes do Grupo Shangri-lá e do Grupo Esperança encontrados nas entrevistas relacionadas como documento em anexo ao final da dissertação. Não serão entrevistas reproduzidas na íntegra e analisadas, dada a grande quantidade, e sim em falas estratégicas selecionadas como representantes dos desejos, da imaginação e dos sonhos que ultrapassam a mera realidade técnica de execução do programa *Minha Casa Minha Vida – Entidades* e o mero desfrutar da habitação adquirida.

Essas falas estratégicas indicarão como se compõem na realização do sonho da casa própria uma série de pontos que não são considerados no financiamento por parte da Caixa Econômica Federal, mas que dizem respeito à realidade dos mutirantes, principalmente em relação ao futuro. São eles, enfim, pontos que podem ser relacionados por serem indicados como preferenciais sem serem, certamente, inesgotáveis: sentimento de viver integrado em comunidade, manutenção de vínculo com antigos vizinhos, continuidade da história pessoal no bairro, possibilidade de pequenos programas de educação e saúde, expectativa de terem parte de suas vidas sob regras comunitárias próprias e o valor sentimental de um bem adquirido com esforço individual em comunidade, esforço não isolado. Todos eles, porém, indicadores de que o sonho da casa própria, pelo menos nesses casos, não terminou nem terminará com a simples construção das casas. A luta pela

qualidade de vida não tem fim, nem há medida ou definição exata do que possa ser considerado qualidade.

Como bem indicado por Rubens Porto, a construção da casa própria e a sua aquisição, tratando-se de objeto de política pública, é parte integrante de política educacional e de política de saúde. Nada estranho, portanto, no fato de os mutirantes do grupo Shangri-lá e do grupo Esperança reconhecerem isso e tomarem em suas mãos a continuação desses objetivos por eles mesmos depois de terminarem seus vínculos com os agentes do governo necessários para a construção das casas.

Assim, para maior esclarecimento em relação aos objetivos desta dissertação, deve-se considerar a frase da mutirante Luzia, do Grupo Esperança: “Eu gostaria muito de poder fazer disso aqui realmente um condomínio de luxo, mas não de luxo de riqueza, mas de luxo de valores.” (Luzia Nogueira de Araujo, 20.08.2011)

São declarações desse tipo, colhidas em bom número nas entrevistas, que indicam a intenção de ao final da construção das casas por meio de mutirão poderem eles, os mutirantes, dizer como Alberto Caeiro, heterônimo de Fernando Pessoa:

O Tejo é mais belo que o rio que corre
pela minha aldeia,
Mas o Tejo não é mais belo que o rio que
corre pela minha aldeia
Porque o Tejo não é o rio que corre pela
minha aldeia (PESSOA, 1971).

São palavras, nas frases dos mutirantes e nesses versos, indicativas de vida e sentimento para além da materialidade da moradia e do seu entorno. Todas elas muito bem representadas na história daquela que veio a ser a maior liderança no processo de construção da casa própria por autogestão no Rio de Janeiro e a quem esta dissertação dará um tratamento especial dada a relevância da sua atuação no processo de construção autogestionária da moradia popular no Rio de Janeiro: Jurema da Silva Constancio.

É na história de Jurema que o sonho da casa própria vira realidade para ela e para aqueles que a escolheram como líder e seguiram a sua liderança. São eles os mutirantes que preservam os ideais de vida comunitária da fase do

mutirão da construção e que, apesar de tudo o que se obteve, até mesmo as casas, continuam na luta porque para eles o sonho da casa própria ainda não acabou. Ainda há desejos e sonhos em relação ao que se construiu e em relação ao que se pode realizar.

Para cumprir os objetivos do título desta dissertação, o primeiro capítulo, mostrará a história recente de Jurema, sua participação nesse processo e a formação dos grupos. Mesmo depois de liderar o grupo Shangri-lá e conseguir a sua casa própria, Jurema prossegue na luta motivada por ideais comunitários e obtendo vitórias que repercutem pelo país. Sua história cruza com o programa Minha Casa Minha Vida – Entidades e será utilizada aqui como apresentação do caso em estudo e fio condutor do tema, uma vez que é em torno de sua liderança que os mutirantes dos grupos Shangri-lá e Esperança se concentram e vivem os problemas relativos à vida comunitária em confronto com o individualismo.

No segundo capítulo, trataremos do programa Minha Casa Minha Vida – Entidades que se tornou a principal referência para a formação dos grupos de mutirantes e para as relações entre sonhar e realizar em cada um deles de modo isolado e entre eles próprios no esforço comunitário. Para completar, esse capítulo tratará das vantagens e das barreiras materiais desse programa.

No terceiro capítulo, com base em textos e conferências do professor José Américo Motta Pessanha, falaremos das forças do sonho em geral e dos desejos - desejo-apetite e desejo-aspiração - bem como de imaginação criadora para indicar nossa orientação de caráter filosófico no tratamento do objeto desta dissertação.

No quarto capítulo, trataremos o tema autogestão pondo em confronto essa ideia e as suas práticas com definições de alguns autores a respeito do caráter das ações coletivas, examinaremos as possibilidades de conflito no caso da construção autogestionária que estudamos.

No quinto capítulo, a partir de uma definição básica de individualismo, faremos considerações a respeito desse tema com pequena mostra de versos da Música Popular Brasileira.

O sexto capítulo foi elaborado após recente visita ao Conjunto Shangir-lá e mais uma entrevista com a líder Jurema Constancio para avaliar a atualidade das casas e das partes comuns daquele conjunto e o estágio em que se encontra a luta pela moradia popular segundo sua principal liderança no Rio de Janeiro, dando atenção em especial aos problemas relativos ao conflito entre espírito comunitário e individualismo no processo autogestionário de construção.

Para encerrar, faremos considerações finais em torno do tema cidadania com base na ideia básica de contrato social de Rousseau.

• JUREMA E A FORMAÇÃO DOS GRUPOS

No final da década de 90, um grupo de 16 famílias habitava barracos construídos com caixotes de madeira numa região de Jacarepaguá no Rio de Janeiro conhecida como Favela Shangri-lá. Eram moradias improvisadas e insalubres. Nos seus interiores havia mofo e infiltrações. Nenhum dos barracos possuía banheiro. Um cômodo à parte funcionava como tal e era dividido pelas 16 famílias que possuíam em média 4 moradores. O tanque onde lavavam as roupas era também coletivo. Havia ratos, baratas, percevejos e pernilongos dentro dos barracos, que se encontravam dispostos colados uns nos outros, prejudicando a circulação de ar e contribuindo ainda mais para a umidade das moradias que estavam localizadas às margens de um rio. A luz que os servia era fraca e falhava constantemente, deixando os moradores no escuro por horas e algumas vezes até por dias.

As condições em que essas famílias e suas habitações co-existiam lembravam as condições de vida dos moradores dos cortiços vitorianos da Londres do final do século XIX. A maneira como os trabalhadores londrinos viviam, tal como foi brilhante e sensivelmente captada pelo pastor congregacionalista, Andrew Mears, com efeito, chocam e se aproximam do que estamos tratando.

Poucos dos que lêem estas páginas sequer concebem o que são estes pestilentos viveiros humanos, onde dezenas de milhares de pessoas se amontoam em meio a horrores que nos trazem à mente o que ouvimos sobre a travessia do Atlântico por um navio negreiro. Pra chegarmos até elas é preciso entrar em pátios que exalam gases venenosos e fétidos, vindos das poças de esgoto e dejetos espalhados por toda a parte e que amiúde escorrem sob nossos pés; pátios, muitos deles, onde o sol jamais penetra, alguns sequer visitados por um sopro de ar fresco, e que raramente conhecem as virtudes de uma gota d'água purificante. É preciso subir por escadas apodrecidas, que ameaçam ceder a cada degrau e, em alguns casos, já ruíram de todo, com buracos que põem em risco os membros e a vida do incauto. Acha-se o caminho às apalpadelas, ao longo de passagens escuras e imundas, fervilhantes de vermes. E então, se não forem rechaçados pelo fedor intolerável, poderão os senhores penetrar nos pardieiros onde esses milhares de seres, que pertencem, como todos nós, à raça pela qual Cristo morreu, vivem amontoados como reses. (MEARNS, 1883 apud HALL, 2009. p. 18).

É certo que no caso de Shangri-lá não havia tantas famílias. Porém, mesmo não chegando a uma centena de pessoas, seus moradores também viviam amontoados. Seus barracões, como eram chamados, possuíam em média 30 m², sem água canalizada e, além disso, o esgoto que por vezes corria pelo rio, deixava o odor daquele local com o provável odor dos cortiços londrinos acima descrito. Muitas famílias, dos velhos às crianças, viviam constantemente doentes por causa daquela falta de salubridade, ainda mais quando chovia, num drama bem resumido nas palavras de Jurema, falando do tempo em que era moradora da então favela Shangri-lá: “Tínhamos que colocar plástico em cima do bebê para ele dormir porque chovia dentro de casa.” (Jurema Constancio, 12.03.2011)



Vista aérea da Favela Shangri-lá na década de 1990.



Imagem dos barracos da Favela Shangri-lá na década de 1990.

Porém, mesmo com habitações em tais condições, os moradores de Shangri-lá pagavam aluguel e luz. Por isso, assistindo a toda essa condição precária em que essas pessoas moravam, uma igreja de origem alemã chamada *Misério* implementou um programa chamado “Ciclo Bíblico” no qual organizava um trabalho social que tinha por finalidade orientar aquelas famílias sobre direitos em relação a moradia e ainda o que poderia e deveria ser feito para que viessem a mudar a situação em que se encontravam.

Todas as famílias compareciam assiduamente às reuniões promovidas pela Igreja. Apenas uma família se recusava a ir a esses encontros; era a família de João Cândido e Jurema, com seus 2 filhos e suas razões:

Eu não comparecia às reuniões porque eu achava que aquelas famílias eram bestas de írem àquelas reuniões. Porque naquela época eu tinha na cabeça só a Globo, as novelas. Eu achava que um dia a minha vida ia ser exatamente aquilo que tava na televisão. Um dia eu vou ganhar um dinheiro na loteria e eu vou conseguir tirar esse povo todo da miséria. (Jurema Constancio, 12.03.2011).

Jurema trabalhava como empregada doméstica na Taquara e João trabalhava como comerciante. Jurema passava de 8 a 9 horas por dia na casa de uma família fazendo faxina, cozinhando e cuidando dos filhos de sua “patroa”. Toda noite, quando Jurema chegava em casa, encontrava seus filhos doentes, resfriados, gripados ou com alguma coriza.

Porém, uma chuva muito forte, que ocorreu em Jacarepaguá em fevereiro de 1996, fez Jurema recostar sua cabeça no travesseiro e refletir sobre a vida que levava. A realidade em que vivia não era a realidade da “gente de bem” (Jurema Constancio, 12.03.2011), nem a das empregadas domésticas “bem-vestidas e arrumadinhas” (Jurema Constancio, 12.03.2011) das novelas da TV Globo. Precisava “cair na real”. O consolo, também estímulo, é que se sentia forte e com disposição.

Por causa daquela chuva, muitos barracos foram bastante danificados e as famílias perderam alguns pertences, móveis e eletrodomésticos por conta da enchente. E, durante a chuva, duas pessoas que trabalhavam na Igreja de origem alemã, foram, debaixo de seus guarda-chuvas quebrados, prestar socorro àquelas famílias. No que teve ajuda, Jurema acabou também ajudando outros. Foi a partir daquele ato solidário que se sentiu forte e começou a mudar a sua maneira de pensar:

Disse pra mim mesma: Eu quero ter a minha casa! Acabei com a história de achar que a “madame” era melhor do que eu, porque não é melhor do que eu!. Nós todos somos iguais. Então eu comecei a entender o seguinte: Se ela tem direito de ter uma casa pra eu estar lá limpando a casa dela, eu também tenho o direito de ter a minha. (Jurema Constancio, 12.03.2011).

Desde então, Jurema passou a frequentar as reuniões do “Ciclo Bíblico” e a vislumbrar planos para mudar a maneira sob a qual vivia, sentindo que podia

se juntar aos outros na mesma situação que ela para tentar a mudança das condições de vida. Como não era a única a pensar assim, não foi difícil se entenderem. A partir daí, o grupo formado pelos moradores junto com a Igreja colocou como objetivo primeiro a transformação de seus barracos em moradias dignas. Mas como iriam fazer isso?

Começaram construindo um centro comunitário para as suas reuniões e, assim, o grupo de Shangri-lá se transformou numa cooperativa financiada por uma entidade chamada *Misério*. Mas, para montar uma cooperativa, eles precisavam de, no mínimo, uma coordenação. E foi aí que Jurema entrou para a história da construção autogestionária da moradia popular no Rio de Janeiro. O grupo fez uma reunião para a votação de seu representante. O nome proposto foi o de Jurema, que ganhou a votação e aceitou o desafio.

O passo seguinte para a construção das novas moradias devia ser a compra do terreno. Com isso, os moradores foram pesquisar qual seria a situação fundiária em que se encontrava o terreno o qual ocupavam. A agora cooperativa dos moradores da Shangri-lá descobriu que tal terreno estava repartido em duas partes iguais, e que cada uma delas constituía uma posse. Em busca de informação a respeito de seus possíveis direitos, descobriram também que, se um indivíduo habita um terreno de posse por mais de 5 anos, esse indivíduo passa, por lei, a ser o dono desse terreno. (Uso Capião).

Alguns componentes da cooperativa já moravam naquele terreno havia mais de 30 anos. Sendo assim, a cooperativa fez uma proposta para a suposta dona de um dos terrenos, pois se ela optasse por tirar todas aquelas famílias dali, ela teria que pagar indenização para cada uma delas. Sem maiores problemas, a cooperativa e a senhora que tinha a posse do terreno entraram num acordo quanto ao valor do mesmo e o grupo de Shangri-lá, contando com uma ajuda financeira inicial daquela igreja de origem alemã que os assistia, passou a arrecadar dinheiro através de rifas, bingos e outros eventos na própria igreja para completar o necessário. Foi como a cooperativa conseguiu comprar os 2 terrenos que, juntos, possuíam 1.400 m².

O passo seguinte seria a construção das moradias. Um novo desafio havia sido lançado para o Grupo Shangri-lá. Como conseguir dinheiro para

pagar aquela obra? Descobriram o que já supeitavam: que o custo era muito superior ao dos terrenos e que não tinha como ser arrecadado como haviam feito antes. Tinham de ser financiados por algum agente público ou conseguir com alguma associação formada para ajudar, pessoas, famílias ou comunidades carentes.

Ao procurar financiamento ou outro tipo de apoio e ajuda, os moradores se depararam com a campanha de *Ação da Cidadania* e, a partir daí, conseguiram uma quantia em dinheiro que lhes permitiu comprar alguns equipamentos como: uma máquina de fazer blocos de concreto, algumas formas para a feitura de lajes e uma betoneira. De posse de tais equipamentos, a cooperativa começou a produzir blocos para a construção das casas e também para a venda desses produtos tendo em vista arrecadação de dinheiro.

A propósito, o movimento *Ação da Cidadania* nasceu em 1993, ano em que o sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, se envolveu com grandes nomes da sociedade brasileira por causa do *Movimento pela Ética na Política*, movimento que liderou o pedido de *impeachment* do presidente Fernando Collor. Segundo Betinho, "a motivação fundamental da *Ação da Cidadania* era a certeza de que democracia e miséria eram incompatíveis. A indignação havia alcançado níveis alarmantes, agravando ainda mais o quadro de pobreza que sempre caracterizou a realidade brasileira". O mapa do IPEA indicava 32 milhões de brasileiros abaixo da linha da pobreza.

Durante longo tempo, Betinho e vários artistas e personalidades foram à TV e aos jornais estimular cada brasileiro a fazer o que estivesse ao alcance de cada um para resolver o problema da fome no país. E, a partir de uma carta, denunciaram a fome e a miséria de milhões de brasileiros como os principais problemas do país. Foi esta carta, chamada de "Carta de Ação da Cidadania" que deu oficialmente origem ao movimento de *Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e Pela Vida*.

Em contato com esse movimento na luta por moradia digna para os moradores de Shangri-lá, Jurema passou a frequentar reuniões em outras

comunidades como a da Cidade de Deus e lá conheceu uma ONG chamada **Fundação Bento Rubião** que se colocou à disposição para ajudar a comunidade com trabalho social e também com assessoria técnica com profissionais nas áreas de arquitetura, engenharia, direito e serviço social.

A *Fundação Centro de Defesa dos Direitos Humanos Bento Rubião*, com sede no Rio de Janeiro, é uma organização não-governamental sem fins lucrativos. Foi criada por um grupo de técnicos e lideranças de comunidades com o objetivo de dar continuidade ao trabalho iniciado na Pastoral de Favelas da Arquidiocese do Rio de Janeiro – trabalho esse realizado nos campos do fortalecimento comunitário e na garantia do direito humano básico ao acesso, à permanência e à regularização fundiária da terra urbana.

No cumprimento das suas finalidades, os arquitetos da Fundação Bento Rubião apresentaram 3 propostas de projetos para a cooperativa Shangri-lá que, através de votação, escolheu aquele que lhes pareceu privilegiar as áreas de uso coletivo.

Vale acrescentar que durante esse processo ocorreu uma segunda grande enchente em Jacarepaguá. Após esse evento, mais vinte famílias necessitadas de moradias bateram à porta da cooperativa liderada por Jurema, que conseguiu encaixar 13 delas no projeto Shangri-lá, que por fim contemplou 29 famílias.

Sem maiores obstáculos em sua execução, cumprindo o projeto aprovado, Shangri-lá foi construída através da iniciativa privada de seus cooperados, da ajuda da igreja de origem alemã *Misério*, da Fundação Bento Rubião, sem esquecer o movimento Ação e Cidadania, e virou exemplo. Na época, não havia no Rio de Janeiro nenhum programa municipal, estadual ou do Governo Federal que beneficiasse famílias de baixa renda com financiamento para a construção de moradias através de produção autogestionária, como já havia em São Paulo devido aos programas elaborados pela gestão da prefeita Luiza Erundina na década de 90.

Registre-se que foi devido a essa mobilização, e por estar determinada a que esforços coletivos como esse dessem os resultados desejados, que

Jurema passou a conhecer também a ***União Nacional por Moradia Popular*** e a fazer contato com pessoas que já estavam envolvidas com a prática da construção da moradia por mutirão tanto no Brasil como em outros países da América Latina.



Shangri-lá após a construção autogerida – foto: Priscilla Xavier – agosto/2011.

Deve ser assinalado que a União Nacional por Moradia Popular iniciou sua articulação em 1989 e consolidou-se a partir do processo de coletas de assinaturas para o primeiro Projeto de Lei de Iniciativa Popular que criou o Sistema, o Fundo e o Conselho Nacional por Moradia Popular no Brasil (Lei 11.124/05). Com esta tarefa os movimentos de moradia do Estado do Paraná, São Paulo e Minas Gerais começaram tendo como objetivo articular e mobilizar os movimentos de moradia, lutar pelo direito à moradia e por reforma urbana e autogestão.

Passados 19 anos, a atuação do movimento com essas propostas encontra-se agora localizada em 19 Estados brasileiros. Sua forma de organização tem uma forte influência da metodologia das Comunidades Eclesiais de Base, de onde se originam grandes partes de suas lideranças. Sempre defendendo a proposta autogestionária, o direito à moradia, o direito à integração na cidade e a participação popular nas políticas públicas, sendo radicalmente contra os despejos, a União Nacional por Moradia Popular organiza-se em torno desses princípios comuns que depois se traduzem em

reivindicações, lutas concretas e propostas dirigidas ao poder público nas três esferas de governo.

Com a conexão sendo feita pela Fundação Bento Rubião que já prestava assessoria para a União Nacional por Moradia Popular, estando bem identificada com aquele movimento, Jurema visitou São Paulo, Brasília, Uruguai e Paraguai, sempre com financiamento próprio, dando essa e outras provas de conduta ética inatacável. Era líder consolidada em busca de contato e intercâmbio de experiências.

Entre muitas dificuldades e barreiras encontradas ao longo do caminho, mas já beneficiada pelo conhecimento adquirido por Jurema nesse intercâmbio, a Cooperativa Shangri-lá criou uma imagem favorável e teve papel fundamental para a criação de outras cooperativas no Estado do Rio de Janeiro, servindo de base para as cerca de 6 cooperativas hoje existentes em nosso Estado. Sem que estivesse entre as intenções de seus cooperados, tornou-se referência e incentivo para novas cooperativas populares para construção autogestionária da moradia própria.

Essa influência deu seu primeiro resultado quando, após a conclusão da obra de Shangri-lá, uma nova cooperativa chamada Herbert de Souza foi criada. A visibilidade do grupo, que desde a fase do projeto de Shangri-lá era exemplo vivo, começou então a aumentar e, em 2000, uma terceira cooperativa foi criada para poder acolher as dezenas de pessoas que procuravam o movimento. Essa terceira cooperativa foi batizada de “Esperança”. Jurema foi mais uma vez a líder do grupo. E as reuniões do Grupo Esperança foram, como as do Grupo Shangri-lá, feitas nos mais diversos lugares como escolas, ruas, galpões e espaços improvisados, pois mais uma vez não se encontrava um local próprio para realizá-las.

Deve ser assinalado que desde 1996 as cooperativas formadas no Rio de Janeiro passaram a reivindicar junto ao Governo Federal um programa de financiamento que pudesse auxiliá-las na construção de moradias. Mas só em 2008 o Governo Lula implementou o “**Crédito Solidário**” no qual o *Grupo Esperança* estava inscrito e pagando mensalidades (seguro). Porém, tal

programa não chegou a ser de fato viabilizado no Rio de Janeiro e, em 2010, o Governo Federal criou um programa chamado ***Minha Casa Minha Vida - Entidades***, para o qual o grupo migrou e no qual hoje participa. Assim, o *Grupo Esperança*, depois de 9 anos de luta por um local para a construção de moradias, conseguiu, em 2009, um terreno localizado na Colônia Juliano Moreira, também em Jacarepaguá.

As obras do *Grupo Esperança* começaram em 13 de março de 2011 sob a assessoria da *Fundação Bento Rubião*. Desse modo, o projeto, que enquadra 70 unidades habitacionais de 48m² cada está inscrito no Programa ***Minha Casa Minha Vida – Entidades*** com financiamento de R\$ 43.464,25 por moradia, com previsão de conclusão para setembro de 2012.

No embalo do *Grupo Esperança*, o movimento do Rio de Janeiro, liderado por Jurema, passou a receber centenas de inscrições e, assim, um quarto grupo chamado “*Nova Esperança*” foi criado. O projeto do Grupo Nova Esperança engloba 77 moradias alocadas em 3 edifícios de 6 pavimentos cada. A assessoria técnica também é feita pela *Fundação Bento Rubião* e até o presente momento o projeto vem sendo analisado pela prefeitura enquanto a cooperativa aguarda a sua aprovação.

Deve-se lembrar que não foi o conjunto de regras ora dominantes aquilo que deu início a esse processo e a essas providências de governo. Foram iniciativas dos agora mutirantes que levaram a tudo o que está organizado para construir as moradias de Shangri-lá e do Esperança. Não é relevante que no caso em questão eles tenham sido conscientizados por uma igreja de origem alemã para a importância de se mobilizarem para construir suas casas e terem sido ajudados por aquela instituição estrangeira. É relevante que, tomando consciência por si mesmos ou por meio de outros, tenham sido eles os que tomaram a iniciativa das construções.

Isso é muito diferente do que aconteceu na década de 60, quando o então governador do Estado da Guanabara, Carlos Lacerda, removeu os moradores das favelas do morro do Pasmado em Botafogo, da praia do Pinto e do parque da Catacumba na Lagoa, e a do Esqueleto no Maracanã para a Vila Kennedy

em Bangu, para a Vila Aliança também em Bangu, para a Cidade de Deus em Jacarepaguá e para a Vila Esperança em Vigário Geral.

Foram remoções, como tantas que ocorreram depois e ainda ocorrem, que continuam em discussão porque não foram o resultado de qualquer desejo ou iniciativa dos seus moradores. Elas corresponderam a simplesmente retirá-los sem discussão das áreas nobres em que estavam para regiões distantes daquelas em que haviam morado e que ofereciam oportunidades de trabalho para aquele contingente de mão-de-obra considerada não-qualificada. Em geral, a população removida daquelas diferentes favelas era de empregadas domésticas, faxineiras, auxiliares de pedreiro, porteiros, pintores de parede e de biscateiros de todos os tipos, que para chegar aos seus empregos ou aos seus trabalhos temporários passaram a ter de pegar condução para ir e vir das longas distâncias em que aquelas vilas foram construídas.

No processo autogestionário que estamos tratando, ainda que de novo haja a presença de governo na construção de casas populares até em apoio e em colaboração a iniciativas populares, mais uma vez ela não é representativa de vontade popular na sua maior extensão, que é a de dar realidade aos seus desejos, aos seus sonhos e à sua imaginação como autênticos donos de seus destinos.

Por isso a dissertação se volta para aqueles que se juntaram a Jurema, fizeram-na a sua representante e seu melhor exemplo de que para além dos resultados materiais acessíveis aos sentidos há forças maiores, forças que não só provocaram esses resultados como levam os mutirantes a viver a casa própria construída por gestão pública não estatal, tal qual um corpo que se estende por seu magnetismo, como realidade que não se isola trancada em portas e janelas, mas se irradia em novas relações sociais, em novas e criativas comunidades. A formação de novos grupos e as centenas de inscrições que o movimento recebeu no Rio de Janeiro são uma prova da eficiência dessas forças.

Antes, porém, é preciso entrar em considerações a respeito do programa ***Minha Casa Minha Vida – Entidades***, no qual o Grupo Esperança e o Grupo Nova Esperança estão inscritos, e que tem a Caixa Econômica Federal como

seu agente operador para financiar a construção de moradias que se enquadrem no processo construtivo chamado de autogestão.

- **O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA – ENTIDADES**

O Minha Casa Minha Vida – Entidades é um programa do governo federal que, por intermédio da CAIXA, financia o projeto para a construção da moradia popular por autogestão e define as regras para a sua implementação. Sua base, ou inspiração, foi o “Programa de Mutirão por Autogestão” formulado e praticado pela administração municipal de São Paulo junto com os movimentos de luta pela habitação como a *União dos Movimentos de Moradia* e a *Coordenação dos Movimentos de Moradia da Zona Sul* no início dos anos 90.

Foi esse o sistema de construção de moradias que o professor Nabil Bonduki, arquiteto e urbanista da USP, denominou de “*Gestão pública não-estatal*” (BONDUKI, 1996, p. 180), pois apesar de o financiamento para os projetos vir do Governo Federal, a gestão dos mesmos é feita pelos próprios beneficiários, razão pela qual deve ser analisado, vendo de que forma funciona e o que proporciona, mas posta em dúvida sua capacidade de esgotar os desejos, os sonhos e a imaginação dos seus beneficiários em relação ao comando de suas vidas, bem como de resolver o problema já descoberto de manutenção das unidades construídas e das partes comuns dos conjuntos habitacionais.

Para se conseguir uma inscrição nesse programa há que se preencher, alcançar ou se enquadrar numa miríade de regras e requisitos. Deve-se, primeiramente, ter-se como formada uma associação comunitária – construída exclusivamente pelos futuros moradores – e tal organização deve estar composta sob forma de cooperativa e possuir registro jurídico (CNPJ), além de experiência comprovada em construção de moradias. Caso a associação de moradores não possua experiência na área de construção, será designada

uma assessoria que assumirá a função de proponente junto à CAIXA, que por sua vez passará o financiamento diretamente a ela, assessoria. Esta é uma especificidade do Grupo Esperança, um dos grupos de referência do nosso de estudo.

As organizações comunitárias, que se apresentam nas formas de organizações ou cooperativas, irão coordenar todo o processo de construção da moradia - mas sempre assistidas pelas assessorias - desde a escolha ou luta pelo terreno à elaboração do projeto arquitetônico e, ainda, em relação a como será conduzido o processo construtivo e a manutenção do conjunto residencial. Tais organizações comunitárias devem ser formadas exclusivamente pelos futuros moradores e suas lideranças.

Portanto, além do Poder Público representado pela Caixa, dois outros tipos de agentes podem ser destacados nesse processo. O primeiro são as lideranças nomeadas pelos futuros moradores para representá-los nas negociações com as instituições que fazem a intermediação entre as organizações comunitárias que representam e o poder público. O outro são as assessorias formadas, em geral, por três profissionais: os arquitetos que elaboram os projetos junto com os moradores, orientando-os inclusive na organização do trabalho para a construção das moradias por mutirão; os advogados que orientam os futuros moradores na busca de seus direitos nas relações com a burocracia a ser enfrentada junto à CAIXA; e os assistentes sociais que trabalham a fim de estimular a coletividade, isto é, estimular o espírito comunitário e participativo nos grupos.

2.1. As etapas do processo de autogestão

No caso do Rio de Janeiro, nos lugares onde o processo de construção de moradias por autogestão vem ocorrendo, ele se dá desmembrado em três diferentes etapas. A primeira é aquela na qual há a formação de um grupo, a elaboração de um projeto, a sua aprovação e a obtenção de financiamento para sua execução. A segunda é aquela que se refere à execução do projeto, ao tempo da construção das moradias. E a terceira é aquela que é

caracterizada pela finalização e utilização das casas construídas. Em rigor, é o modo pelo qual o processo construtivo autogestionário da moradia está preparado para as relações entre os seus agentes básicos.

2.1.1. 1ª ETAPA: Organização de um grupo, elaboração do projeto e obtenção do financiamento

A etapa inicial pode, muitas vezes, ser a mais demorada, como foi o caso do Grupo Esperança organizado em Jacarepaguá no Rio de Janeiro e assessorado pela Fundação Bento Rubião. E não custa lembrar que o Grupo Esperança passou 11 anos entre lutas e embates frente à Prefeitura e ao Governo Federal até conseguir terreno e financiamento para o projeto.

O primeiro passo nesse sentido é a mobilização de um grupo que esteja organizado sob forma de cooperativa e que possua registro jurídico. Obtendo essa formação, o grupo pode, junto à CAIXA, entrar com o pedido do financiamento e, assim, contratar a assessoria técnica constituída por assistentes sociais, advogados e arquitetos que irá auxiliá-los na organização do processo construtivo do projeto. É nessa etapa que as reuniões e assembléias ocorrem com bastante frequência. Ao longo desses encontros onde assessoria técnica e futuros moradores se reúnem que acontecem as votações para a definição do projeto apresentado pelos arquitetos e as votações para a escolha das famílias que realmente participarão do programa.

Em geral, o número de pessoas que compõe o grupo é maior que o número de moradias aptas a serem construídas em um projeto, pois geralmente os terrenos cedidos ou conquistados não possuem metragem quadrada suficiente para a construção do número de casas pretendido. Portanto, pode-se perceber que esta é uma fase decisiva e bastante complexa para o grupo formado, sujeita a problemas internos e até à não inclusão de participantes, com decisões que deverão ser conduzidas até o fim do projeto.

Ainda a respeito daquilo que é necessário para que se possa dar início a mais um empreendimento e para que se consiga autorização do governo para financiamento, a aquisição do terreno, seja por pagamento ou por doação,

deve ser considerada talvez a parte primordial. O terreno poderá ser doado pelo Governo Federal, pelo Governo do Estado ou pela Prefeitura, mas a iniciativa de doação jamais vem da parte deles. Os futuros moradores procuram por terrenos, em sua maioria pertencentes à administração pública, vazios ou subutilizados e fazem o pedido junto Governo Federal, ao Governo do Estado ou à Prefeitura, necessariamente nessa ordem, para que algum dos terrenos públicos encontrados nessas condições seja doado ou vendido para a cooperativa.

É então com a definição do terreno que o grupo irá, no caso de sucesso dessa iniciativa, sempre assessorado por arquitetos, advogados e assistentes sociais, elaborar o projeto da casa. Isso tudo vem acontecendo no Rio de Janeiro antes mesmo dos papéis referentes ao financiamento se acertarem e o dinheiro ser liberado. Por isso, a pergunta: como fica então o pagamento que deveria ser feito às assessorias? Esse pagamento, que deveria ser iniciado nessa primeira etapa, acaba sendo adiado. A cooperativa organizada pelos moradores passa a contar com a boa vontade das assessorias - nesse caso, a Bento Rubião - que trabalha, inicialmente, sem qualquer remuneração.

As reuniões iniciais são de extrema importância para a coesão do grupo e perduram também durante as outras duas etapas. Tanto são feitas para democratização do processo quanto para que todos assumam coletivamente as responsabilidades. “Nenhuma decisão é tomada de relance ou tirada da cabeça, as decisões são todas tiradas no coletivo.” “Toda semana temos reuniões, tudo é votado!” (Neide Aparecida, 21.05.2011).

Porém, há dificuldades. Antes do mutirão começar, ir às reuniões nos fins de semana não é algo de tão fácil alcance para quem mora longe. A distância de onde moram alguns cooperados até o local das reuniões obriga a gastos com passagem que para pessoas de baixa renda são dignos de lamentação:

Nós já gastamos muito dinheiro com passagem para vir a reuniões, pegamos quatro conduções. E a gente gasta uns 20 reais toda vez que a gente vem! (Marinalva Fernandes da Silva, 20.08.2011)



Reunião do Grupo Nova Esperança realizada no centro comunitário de Shangri-lá, maio de 2011.

Além disso, muitos ainda são descrentes no programa, o que pode ser esperado e não surpreender, uma vez que reuniões nem sempre são rápidas, práticas, objetivas. Na verdade, quase nunca são assim. Reuniões demoram para começar, têm falas e mais falas, às vezes sem maiores razões, e têm muitos pedidos de esclarecimento e discordâncias que fazem dispersar a atenção, demorando a entrar em pontos de definição e levando a desgaste, a cansaço, a impaciência: “O problema são as reuniões, ninguém quer assistir às reuniões.” A maioria dos homens falam que não têm paciência, que é balela, que nada disso vai acontecer.” (Jurema Constancio, 20.08.2011).

Há quem confesse que num determinado momento, por conta de todo sacrifício que implicava ir às reuniões, decidiu desistir, mas persistiu, embora acreditando que por suas próprias forças não continuaria no processo:

Dia de sexta-feira eu saía lá da Tijuca, do meu emprego pra ir às reuniões, cansada, com fome, com sono, mas não desisti! Teve um dia que, sinceramente, eu fui e falei: Hoje vou desistir, mas Deus foi mais forte, né? (Luzia Nogueira de Araujo, 20.08.2011).

Como bem indicam essas últimas falas, aderir ao processo e continuar na execução do projeto não é coisa líquida, certa, imediata e sem vacilações. Não se tem alguma coisa doada, como se fosse uma caridade. É preciso luta, superação, e nisso a vontade precisa das forças que têm suas raízes nos

desejos, na imaginação e nos sonhos, forças que não podem ser deixadas de lado na consideração das decisões dos mutirantes, a menos que se queira resumir todos os motivos para essa luta na conclusão da Luzia do grupo Esperança, que se queira “entregar tudo a Deus”.

2.1.2. 2ª ETAPA: O Canteiro de Obras

O início dessa etapa é marcado pelo começo da obra por mutirão. Os moradores passam a frequentar o canteiro de obras durante os fins de semana e o trabalho começa pela manhã para terminar apenas no fim da tarde. Nessa etapa, a presença das famílias no mutirão é contabilizada num quadro para que se possa averiguar a participação e também as faltas dos futuros moradores. Essa contabilidade irá gerar uma espécie de ranking dos mutirantes - desde aquele que trabalhou mais, até aquele que trabalhou menos - que mais tarde será utilizada para determinar quem tem prioridade na escolha da moradia e também para não permitir que futuros moradores que não contribuem para o mutirão permaneçam no programa.

É o meio de se fazer justiça entre os próprios mutirantes e garantir entre eles que ninguém será privilegiado. Se é preciso a união de todos, não pode haver lugar para queixas em relação a isso ou o processo de construção da moradia por mutirão será um fracasso, não será de fato um mutirão. Se houver diferenças em relação à participação de cada um, principalmente no que diz respeito ao empenho físico, ao trabalho braçal, alguma coisa deve ser dada em recompensa.

Todas as moradias desses empreendimentos são iguais do ponto de vista físico: tamanho, materiais empregados, acabamento. Porém, elas sempre irão diferir na questão da localização. Uma casa pode estar mais perto de alguma rua privilegiada ou de algum espaço de lazer, ou também, quando é o caso de edifícios, estar no primeiro andar ou no último. Assim, cada casa possui características próprias que se tornam peculiares e irão influenciar na escolha dos mutirantes. É aí que a recompensa pelo maior empenho aparecerá sem nenhuma suspeita de privilégio.



Mutirantes trabalhando no canteiro de obras, agosto de 2011.

Em relação ao Grupo Esperança, embora o dinheiro do financiamento fosse esperado na primeira etapa, seus mutirantes avançaram para a segunda etapa ainda sem que nenhuma quantia tivesse sido liberada e, por causa disso, sofreu bastante com os transtornos que tal atraso acarretou. Sobre isso vale saber o que disse uma das mutirantes, demonstrando como os muitos embaraços causado pela demora na ação devida pelo Poder Público põem à prova a determinação dos mutirantes de lutar pela continuação da construção de suas casas, e como eles mostram forças para não dar tréguas às autoridades comprometidas com o processo:

O que mais me preocupa é o repasse da Caixa Econômica, porque isso já vem se arrastando há muitos anos, nas várias vezes tivemos a possibilidade de ter o contrato, esse já é o segundo contrato que a gente tem com a Caixa.

Então essa liberação, essa burocracia da Caixa é o que mais atormenta a minha vida. Eu estive na passeata na quinta feira que nos fizemos, subi para a reunião com a superintendente da Caixa e o que ela me passou foi "o contrato de vocês já está em cartório, se não houver pendência daqui a 8 dias sairá o dinheiro". Aí você imagina a expectativa! A gente vai começar a todo o vapor e tal... Chega na outra semana e não saiu, então a frustração é muito grande, então os problemas que eu vejo para caminharmos é essa burocracia da Caixa e do governo de um modo geral. (Neide Aparecida, 21.05.2011)

O grande problema que temos no projeto é a dificuldade desse dinheiro que não sai, a maior dificuldade é esse empréstimo, porque acaba dando desânimo nas famílias, outros desistem. (Marinalva Fernandes da Silva, 20.08.2011).

Durante essa etapa o papel do arquiteto é de extrema importância, pois é ele quem irá orientar os futuros moradores na gestão do trabalho, assim como o papel do serviço social que tem como tarefa primordial manter o grupo coeso

e unido durante o processo construtivo, já que por muitas vezes exige-se dos mutirantes um trabalho “braçal” extremamente pesado e isso não é suportado da mesma maneira por todos.

As pessoas não são todas iguais, então existe o problema de não comparecimento, como estávamos falando em uma reunião de algumas pessoas faltando (no mutirão), o repasse da Caixa que está demorando, todo o processo até a gente conseguir o que temos hoje. (Neide Aparecida, 21.05.2011).

No caso do Grupo Esperança, para que esses empecilhos não conduzam à falta de união e à desarticulação do grupo, o serviço social que acompanha os mutirantes, sempre coordenado pela Fundação Bento Rubião, segue as normas da CAIXA que estão expostas no COTS – Caderno de Orientação Técnico Social da CAIXA elaborado pela FBR em novembro de 2010, para elaborar as atividades sociais de todos os grupos formados. Todas as atividades elaboradas pelos assistentes sociais seguem as orientações da CAIXA, e a Fundação tem autonomia limitada para criar um plano próprio de acompanhamento social. É assim que da parte oficial o programa tem providências que parecem mais de controle do que de efetiva liberação da iniciativa popular, o que até se justifica pela responsabilidade financeira da instituição pública, mas não deixa de limitar as ações tanto dos assessores quanto dos mutirantes.



“Casa modelo” construída com o dinheiro do seguro do extinto Crédito Solidário, novembro de 2011

É preciso dizer que essas providências, como já se insinua nas falas aqui apresentadas, não têm a força que os mutirantes precisam reunir neles

próprios para continuar apesar de todas as dificuldades que possam aparecer. Se há forças que não podem faltar nesse projeto são as forças dos próprios mutirantes e que devem estimular umas as outras porque nenhuma delas isolada será capaz de produzir nada. Como bem mostram as entrevistas, os mutirantes têm consciência disso.

2.1.3. 3ª ETAPA: A ocupação

Depois de grande parte das dificuldades serem vencidas e de ser concluída a construção das moradias, chega-se à 3ª etapa, aquela que começará com a mudança das famílias para as novas casas. É a hora em que os arquitetos devem fazer um acompanhamento técnico em relação aos detalhes finais de acabamento e orientar os moradores quanto ao uso de equipamentos que as novas moradias possuem e com os quais por muitas vezes os futuros moradores não estão familiarizados, tais como chuveiro a gás, tubos exaustores, áreas de ventilação, etc.

Quanto aos assistentes sociais, agora com algum direito à autonomia profissional, estes orientam os moradores a respeito de regras que serão implementadas pela própria associação nessa nova vida comunitária. Além disso, orientam para obedecerem à legislação como um todo, em especial para coisas como a chamada “lei do silêncio”, e procuram indicar os meios de recorrerem a serviços públicos em caso de necessidade.

Até essa etapa, então, o que se tem é a participação de mutirantes, em rigor, lutadores e resistentes, mas comandados. De um modo especial no caso, a ordem política manifestou-se por meio de representantes seus que foram os assessores e todos aqueles que estiveram nas relações de liberação dos terrenos e dos recursos em geral. Daí não ser exagerado dizer que os mutirantes não comandaram o processo até este ser materialmente conduzido e concluído.

É preciso reconhecer e considerar que, no ato de entrega das chaves a cada morador, lhe será entregue, de modo bem diferente do que se faz na entrega das chaves a um comprador comum de apartamento, o comando de nova vida individual, de uma nova vida familiar e de participação numa nova

comunidade, isto é, numa vida comunitária, pelas suas próprias origens, em tudo diferente dos habituais padrões de vida em condomínios que existem pela cidade. E nada fala melhor desse ponto que um dos próprios mutirantes: “Então, o que eu sou mais apaixonada aqui não é nem mais a casa, mas o cooperativismo, a convivência.” (Neide Aparecida, 21.05.2011).

Para estar de acordo com as palavras da mutirante, é a paixão motivada pela construção comunitária que tem suas raízes no esforço coletivo do mutirão. Essa paixão deve, depois de construídas as casas, procurar seus objetos e seus ideais para além do que foi o tempo em que o que se considerava dizia respeito apenas às vantagens e desvantagens materiais do processo autogestionário, que tiveram de ser consideradas, mas que devem ser superadas depois da ocupação por novos projetos.

2.2 VANTAGENS E BARREIRAS MATERIAIS DO PROGRAMA

2.2.1. Vantagens

Em São Paulo, a prática de construção da moradia por autogestão já possui uma estrada considerável e muitos projetos finalizados. Com informações dessas experiências, podemos afirmar que há uma série de vantagens no processo de construção de moradias por mutirão autogerido em relação à construção das mesmas por empreiteiras. No mutirão autogerido, segundo o professor Nabil Bonduki em artigo publicado no livro *Habitat: As práticas bem-sucedidas em habitação, meio ambiente e gestão urbana nas cidades brasileiras*, pode haver, se houver a junção de várias cooperativas para a compra de materiais, redução de quase 50% do custo da obra, comparando com os gastos de uma empreiteira. E, ainda, a redução desse valor não se limita à economia gerada pelo trabalho gratuito. Pelo fato de as associações se juntarem para fazerem as compras de materiais, a quantidade comprada é em número muito superior ao que as empreiteiras demandam e os preços dos materiais para as associações acabam por ficar consideravelmente mais

baixos. É o que explica o coordenador nacional da União dos Movimentos de Moradia da Grande São Paulo e Interior:

A comissão de compra não sai que nem uma doida e vai numa fábrica X ou num depósito Y pra comprar material, o fabricante é que vai lá na sede do movimento, e quando nós falamos com ele nós dizemos que tamos comprando em escala. Não vai só um empreendimento comprar material, vão todas as obras juntas fazer as compras. Nós temos uma central de compras! (Donozette Fernandes de Oliveira, 15.12.2010).

Além disso, o trabalho comunitário traz valores de coletividade aos grupos formados pelos moradores, gerando alta produtividade no trabalho dentro do canteiro de obras, discussões frequentes quanto ao projeto arquitetônico e processos construtivos que levam à grande diversidade de soluções projetuais e até a inovações tecnológicas. Não são ainda os valores tal como podem ser desenvolvidos depois da construção, são as suas raízes, e isso não pode ser esquecido.

O auto empreendimento ou a auto construção da casa própria é prática adotada e conhecida no Brasil e em boa parte dos países de Terceiro Mundo, a autogestão dá caráter coletivo a esta prática, com evidentes vantagens, como assessoria técnica apoio financeiro, adequação ao meio físico e modernização tecnológica (BONDUKI, 1996, p. 183)

Não surpreende, pois, que durante pesquisa feita nos Grupos Shangri-lá e Esperança, muitas das falas dos mutirantes enfatizaram a ideologia cooperativista e as vantagens do trabalho comunitário que atua como agente agregador de valores como coletividade, solidariedade, união, amizade e espírito comunitário. Ao serem perguntados sobre o que mais valorizam no grupo, os moradores de Shangri-lá e os mutirantes do Esperança respondem:

A amizade. A gente aqui construiu, a gente é uma família! Porque olha o que acontece; final de semana você não está com a sua família, e ela se torna esse pessoal aqui, o pessoal que tá junto, o pessoal que depois do almoço vai estar deitado de baixo da árvore trocando idéias. Valorizo tudo, mas uma coisa que valorizo muito aqui é a amizade. (Marlene, mutirante do Grupo Esperança e integrante da comissão de coordenação, 18.06.2011)

“O cooperativismo, pois estou em contato constante com outras famílias, igual eu estava falando na outra reunião dos faltosos: se vocês não comentarem os problemas a gente não tem como ajudar, e desde o momento que a pessoa divide o problema fica melhor e mais fácil... Então o que eu sou mais apaixonada

aqui não é nem mais a casa, mas o cooperativismo, a convivência. (Neide Aparecida, mutirante Grupo Esperança, 21.05.2011)

Olha, foi uma experiência fabulosa. Cresci muito como pessoa trabalhando no mutirão. Eu aprendi a cooperar, a valorizar o ser humano. No mutirão eu vi que da criança ao idoso, todo mundo tem algo pra contribuir e eu também tinha algo pra dividir. Quando você não trabalha em cooperativa você não se valoriza muito da maneira como eu aprendi em cooperativa a me valorizar. (Gilda Rebelo, moradora de Shangri-lá, 14.05.2011)

Além dos valores que o trabalho comunitário traz, outra vantagem que o programa de construção da moradia popular autogerido oferece é a certeza do lugar onde se irá morar e os vizinhos que terá. Do ponto de vista dos mutirantes, é uma das melhores e mais significativas diferenças entre o programa Minha Casa Minha Vida – Entidades, do qual participam, e o programa do Governo Federal chamado Minha Casa Minha Vida.

O programa *Minha Casa Minha Vida – Entidades*, objeto desta dissertação, não deve ser confundido com o programa *Minha Casa Minha Vida*. Este compromete-se a financiar a casa própria de famílias com renda bruta de até R\$ 1.600,00, mas também de famílias com renda de até R\$ 5.000,00, o que não passa por cogitação no caso aqui em estudo.

A grande diferença entre esses dois programas, vale repetir e acrescentar outros detalhes para comparação, é que no primeiro, *Minha Casa Minha Vida – Entidades*, os moradores constroem suas próprias casas, sabendo assim de maneira óbvia onde vão morar e que a qualidade da construção em grande medida dependerá deles, pois tomam parte na escolha do projeto e em muitas decisões do processo. Do outro modo, no segundo programa, o do Governo Federal, *Minha Casa Minha Vida*, os futuros moradores recebem suas casas já prontas em local de um bairro ou região determinado pelo governo e com uma qualidade de construção sobre a qual não têm muitas informações. Isso porque não participam do projeto, que já está definido pelo programa e consta de uma casa de apenas 36m² de área útil para as famílias de renda até R\$ 1.600,00, o que, confrontando-se com o projeto do

Minha Casa Minha Vida – Entidades cujas casas possuem em média 48m² de área útil, é mais um ponto a favor do processo autogestionário.

O bom do mutirão é isso! Você vai saber... Porque eu ia me cadastrar no Minha Casa Minha Vida, mas você não vai saber onde vai morar aí entrei nesse projeto até por isso, porque você sabe onde você está convivendo, o bom é isso. (Luciana, mutirante do Grupo Esperança, 21.05.2011).

Para melhorar, com a experiência que ganham na obra, os mutirantes tornam-se qualificados para um tipo de trabalho do qual até então não possuíam conhecimento, não faltando entre eles quem considere esse conhecimento como futura alternativa de sobrevivência. E há quem considere que por isso pode agir sozinho e dispensar serviços profissionais para a manutenção de sua casa.

A gente não sabia fazer nada, então nós aprendemos, nos aperfeiçoamos. Eu trabalho com frango, mas se eu tiver que pegar algum trabalho por fora, com obra, eu posso pegar, estou capacitado para pegar. (João Cândido, morador de Shangri-lá, 14.05.2011)

Até terminarmos as 70 casas cada um aqui vai saber fazer alguma coisa e vai poder fazer os pequenos reparos que futuramente precisar. Você mesmo vai poder ir lá e fazer. (Neide Aparecida, 21.05.2011)

Mas não há dúvida de que a maior das vantagens materiais do processo autogestionário de construção de moradias populares está mesmo é na construção da casa própria para quem devido à baixa renda e às condições de vida decorrentes dessa condição não podia fazer mais do que sonhar com ela ou, como o pedreiro Waldemar, trabalhar somente na construção da casa dos outros. Só que essa aquisição significa a realização do sonho da casa própria apenas na sua materialidade, apesar de todo bom sentimento que esse lado pode causar.

2.2.2. Barreiras

Muito embora o processo de construção de moradias por autogestão seja financiado pelo governo e tenha a CAIXA como agente operador e financeiro, ambos, por vezes, criam empecilhos e barreiras no trabalho das

assessorias. Uma das dificuldades enfrentadas pelas assessorias está no preenchimento do formulário criado pela CAIXA-RJ, no qual devem ser computados e contabilizados todos os passos da construção das moradias, tais como: especificação de materiais, processos construtivos, formas de produção e organização do trabalho, que não escapa dos lamentos dos mutirantes devido aos atrasos que provoca:

O que mais me preocupa é o repasse da Caixa Econômica, porque isso já vem se arrastando há muitos anos, nas várias vezes tivemos a possibilidade de ter o contrato, esse já é o segundo contrato que a gente tem com a Caixa. No primeiro momento assinamos esse contrato, estávamos achando que esse dinheiro iria sair, arrecadamos alimentos para que fossem usados no mutirão e esses alimentos se estragaram. Então essa liberação, essa burocracia da Caixa é o que mais atormenta a minha vida. (Neide Aparecida, 21.05.2011)

O formulário desse programa é o mesmo aplicado para acompanhar a construção de unidades residenciais feitas por empreiteiras, no qual todo orçamento é calculado através das regras do SINAPI (Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil). É nesse formulário que se deve preencher o item referente ao valor da mão-de-obra da empreiteira. Esse item é um dos obstáculos que as assessorias enfrentam para preencher o formulário. No caso do MCMV – E, a construção é organizada por um sistema de autogestão e há, além da mão de obra contratada (empreiteira), a mão-de-obra dos mutirantes (os próprios futuros moradores), que não irão comercializar sua produção, posto que estão produzindo para eles próprios.

Porque aqui tem muito suor, muito orgulho, muito investimento pra deixar um teto pra gente. Eu acho que tem muito mais valor do que se eu tivesse comprado um caríssimo, né? (Luzia Nogueira de Araujo, 20.08.2011).

Mesmo assim, a CAIXA-RJ obriga as assessorias a especificar um valor referente à mão-de-obra do mutirão, pois esse valor deve estar dentro dos itens que compõem o valor da casa. No entanto, as assessorias, por não terem escolha, acabam estipulando um valor, que sempre será fictício, para essa mão-de-obra de mutirão. Ao final, esse valor não será repassado para o financiamento, tendo em vista que esse dinheiro não é necessário para comprar ou pagar coisa alguma. Quando a CAIXA-RJ repassa o orçamento

para o andamento do projeto, esse item referente ao valor da mão-de-obra mutirante é cortado. Ou seja, ele apenas tem de ser calculado para preencher a lacuna de um formulário que não comunga com o processo construtivo que ele acompanha.

Além disso, a técnica utilizada pela CAIXA-RJ para o acompanhamento das obras é muito rigorosa, pois há um sistema padrão adotado pela instituição para a construção da moradia. Com isso, novas técnicas ou novos materiais não são bem-vindos, e as possibilidades de adotar novos recursos tecnológicos para acelerar, acrescentar ou até mesmo baratear a construção não são aceitos, tamanha é a rigidez com que se deve seguir um tipo de modelo pré-determinado.

Em entrevista com o arquiteto Alexandre Correia de Oliveira, responsável pelo projeto e acompanhamento da obra do Conjunto Esperança em Juliano Moreira –Taquara, ouvimos o seguinte relato:

Como nós construímos com os recursos da CAIXA, nós temos que respeitar as normas que ela impõe. Mas essas normas acabam restringindo muitas coisas, tanto a possibilidade de colocar mais recursos dentro da CAIXA, como conduites, ou a possibilidade de acelerar o processo com técnicas construtivas ou materiais de construção que não são permitidos. (Alexandre Correia de Oliveira, arquiteto da Fundação Bento Ruy, 21.05.2011).

A assessoria do projeto do Conjunto Esperança tentou a implementação de alguns novos itens nas moradias que estão sendo construídas no terreno doado pela prefeitura no Conjunto Juliano Moreira. Um aquecedor solar com um sistema de baixo custo, um caminho preparado com conduíte para a posterior instalação de ar condicionado, caso os moradores venham a querer instalar algum aparelho posteriormente, entre outros aparelhos possíveis. Mas todos os pedidos foram vetados pela CAIXA-RJ por não se enquadrarem no sistema de construção que a mesma adota como padrão.

A técnica da Caixa é muito rigorosa. A caixa não tem flexibilidade para com os projetos. Todas as normas são fechadas e nada é passível de discussão, ou adequação. Nossa casa não tinha pilar, era só alvenaria e telhado. Eles só permitiam tijolo estrutural ou alvenaria com pilar, então nós

tivemos que colocar pilares. E aqui não tem um técnico que entende e acompanhe a gente porque isso aqui é um outro tipo de obra. (Alexandre Correia de Oliveira, arquiteto da Fundação Bento Runião, 21.05.2011).

Com isso, podemos dizer que falta diálogo sobre o processo de construção das moradias entre a CAIXA e as assessorias técnicas no Rio de Janeiro, o que já não acontece em São Paulo, onde há um técnico da CAIXA que acompanha todas as reuniões dos mutirantes do **Minha Casa Minha Vida – Entidades**. Para mudar o quadro, é preciso que aqui no Rio de Janeiro a CAIXA faça um acompanhamento presencial a fim de viabilizar a implementação de novas ideias, técnicas e materiais.

Numa obra comandada por empreiteira, o trabalho de técnico social da Caixa acontece apenas depois da obra. Esse técnico social se relacionará com os moradores somente após estes adquirirem o imóvel. Já na construção da moradia por autogestão, o trabalho do técnico social deve aparecer antes da obra começar (na discussão do projeto), durante a obra (trabalho mutirante) e, por fim, quando a moradia é entregue. Deve-se, portanto, tentar com que se abra um canal de diálogo entre as assessorias e a CAIXA-RJ, para que esta possa se adequar melhor ao processo de construção que acompanha e que não mais seja algo “emprestado” de um tipo de organização de trabalho que em muito se diferencia do qual está servindo.

Além disso, no caso do Rio de Janeiro, embora não haja uma intromissão direta da CAIXA na construção em si, pode-se dizer que ela limita as possibilidades da autogestão à medida que estabelece padrões a serem seguidos. É provável que esses existam devido a questões políticas que são totalmente desconhecidas pelos participantes do projeto. E como não são esclarecidas não podem ser discutidas, fazendo com que as possibilidades de criação por parte dos participantes na parte material da construção seja muito reduzida.

Em rigor, no Rio de Janeiro, não há orientação clara nem liberdade de criação e escolha. Desse modo, o programa tende a trabalhos longos e a enfrentar impasses que poderiam muito bem ser evitados se ouvesse diálogo

aberto entre os que autorizam o financiamento e os que o recebem e se organizam para a construção das moradias.

Isso pode ser muito bem visto na falta de entrosamento que existe entre as assessorias técnicas e a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL que é um dos principais problemas a ser superado, pois todas as ações que as assessorias, sejam elas de arquitetos ou de assistentes sociais, acham oportunas devem ser encaminhadas através de relatórios descritivos que servem como pedido de autorização para que as ações possam ser tomadas.

Vale perguntar: como pode o agente detentor do poder de comando não estar presente e vivenciando tudo o que acontece de problemas para contorná-los e também de novas ideias para aceitá-las? Como pode o fornecedor do financiamento não saber de fato o que se passa na organização, trabalho e criação de novas ideias dessas cooperativas? Enfim, como dizem os mutirantes, eles, as assessorias técnicas e a CAIXA deveriam trabalhar em conjunto na elaboração de seus planos e projetos, evitando a dispersão de ideias, esforços e os problemas de organização daí decorrentes.

Porém, apesar das dificuldades que os mutirantes enfrentam para se organizarem e construírem suas casas serem inúmeras e muito cansativas, eles acreditam que lutam por um ideal justo e que a batalha por moradia digna oriunda do trabalho autogestionário é a alternativa mais vantajosa a ser escolhida. “Acredito que estamos provando que podemos fazer uma moradia digna e com qualidade, e provando que tem jeito da gente morar bem... A verdade é que um sozinho não consegue.” (Fernando, mutirante do Grupo Esperança e coordenador da comissão de obras, 21.05.2011)

E deve-se dar atenção ao fato de essas palavras terem em si a clara a indicação da existência, no mínimo, de um desejo que diz respeito a mais do que a simples construção da moradia, bem como de forças a serem empenhadas em novas realizações e que os mutirantes dão a entender que existem e que são reprimidas durante o processo de construção. É questão de se dar destaque a alguns depoimentos, como os seguintes:

E outra, o acabamento da casa nós vamos fazer por nossa conta. Mas aí seremos nós que vamos decidir depois que estivermos dentro da minha casa. Lá fora é a cor que for votada, mas dentro vai ser do meu jeito, nem que fique igual casa de baiano! (Marinalva Fernandes da Silva, 20.08.2011)

O fato é que os mutirantes sentem que o processo tende a ser limitado por rígidas regras que o governo, fornecedor do financiamento, impõe. Há flagrante predomínio de providências e imperativos técnicos, quase que desconsiderando de vez as possibilidades de criação, de invenção e de realização de sonhos para além daquele de construir e possuir, *fisicamente*, a casa própria.

Faz-se como se tudo se limitasse a ser resolvido na pura e simples funcionalidade das casas, como se para além dessa funcionalidade não se devesse desejar coisas imateriais decorrentes da criatividade, da originalidade, da identidade, da personalidade de cada morador ou família e, em especial, faz-se como não se devesse desejar coisas derivadas de ideais de vida comunitária que possam motivar as pessoas à criação de novas formas de viver em conjuntos populares.

Por isso é preciso falar das forças da criatividade e dos ideais antes mesmo de se projetarem em realizações, ou melhor, em realidades que serão “o ir ou o estar além” da própria moradia construída pelo mutirão, como será feito no próximo capítulo. É preciso esclarecer que forças são essas que, afinal, estão em todos os seres humanos. Na construção da casa própria por autogestão, são elas as partes básicas da intimidade do confronto entre sonho e realidade, entre ideais comunitários e individualismo. São elas o desejo e a imaginação.

• **AS FORÇAS DO SONHO**

Rafael Sanzio pinta o convite de Platão. No afresco realizado em 1509/11, na Stanza della Segnatura do Vaticano, e depois denominado A Escola de Atenas, lá estão, majestosos, no meio

de outros filósofos gregos, Platão e Aristóteles. O discípulo segura numa das mãos sua *Ética*, enquanto a outra parece indicar o baixo, o chão, o aqui, o mundo concreto e imediato. Já Platão carrega seu famoso *Timeu*, que contém longo mito cosmogônico (pois sobre o mundo físico e sua gênese não há ciência, apenas conhecimentos prováveis, expressos em narrativas tecidas por imagens que visam à constituição de uma simbólica coerente). Com a outra mão, porém, num gesto multiplamente interpretável, oferece a alternativa: aponta o alto. Aponta o teto, o céu? Na verdade aponta para além, sempre para mais além. (PESSANHA, 1990).

3.1 O DESEJO

Platão, fundador da *Academia*, em suas reflexões sobre desejo, o divide em duas formas antagônicas; o desejo-aspiração e o desejo-apetite. O primeiro é impulso de liberação, o segundo aprisiona (PESSANHA, 1990). Cada um deles possui um tipo de vínculo com a temporalidade e está associado a uma espécie de memória. O desejo-aspiração remete ao passado, é nostálgico, é o “anseio de retorno à incorporeidade pura” (PESSANHA, 1990, p. 91). O desejo-apetite é o presente, a sofreguidão do corpóreo, a imediatez.

Há, portanto, um embate entre essas duas formas de desejo que estão voltadas para objetos diferentes. Enquanto o desejo-aspiração ou desejo-anelo provém do ar infinito que, segundo Anaxímenes de Mileto (séc. VI a.C.), constitui a origem e o fundamento de todas as coisas (PESSANHA, 1990), o desejo-apetite busca a satisfação momentânea. O primeiro desejo (aspiração) tem como modelo fisiológico a respiração, o segundo desejo (apetite) é a urgência intermitente da sede e da fome.

Todo esse antagonismo corre para um atrito constante além do plano psicológico, atingindo os planos ético, político e epistemológico, constituindo um dos focos irradiantes da sempre reaberta construção do platonismo (PESSANHA, 1990).

O desejo apetite, afoito e impaciente, quer a satisfação imediata, clama pelo prazer imediato, é comandado pela carne, pelos sentidos. Vê no objeto de fácil alcance o bem máximo, engana-se ao pensar que o aqui e agora representa o topo, levando-nos ao esquecimento das origens, à submissão voluntária e ao aprisionamento, pois cria-se a ilusão de que “o agradável de agora é já o bem último, de que um bem-qualquer é já um bem-em-si” (PESSANHA, 1990, p. 91).

Com a ajuda do Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa, podemos entender, através da descrição do significado da palavra *apetite*: **1** *desejo, vontade de comer, apetência* **2 ... 3** *fig. forte desejo sexual, volúpia* – que esta refere-se ao plano fisiológico da digestão, ou à sensualidade, sexualidade. Já a palavra *aspiração*: **1** *ato ou efeito de aspirar, inspiração, sucção* **2** *fig. desejo profundo de atingir uma meta material ou espiritual; sonho, ambição* – além de remeter-nos à vontade de alcançar algo, algum objetivo, constitui também o ato fisiológico de aspirar, ou seja, “atrair (o ar) aos pulmões; inalar; inspirar, respirar” (HOUAISS, 2001, p. 317). Portanto,

Aqui, como se vê, desejo se vincula a ar, respiração, sopro, alento, voz, fala, canto, música – enfim, a essa animação do corpo que sugere a presença de uma *anima*, uma alma-pneuma, arfante, falante, cantante, languageira. Na mesma direção do sutil e do volátil – ao encontro de realidades aeriformes que tendem a assumir, no limite, a incorporeidade – apontam as palavras “anelo” (lat. *anhelu*), e “anelar” (lat. *Anhelare*), pois anelo é anseio, enquanto anelar é desejar ardentemente, mas também ofegar, respirar com dificuldade (PESSANHA, 1990, p. 92).

O termo *desiderium*, do latim, carrega consigo esses diversos nomes do desejo-aspiração, e traz para nós o vocábulo português “*desiderato*”, aquilo que se deseja, o objeto do desejo. *Desiderium* refere-se temporalmente ao passado, é pois, também, saudade e nostalgia. “Percebe-se, portanto, a existência de um liame subterrâneo, radical – atado nas raízes das palavras – entre desejo, altitude e nostalgia, que faz de certo tipo de desejo a aspiração de retorno a altitudes perdidas” (PESSANHA, 1990, p. 92).

O desejo-aspiração é, portanto, aquele desejo que quer recuperar o passado, porém, não é o desejo de recuperar um passado já vivido, mas sim, de se chegar a um passado nunca antes experimentado, um passado visto de cima, do alto. É “o desejo de regresso ao reino da imortalidade e da atemporalidade, ao *Aion*, ao divino *sempre*, às alturas dos astros-deuses” (PESSANHA, 1990, p. 92).

Esse caminho então, percorrido pelo desejo-aspiração, é pois um caminho de volta, porém, não é uma caminhada através da horizontalidade da memória do passado. A busca não é por momentos e nem por imagens antecedentes, a volta não se dá pela história, pelo que já se viveu. A volta aqui é subida, é ladeira acima, sempre olhando para o alto, para o *alhures*. A volta é, dessa maneira, *anamnesis*: “reminiscência do sempre, retorno ao mundo das ideias, às causas paradigmáticas e ternas (PESSANHA, 1990, p. 92).

Além de se referir ao passado, o termo *desiderium* nos reporta também à palavra *siderare* – que vem de sideral, referente às estrelas, aos astros. *Sidera* significa a figura formada por um grupo de estrelas, uma constelação, e é empregado como palavra de louvor - o alto (CHAUÍ, 1990, p. 22). O verbo *siderar* significa fulminar por um raio. *Desiderium* seria a decisão de tomar o destino pelas próprias mãos - vontade consciente. O homem é, portanto, um ser desejante. A ideia inicial de Platão é a de que o desejo seria a falta, pois *desiderium* significa também perda, privação do saber sobre o destino, a busca por um ideal distante. Tito Livio, quando fala sobre o desejo anelar (aspiração), nos diz que esse sobe do coração, ansiando pela vida que lhe falta (CHAUÍ, 1990, p. 25).

Segundo Marilena Chauí, desejo e amor irão caminhar lado a lado a partir da Renascença. “O amor é desejo de união com o amado e todo desejo é amor e todo amor é desejo” – disse Leão Hebreu. Assim como o desejo possui duas formas antagônicas, o amor também é dicotômico. Este pode se apresentar como *amor ferinus* (desejo sensual) ou como *amor divinus* (desejo intelectual) destinado à bem aventurança da plenitude (CHAUÍ, 1990, p. 25). A escolha a ser feita seria entre o elevado e o terreno, a perfeição e a pândega, o intelecto e o instinto. O *amor divinus*, é, assim como o desejo-anelar ou desejo-

aspiração, o anseio nostálgico que caminha em busca do elevado, do que está além da humana horizontalidade.

É no diálogo entre Agatão, Sócrates e Alcibíades, narrado por Platão em “O Banquete” escrito por volta de 380 a. C., e no “Fedro”, obra realizada por volta de 366 a. C., que Platão descreve o desejo como o grande motor das ações humanas. Dentro desse tema, do ideal distante, Platão irá trabalhar deixando riquíssimas contribuições para reflexões em torno das palavras sinônimos: aspiração e ideal. Aquilo que é incansavelmente perseguido por ser eternamente fugidio. “O tema é o da nostálgica insatisfação que alimenta diversas formas de utopia” (PESSANHA, 1990, p. 93).

Segundo o pensamento platônico, o que traz vida ao corpo é a alma-sopro, pois ela refresca e lhe permite a faculdade de respirar. Mas Platão afirma também que o corpo é o túmulo que encarcera a alma. Pois a alma-voz deve se libertar dele para que possa remontar ao plano das significações puras, incorpóreas e atemporais. A alma deve pretender chegar ao mundo das significações essenciais, às ideias ou essências que habitam além-do-signo, no além-da-imagem, no além-das-linguagens (PESSANHA, 1990, p. 93).

O desejo-aspiração, que impulsiona nostalgicamente para o alto, incita a alma-sopro a escapar dos cárceres – temporais e temporários – da corporeidade, fazendo-a exercitar, em linguagens alantes – música, matemática, filosofia -, a ultrapassagem dos signos que tendem a prender os significados em cadeias empíricas de significantes, para afinal – in extremis – voar rumo ao sentido puramente noético, perene, essencial, luminoso – e etéreo (PESSANHA, 1990, p. 93).

A casa, objeto de desejo desses humildes trabalhadores organizados, não foi por eles antes experimentada, vivida, sentida, utilizada. Essa casa nunca existiu concretamente, encontra-se no reino das ideias, no imaginário criado pela imaginação dessas pessoas que almejam o que sequer um dia presenciaram.

Esse alvo derradeiro – ao mesmo tempo sede da significação real procurada por nosso intelecto e cidadela da beleza plena perseguida por nosso amor – está inscrito no fundo da alma exilada sob a forma de anelo do mais e do melhor. Surge de dentro do sentimento de falta, do senso de incompletitude; aparece pelo avesso, como falha, insatisfação, carência. Decifrado, esse oráculo interior que se manifesta enquanto

ausência e negação, aponta de longe para a existência do objeto erótica e intelectualmente desejado, remete à positividade plena da beleza-em-sim e do não-hipotético. (PESSANHA, 1990, p. 93).

Aquilo que eles não têm, o objeto de desejo desses mutirantes, vem da carência de uma moradia adequada, da falta de moradia digna. Vem da ausência de salubridade do local onde os moradores de Shangri-lá e de outros precários ajuntamentos habitacionais já viveram; vem da falta de uma morada própria, da negação de se viver de favor, de pagar aluguel, de se viver da maneira como vivem e nas condições em que vivem, da não aceitação de não se ter o que é seu por direito, que acredita possuir e por vontade.

Nesse ponto, a memória é relativa ao corpo preso, imerso nas más condições materiais, condição da qual se quer sair e, se sair, para nunca mais voltar. Não é o sonho, a realidade aspirada, o desejo de se libertar que se expressou na ascendência da alma a fugir do corpo; fugir do corpo do qual, na realidade, não sai, mas que pode ser levado a viver nas realizações materiais do sonho, do sonho materialmente realizado.

Ao longo do processo de construção da moradia, no canteiro de obras, os mutirantes percebem que o seu objeto de desejo, a casa, ultrapassa o seu valor utilitário e acabam, mesmo com todas as dificuldades, por se encantar com o processo construtivo e com o próprio trabalho inserido nele.

Porque você ver como está sendo construída a sua casa é melhor do que você chegar ali e ver a sua casa pronta. Eu sei onde está o cano e é bonito! Eu não achava que fosse assim, achava que fosse uma coisa mais chata, mas está sendo legal porque eu sei tudo ali, ou seja, além do espaço que você está vendo, ver também cada tijolinho levantado. (Luciana, mutirante do Grupo Esperança, 21.05.2011).

É o sentimento do mutirante de que naquele material, na ordem da construção, em cada tijolo, insere-se também o seu desejo, a sua imaginação. É esse sentimento de inserção do próprio corpo operante, pois construtor da casa, que faz com que o sempre racionalmente indescritível desejo de realizar se considere realizado. Mas é preciso dizer que até esse ponto a casa em si é realização do desejo-apetite. No seu significado para além dessa relação e para as novas possibilidades de vida é que se projeta o desejo-aspiração.

3.2 A IMAGINAÇÃO CRIADORA

A imaginação não é, como o sugere a etimologia, a faculdade de formar imagens da realidade; ela é a faculdade de formar imagens que ultrapassam a realidade. (BACHELARD, 1968).

Falamos de imaginação muito corriqueiramente em nossas vidas e com uma simplicidade muito grande. Imagem, imaginação, imaginário, imaginar. Todos temos a impressão de que dominamos o que essas coisas sejam, que esteja garantido o que essas palavras significam. Não nos damos conta da complexidade que está por trás dessas palavras: imagem, imaginação e imaginar. E não nos damos conta da delicadeza que está por trás desse ato, o ato de imaginar. Um ato decisivo para nossa vida cotidiana, um ato fundamental para um trabalho artístico, um ato fundamental para quem deseja criar. Criar em qualquer instância da vida, seja ela artística, social ou científica. Por isso, deve-se falar aqui de uma revolucionária concepção de imaginação trazida pelo filósofo Gaston Bachelard. Imaginação que, no campo da ciência e da arte, é concebida como criadora, dinâmica.

A dificuldade e a delicadeza desse tema vêm do fato de podermos falar de imagem como alguma coisa extremamente calma, organizada, lúcida. Como também podemos falar no sentido diametralmente oposto: turva, cambiante, que vive em constante metamorfose, que não possui permanência interna.

No primeiro caso, podemos citar as imagens da geometria. A partir do formato dos objetos fazemos construções. Nós podemos dissecar uma imagem, tirar a sua matéria, deixá-la apenas com seus contornos. Através das formas, vamos construindo imagens límpidas. A esse tipo de imaginário damos o nome de apolíneo. É um imaginário que permite discurso, que permite apresentação racional.

No imaginário apolíneo, deixamos de lado a textura, a consistência material do objeto, extraímos apenas seu contorno, nos entregamos à possibilidade de um trabalho de racionalização que permite um discurso

cristalino, onde a razão transita com a maior facilidade, onde a concatenação de várias imagens serve de fio condutor para o próprio pensamento.

O primeiro pensador que faz uma espécie de painel dos vários tipos de imagem é Platão, que mostra que nesse caso nós estamos num nível superior de uma sucessão de imagens naquele nível que está imediatamente abaixo de alguma coisa que não pode ser imaginada de maneira nenhuma, que seria a pura ideia. O universo de imagens geométricas seria a véspera do pensamento puro, do inteligir do puro, do conceber ideias. Seria a pureza da ideia que não comporta nenhuma forma de representação, que não se resolve definitivamente em nenhuma imagem, em nenhuma linguagem.

No outro extremo temos a imaginação do tipo *Boschiano* que apresenta uma espécie de desregramento, espécie de vida luxuriante de formas que se juntam ou se separam sem nenhuma aparente organicidade, numa espécie de gratuidade, de luxúria formal tão grande que é o universo das metamorfoses, das mudanças inesperadas – ilimitadamente rico. Nada segura este imaginário, nada o freia, ele é movido pela própria necessidade de mudar, de transformar-se – e essa transformação é o que dá a ele uma sedução enorme, mas ao mesmo tempo que o mostra como sendo uma zona aparentemente perigosa.



“O Jardim das Delícias Terrenas” - [Hieronymus Bosch](#), 1504.

Entende-se que haja um certo receio a nos entregarmos a algo desvairado, incontinuo, mutante. É preciso coragem para se deixar ser levado ao

desconhecido. Além disso, a dificuldade de se falar de imagem também vem do fato dela nos trazer duas possibilidades de imaginário.

- Imaginário límpido, geométrico – véspera da racionalidade pura, do conceito puro, da ideia pura.
- Imaginário da racionalidade obscura, turva, permanentemente mutante, insegura e ao mesmo tempo uma espécie de abismo inesgotável.

Por outro lado, devemos lembrar que a nossa tradição filosófica do ocidente é a tradição que se constrói extremamente desconfiada da imaginação.

Descartes, filósofo e pensador do século XVII, procura uma situação estável e segura que ele vê que só lhe é permitida pela matemática. Chama a consciência de “pensée” e na “pensée” de cada um tem-se representações de vários tipos, provenientes das nossas experiências sensíveis: frio/quente, doce/amargo, leve/pesado. São imagens e representações que não têm uma segurança total porque na verdade elas são sempre referentes a sensações relativas, mutáveis. Se eu estou com febre o gosto da comida é amargo, se estou bem é uma delícia. Meu paladar, meu olfato, minha vista, oscilam profundamente de acordo com meus humores, com minha saúde. Eu não posso então, a partir dessa instabilidade, criar um caminho seguro, um caminho de certezas.

Contudo, posso pegar as representações daquilo que Bachelard chama de imaginação, essa faculdade de fabular e de criar seres e representações que não são fiéis a aquilo que eu vejo, por exemplo, posso pintar um barco voador, posso pensar numa mulher-mula, posso pensar numa série de imagens imaginadas. Posso começar a criar um universo de imagens que não tem nada a ver diretamente com aquilo que eu apreendo com os sentidos. Mas, na verdade, também é um universo inseguro porque ele muda de acordo com a minha criatividade, com a minha possibilidade imaginante.

Descartes nos diz que só há uma salvação. Se eu estendo a minha “pensée”, eu verifico que há algumas, raras, poucas representações dotadas de uma estabilidade extraordinária. São estáveis em mim e são iguais às

representações que todas as pessoas têm com idêntica estabilidade. A ideia e a representação de grandeza em mim é algo sereno, tranquilo, que não oscila e em qualquer um também é. São certas representações e ideias que segundo Descartes, têm não só a vantagem da estabilidade, da segurança, da tranquilidade, mas também têm a universalidade. Todos possuem essas representações da mesma forma. Portanto, há a presença em mim de uma universalidade. Os ângulos internos de um triângulo será sempre, para gregos, troianos, argelinos e chineses, 180 graus, ou melhor: igual a um semicírculo.

Esse é um caminho que o ocidente começou a trilhar, o caminho que privilegia nas representações o que qualquer um tem na sua mente, aquilo que em nossa mente aponta para uma clareza apolínea, constante e universal. Em reforço, o que nós somos levados a fazer é por de lado, abandonar as ideias obscuras, as representações obscuras, as provenientes dos sentidos do corpo e as provenientes dessa imaginação desregrada, luxuriante e perigosa porque ela não nos leva por um caminho reto, correto, de demonstratividade matemática. Ela é ziguezagueante, ela vai e volta, vai para qualquer direção e oferece qualquer sentido para as coisas. Ela jamais cessa e nunca se conclui. Essa imaginação não pode prometer estabilidade, prometer clareza e muito menos conseguir aquilo que Descartes está buscando, uma espécie de armistício entre os espíritos, uma espécie de paz universal em torno de uma unanimidade e em torno de um consenso que serviria de ciência para todos, clara e estável. Esta, a ciência clara, através do fundamento das ideias claras e distintas, com a imaginação e a representação vinda dos sentidos, nos levará a permanecermos nas nossas singularidades e nas nossas idiossincrasias, nas nossas disputas, nas nossas preferências, nas nossas divergências, nas nossas lutas. E isso é exatamente o que Bachelard está tentando evitar. Alertando-nos, de que essa maneira de conduzir o pensamento é um perigo.

Então, o que decorre disso é que a imaginação passa a ser olhada com imensa desconfiança. Ela não é aceita para fazer ciência, ao contrário, é ela que deve ser expurgada, retirada da nossa linguagem, para que uma linguagem científica se reproduza. Fazer ciência e fazer um discurso científico é sobretudo o tentar tirar do universo da linguagem, do universo da “pensée” tudo o que para ele é instabilidade, obscuridade, ou seja, tudo que nele é

sobretudo resultante dessa imaginação. Junto disso vem a tradição religiosa judaico-cristã, que nos diz que, se Deus é único, todas as representações múltiplas são na verdade o caminho das idolatrias.

Vivemos na dicotomia da imagem que pode se apresentar como as imagens do tipo Apolínea, ou seja, tranquilas e estáveis. De outro lado, temos as imagens Dionisiacas, luxuriantes e metamorfoseantes. Nossa dificuldade em aceitar as Imagens Dionisiacas vem de nossas raízes religiosas e de nossa tradição cartesiana.

Quase todos nós, se formos perguntados: “O que é imagem?” - ou então, “Dê um exemplo de imagem.” – estaríamos, em maioria, descrevendo ou desenhando imagens de algo que já existe, de algo que já foi visto, que foi percebido antes. E isso é algo muito grave. Esse é um grande obstáculo que nos dificulta a compreensão de que não estamos falando de uma imaginação reprodutora, como nos remete Sartre, que a trata enquanto simples registro passivo de experiências, mas sim de uma **imaginação criadora** que aliada à vontade, é poder e criação, nos permitindo ver a imagem enquanto imagem, com um valor em si mesma, pelo simples direito de imaginar. Expliquemos:

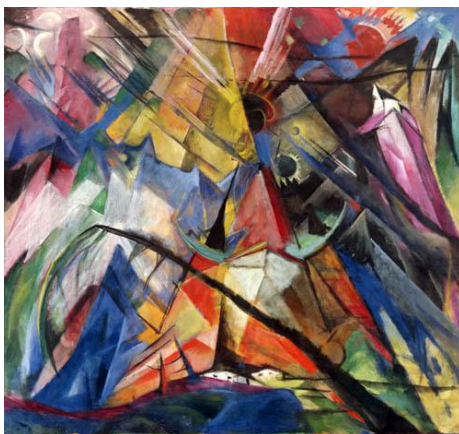
A arte moderna, que nos trouxe a partir do fim do século XIX, uma nova abordagem da arte, na qual não mais era importante que ela representasse literalmente um assunto ou um objeto, não foi capaz de libertar os homens das amarras da representação, da necessidade de se referenciar a imagem sempre a algo já existente. Podemos ver isso no famoso quadro de Tarsila do Amaral “Abaporu” que se encontra exposto no Museu de arte latino-americana de Buenos Aires. Nessa obra vemos a imagem de uma figura que não pode ser classificada como um ser humano “normal”. A figura possui pés e mãos desproporcionais, enormes, em contraposição à cabeça pequena. Nas descrições da obra, vemos a intenção de classificá-la como a representação de algo. A cabeça pequena em contraposição aos braços e pernas gigantes seria uma referência à antropofagia modernista, que se propunha a deglutir a cultura estrangeira e adaptá-la à realidade brasileira.



“Abaporu”- Tarsila do Amaral, 1928.

Porém, no fim do século XIX, uma nova maneira de pintar imagens nos trouxe, enfim, liberdade para criar objetos e formas que não fazem parte da nossa realidade concreta exterior. Falamos aqui do abstracionismo, que usa as relações formais entre cores, linhas e superfícies para compor a realidade da obra de uma maneira "não representacional".

Diante dos quadros abstratos, você não pode perguntar: “O que isso representa?”. A arte pictórica acaba nos colocando um desafio porque para essa pergunta só há respostas óbvias ou insolentes porque o que se pode responder é: “é uma gravura”, ou então, “é um quadro”, “é uma pintura”, “é isto mesmo que você está vendo”, “é exatamente isso que está diante de seus olhos, nem mais nem menos”. Então, a pergunta muda: “O que isso significa?”, ou “O que isso quer dizer?” Estas duas perguntas são extremamente preconceituosas com a imagem. Ela vai contra a natureza mesma da imagem, contra a imagem enquanto imagem. Dessa maneira, estou perguntando à que aquela imagem remete, de que coisa ela é a xerox, de que coisa ela é a fotografia. Então, ela seria apenas uma fotografia, uma xerox, ela será apenas uma cópia. Ela não é nada! Só vale aquilo que valer a coisa que ela representa, e só tem valor se representar com fidelidade.



“Tyrol” - Franz Marc, 1914.

Portanto, para essa forma de pensar, quem vai dizer o que é aquilo é a coisa representada. E quando se pergunta: “O que isso significa?”, eu estou perguntando como aquela imagem pode ser traduzida em conceito. Vivemos numa tradição de um realismo excessivamente singelo e de uma necessidade de significados. Toda vez que fazemos isso, negamos à imagem uma realidade, um valor em si mesma. Negamos a ela o direito de ser um ser próprio. É lamentável querer que ela não seja nada, que seja enquanto imagem apenas ponte para algo e não algo em si.

Imagem percebida e a imagem criada são duas instâncias psíquicas muito diversas e seria necessária uma palavra especial para designar a **Imagem imaginada**. Tudo que é dito nos manuais sobre a imaginação reprodutora deve ser creditado à percepção, à memória. A imaginação criadora tem funções completamente diversas da imaginação reprodutora. A ela pertence essa função do irreal que é psiquicamente tão útil quanto a função do real (BACHELARD, 2001).

Nós estamos sempre vendo a imagem como cópia fiel, como cópia expressiva de algo ou como metáfora de algo. Isso é o resultado de todo o preconceito que destitui a imagem de toda realidade própria. Não a deixam ter significação própria, ela é apenas caminho, na melhor das hipóteses.

Com isso, podemos ver a imensa delicadeza desse assunto e o que nos ameaça. Ou nós matamos a imagem porque a coisificamos, ou nós a aniquilamos porque a conceitualizamos. Não deixamos que ela se mostre, se é que ela pode se mostrar, na sua natureza de imagem enquanto imagem. Mas podemos nos perguntar: “Será que isso existe?”, “Será que isso faz algum sentido?”.

A verdade é que devemos tomar muito cuidado para tratar e falar de imagem porque senão, de antemão, a matamos. Não podemos chegar nela cheios de conceitos, de razões, cheios de vontade de jogar em cima das imagens todas as “bagagens” que carregamos. É preciso ter muito cuidado para nos aproximarmos de uma imagem, compreendê-la e aceitá-la enquanto imagem. Sartre, apesar de ver a imagem como algo simplesmente reprodutor, ou porta-voz de algo, nos coloca, a respeito dela, sábias palavras: “Para chegarmos perto da imagem, para falarmos imaginação, é preciso contenção do espírito.” (PESSANHA, 1991).

Pois do contrário vamos afoitamente com nosso realismo, nosso empirismo, com o nosso intelectualismo e nossa tradição cristã, definindo as imagens e não deixamos que em nenhum momento elas apareçam enquanto imagens, para que possamos ver o que é isso, essa coisa tão tênue, tão evanescente que é a imagem.

Por outro lado, diante de outras linguagens artísticas como a música, nós já nos habituamos há muito tempo a não termos essa atitude apressada e grosseira para entender a imagética. É claro que existem muitas músicas que sugerem que você visualize referências para os próprios sons, como as músicas que contam uma história. Mas felizmente, a maioria das músicas não tem essa intenção ilustrativa de uma representação visual. Você ouve uma Fuga de Bach e você nem pergunta: “O que é isto?”, nem pergunta: “O que isso representa?”, muito menos você pergunta “O que isso significa?”.

E no mais significativo de seus extremos, podemos falar das músicas, sejam concertos, sinfonias, prelúdios, bachianas, enfim todas aquelas que são indicadas por números, que se querem apenas música, nada mais, o que é muito, tanto e tanto como se querem assim somente, por exemplo, a nona sinfonia de Bethoven, a Bachiana número 5 de Villa-Lobos e outras designadas desse modo, indicando que um título qualquer já não lhes faria somente música.

Essa imagem imaginada, vinda de uma imaginação criadora, que alimenta não só o trabalho artístico, mas também o trabalho científico, “cria com seu jogo uma nova saída para a ciência” (PESSANHA, 1993, p. 25). É essa

imaginação que será usada para trilhar outros caminhos, por negar-se a condição presente. É esse ato de imaginar, ato imprudente e inconsequente, que dará à luz o novo.

Na questão da casa, da moradia, em especial no que trata de Shangri-lá e do Grupo Esperança é possível encontrar no depoimento dos mutirantes um imaginário por eles criado e com desejo de realização. Por isso, imaginário referente à moradia como realidade para além da casa em si, como realidade na qual estão as muitas relações sociais em que se envolvem e que aparecem como resistências a serem vencidas ou a serem transformadas para a realização do sonho.

Nesse projeto que a gente tem, num primeiro momento, as pessoas entendem tudo e concordam com tudo. Mas depois que está dentro da casa, aí começa a mudar tudo. Começa a não respeitar mais o espaço do outro, a infringir todas as leis... É o trabalho que nós chamamos de pós obra. Acabou a obra, nós temos que estar dando continuidade. E a gente começa a ver que a comunidade vai se acabando.” (Jurema Constancio, moradora Shangri-lá e líder comunitária, 31.03.2012)

Sem dúvida, depoimento valioso como exemplo do problema das resistências, daquilo que está na realidade desse processo para ser vencido, para ser transformado. Afinal, a obtenção da casa própria – e outros depoimentos recolhidos nas entrevistas não negam isso – pode ser de imediato a realização do desejo-apetite naquilo que se pode dizer da realização somente da materialidade e, assim, o fim da história desse processo sem a realização do desejo-aspiração.

Só que os lamentos dos mutirantes em relação a isso demonstram que vários deles vão além e não se conformam com o esgotamento do projeto no puro e simples desfrute de cada um isoladamente. São lamentos que indicam que, apesar de as novas condições de habitação levarem muitos mutirantes ao individualismo, há os que, inspirados na própria realização coletiva, sonham com a continuação da experiência comunitária do mutirão. Para os que lamentam esse fato de “ver que a comunidade vai se acabando”, o desejo-aspiração ainda está por ser realizado, sem dúvida, em trabalho constante, permanente, como algo que tende a decair se for abandonado.

Foi por isso que aqui se fez referência a duas formas antagônicas de desejo. É preciso não esquecer da possibilidade da realização do desejo de possuir a casa própria como realização de apenas um desses desejos, já que são antagônicos, e do aparecimento de um deles para superar o outro: o desejo-aspiração para ir além do desejo-apetite.

O fato é que, como já vem sendo aqui indicado, o imaginário nascido no próprio processo autogestionário, derivado daqueles que assimilaram e cultivaram o espírito comunitário e desejam que esse espírito permaneça na vida seguinte à entrega das chaves, encontrou na continuação desse processo o maior obstáculo para que o sonho de uma nova comunidade com valores próprios seja realizado: o individualismo. É o maior dos obstáculos internos dos grupos.

Em mais um esclarecimento, é preciso dizer que nas palavras dos mutirantes, principalmente no caso da já realizada construção de Shangri-lá, desejo-apetite e desejo-aspiração aparecem de modo cada vez mais claros como confronto entre individualismo e espírito comunitário. Daí, a razão de ser esse confronto, ou conflito, o fio condutor deste trabalho daqui para diante. Tendo sempre em mente a preparação para ele feita até agora.

- **CARACTERES DA AUTOGESTÃO**

4.1 Sobre o processo de autogestão em si

Consideradas as barreiras e as vantagens materiais do processo autogestionário de construção da moradia popular no Rio de Janeiro, vale discutir o que, em geral, a autogestão pode ter em termos de conflito entre os seus ideais e a sua prática. Nem sempre a sua utilidade para atingir os objetivos pretendidos supera os problemas que ela encerra em si e que são vividos pelos

seus participantes num processo à margem. Algumas das falas dos mutirantes aqui citadas já falam sobre isso, mesmo sem indicarem muita consciência do problema.

Como nada esclarece melhor do que ir direto ao assunto, toma-se como referência para esta discussão a definição de *autogestão* encontrada no *Dicionário de Ciência Política* de Norberto Bobbio, Nicola Matteucci e Gianfranco Pasquino. Abrangente, ela tem os elementos necessários, que por sinal são amplamente desenvolvidos no verbete, para compreender que autogestão é produto de um ideal, ou de ideais, e traz em si, desde as origens, a possibilidade de conflitos. Porém, que seja discutida por partes porque os próprios autores fizeram assim.

Por autogestão, em sentido lato, se deve entender um sistema de organização das atividades sociais, desenvolvidas mediante a cooperação de várias pessoas (atividades produtivas, serviços, atividades administrativas), onde as decisões relativas à gerência são diretamente tomadas por quantos aí participam, com base na atribuição do poder decisório às coletividades definidas por cada uma das estruturas específicas de atividade (empresa, escola, bairro, etc.) (BOBBIO, 1992, p. 74).

Tendo em mente o decorrer do processo autogestionário que estamos tratando, já é possível dizer que ele não se enquadra perfeitamente nos termos dessa definição. Chega a ser um exagero falar em autogestão. Não é possível aceitar que a gerência do processo esteve nas mãos dos cooperados. Isso quer dizer que se realmente houver autogestão nesse meio de construção da moradia popular, esta só será possível depois que as casas de cada grupo forem entregues aos mutirantes. Só então como coletividade eles terão pleno poder decisório sobre o que tiverem construído. E o desdobramento da definição confirma isso.

São, portanto, identificáveis duas determinações essenciais do conceito de Autogestão. A primeira é a superação da distinção

entre quem toma as decisões e quem as executa, no que respeita ao destino dos papéis em cada atividade coletiva organizada com base na divisão do trabalho. A segunda é a autonomia decisória de cada unidade de atividade, ou seja, a superação da interferência de vontades alheias às coletividades concretas no processo decisório (BOBBIO, 1992, p. 74).

Só as exigências da Caixa Econômica Federal e as limitações que impõem são suficientes para que se considere que os beneficiários do processo não passaram de cooperados e mutirantes. Por mais democráticos e justos entre si que possam ser nesse processo, não tiveram e não têm como geri-lo coletivamente antes da entrega das chaves a cada grupo formado. Não houve, nem há, tendo em mente a definição, a superação total da distinção entre quem tomou as decisões e quem as executou, nem total autonomia decisória de qualquer um dos grupos.

Isso tem uma importância muito grande para esta dissertação. A participação coletiva se deu de fato nas reuniões, nas mobilizações por liberação dos recursos financeiros e no trabalho braçal da construção por mutirão. Foi nessas fases que o sentimento comunitário apareceu nos primeiros grupos e tende a aparecer nos outros. Mas apareceu sem que tivesse direito ao comando do processo de construção. A autonomia para decidir as coisas só existiu na hora em que precisaram dizer coletivamente sim ou não a uma proposta que não era deles, mas que dizia respeito a eles.

A esse respeito deve-se levar em consideração a passagem de Jean-Christian Petitfils em “O Socialismo Utópico”, em que diz falar de “ideal comunitário”, com sugestões de explicação para a existência desse ideal do qual deriva o sentimento comunitário.

A procura de uma vida simples em contato com a natureza e a necessidade de encontrar relações humanas mais fraternais levaram os homens a fugir do universo artificial e poluído das megalópoles para criar no campo pequenas comunidades onde

pudessem viver segundo seus ideais (...) Essas comunidades apresentam igualmente uma estrutura social muito diversa. Habitualmente, são igualitárias e praticam comunidade dos bens, mas nem todas são contrárias à existência das famílias (...) A aspiração a uma vida gregária, que encontramos na juventude, serve, por vezes, de terapia às angústias pessoais, sem levar porém a uma reivindicação política. (PETITFILS, 1977, p. 164).

Petitfils lembra também um estudioso do tema e fala de suas explicações:

O mais conhecido teórico da vida comunitária nos Estados Unidos é o escritor Paul Goodman (1911-1972). Ele acredita na existência de uma natureza imutável, que se exprime em três funções fundamentais: a função criadora, a função sexual e a função comunitária. Esta última é a mais importante, pois condiciona o desenvolvimento das duas outras. Ora, a sociedade moderna, centralizada e burocratizada, mutila essas funções naturais. A criatividade é destruída pela rígida divisão do trabalho e o sistema escolar repressivo, a sexualidade é sufocada pela vida familiar e as proibições religiosas. Quanto à necessidade de uma vida comunitária, ela é impiedosamente obstada pela nossa era cronológica, cujo maior defeito é encerrar os indivíduos em si mesmos. O fenômeno cultural está, por toda parte, em oposição às condições da natureza (...) A utopia comunitária leva naturalmente, em Goodman como em outros autores, à reivindicação da autogestão (PETITFILS, 1977, p. 166).

Tendo em mente essas palavras de Petitfils, compatíveis com o nosso tema, o processo de construção autogestionária da moradia popular no Rio de Janeiro, para fazer algumas perguntas apropriadas ao que se passa nas relações entre os seus mutirantes.

Deixá-lo desaparecer assim que cada mutirante tiver a sua casa? Ou reconhecer a sua paixão por ele, como disse a mutirante, para conservá-lo e levá-lo ao comando daquela que será, finalmente, uma autêntica comunidade autogestionária? Se esta for a opção, significará a existência de um desejo para além dos desejos individuais e implicará encontrar os meios de, aí sim, construir

um comando efetivamente coletivo e democrático da vida comunitária, um sonho a mais a ser realizado.

Isso impõe discutir como pode ser vivido ou praticado esse sentimento comunitário. Parece que a única resposta possível é dizer que mesmo sendo uma comunidade autogestionária só pode existir por representação e por meio das relações entre representantes e representados. Se for admitida outra hipótese, terá de ser, de acordo com as considerações de Massimo Follis no citado Dicionário de Política (BOBBIO, 1992, p. 77), anarquia ou democracia direta, o que não parece ter qualquer possibilidade de ocorrer no caso em estudo.

A história tem exemplos bem conhecidos das possibilidades de proprietários de origens populares, quando beneficiários de políticas públicas de distribuição de propriedades, existirem bem próximos, até como vizinhos em grande número, sem que seus componentes formem qualquer coisa que possa ser chamado de comunidade e por isso mesmo sem nenhuma condição de se unirem numa anarquia, numa democracia direta ou até de escolherem representantes entre eles. Num desses exemplos, muito famoso, pequenos proprietários próximos não viviam unidos, não agiam unidos e, por coincidência de posição política, foram base de uma longa ditadura na França.

Os pequenos camponeses constituem uma imensa massa, cujos membros vivem em condições semelhantes mas sem estabelecerem relações multiformes entre si...Cada família é quase autossuficiente; ela própria produz inteiramente a maior parte do que consome, adquirindo assim os meios de subsistência mais através de trocas com a natureza do que do intercâmbio com a sociedade. Uma pequena propriedade, um camponês e sua família; ao lado deles, outra pequena propriedade, outro camponês e outra família. Algumas dezenas delas constituem uma aldeia e algumas dezenas de aldeias constituem um departamento. A grande massa da nação francesa é, assim, formada pela simples adição de grandezas homólogas, da mesma maneira por que batatas em um saco constituem um saco de batatas...A influência política dos pequenos camponeses encontra sua expressão final no fato de

que o poder executivo submete ao seu domínio a sociedade (MARX, 1977, p. 277).

O caso da construção autogestionária da moradia popular não chega a tanto, mas tem algumas coincidências com esse *saco de batatas* que não podem ser deixadas de lado quando se lembra desse exemplo. A possibilidade do isolamento de uma ou mais famílias em relação às demais tem causas de todos os tipos e nem precisa que se fale delas para que seja reconhecida. As relações que cada família tende a estabelecer para a sua subsistência em geral são com a sociedade como um todo nos mais diversos empregos ou pequenas atividades comerciais, e não com os seus vizinhos.

Apesar de terem construído ou estando por concluir as casas por mutirão, em esforço coletivo, portanto, os mutirantes dos grupos Shangri-lá e Esperança não fazem produção comunitária de suas subsistências, nem têm qualquer empreendimento comercial comum. E não há razões para dizer que na sociedade como um todo pertencem a uma classe e que é dessa condição que vem o sentimento coletivo entre eles. Muito difícil, portanto, dizer que deriva de condições objetivas da vida. Estas tendem até a indicar o contrário, isto é, tendem até a indicar o que parece ocorrer na maioria das vezes, que é o isolamento de cada um em sua unidade habitacional. As razões de viverem em comunidade com espírito comunitário devem ser outras, relativas a ideais, a imaginação, a sonhos.

Aliás, sobre as condições objetivas de vida, é preciso discutir o ponto relativo à representação dos mutirantes na construção autogestionária da casa própria para não confundir com qualquer intenção de dizer que podem levá-los a apoiar alguma ditadura. Isso porque numa parte daquilo que disse Marx sobre aqueles camponeses franceses, parte ainda não citada aqui, há uma avaliação que fala das razões de aqueles camponeses encontrarem sua expressão final no domínio do poder executivo sobre a sociedade, que exige uma explicação e uma

comparação com as formas dos participantes dos grupos Shangri-lá e Esperança se representarem como grupos, como cooperados, diante das autoridades.

Mas na medida em que existe entre os pequenos camponeses apenas uma ligação local e em que a similitude de seus interesses não cria entre eles comunidade alguma, ligação nacional alguma, nem organização política, nessa medida não constituem uma classe. São, conseqüentemente, incapazes de fazer valer seu interesse de classe em seu próprio nome, quer através de um Parlamento, quer através de uma convenção. Não podem representar-se, têm de ser representados. Seu representante tem, ao mesmo tempo, que aparecer como seu senhor, como autoridade sobre eles, como um poder ilimitado que os protege das demais classes e que do alto lhes manda o sol ou a chuva (MARX, 1977, p. 277).

O texto é claro: apesar da similitude de seus interesses, os camponeses pequenos proprietários não formam comunidade alguma. Tampouco criaram qualquer associação para representar por eles mesmos ou a partir deles as demandas ou reivindicações comuns que pudessem ter devido a essa similitude de interesses. Não elegeram também nenhum deles para ser seu representante. Por isso ficaram sujeitos a um governo protetor, mas que podia até dispor deles, removê-los, lhes dar outras terras ou fazer qualquer coisa arbitrária que pretendesse com eles.

No caso dos grupos Shangri-lá e Esperança, a escolha de Jurema como representante não tem nada que seja parecido com isso. Sem dúvida, não cabe dizer se na sua atuação ao representar ela obedece ou não aos desejos dos grupos que representa, ou se decide o que for comum a todos por conta própria sem consultar ninguém, muito menos os membros das suas bases. Coisas assim são para serem discutidas e avaliadas nos próprios grupos. O que importa neste trabalho, seja o que ela fizer em nome dos grupos, por isso, o que fizer pelos grupos, é o inquestionável fato de ter sido escolhida representante por eles como alguém semelhante a eles. Para usar palavras do trecho citado, como alguém que está entre aqueles com similitude de interesses.

Um representante escolhido entre os membros da própria comunidade com similitude de interesses é suficiente para que aqui seja possível falar na existência de alguma coisa como sentimento ou espírito comunitário não sendo importante a sua dimensão, isto é, em que medida exista esse sentimento ou espírito. Basta existir para que se possa falar de uma realidade além das realidades individuais. No caso dos grupos Shangri-lá e Esperança, para que se possa falar de uma realidade que apareceu talvez já nas reuniões, cresceu e se fez sentir com maior força na fase da construção por mutirão.

Mas é preciso pensar na relação inversa, a que vai do representante para os representados no sentido que a recente entrevista de Jurema mostrou e que será comentada em seus principais pontos num dos próximos capítulos. Sem a existência de um sentimento ou espírito comunitário fica impossível representar qualquer grupo ou pequena comunidade como tal. Não se trata de ter ou não consenso numa ou noutra decisão a ser tomada.

Se o problema for realmente o de viver numa comunidade autogestionária, o fato de seus integrantes serem unânimes, concordarem em parte ou divergirem numa questão, mesmo que esta última hipótese possa levar a brigas internas, não é relevante. Nada disso tem a ver com o sentimento ou espírito comunitário em si. Pelo contrário, os valores comunitários, isto é, “porque temos de pensar do mesmo jeito quando sobra pra todo mundo ou sobra só pra um”, tendem até a “levar os brigões a fazer as pazes”, como falaram os mutirantes nas conversas informais.

Não tem sentido ser representante de grupo ou comunidade se não tiver alguma coisa de ordem comunitária para representar. Sem a existência em cada um dos integrantes do sentimento de pertencer a um todo, não há como falar em vida comunitária. Ao representante caberia talvez cuidar de um ou de outro

pedido particular, ser o meio de ligação entre um cooperado e as autoridades, coisas assim que não caracterizariam representação de fato, muito menos representação de interesses comunitários.

Não há dúvida de que é preciso esclarecer o que se entende aqui por realidade comunitária, sobre a qual se tem falado sem maiores esclarecimentos. Para isso vale reproduzir a definição de ação comunitária de Max Weber, que permite também, na medida em que se desdobra para a de ação societária, trazer mais pontos a serem considerados na questão a respeito da construção autogestionária da moradia popular.

A ação comunitária refere-se à ação que é orientada pelo sentimento dos agentes de pertencerem a um todo. A ação societária, por sua vez, é orientada no sentido de um ajustamento de interesses racionalmente motivado (WEBER, 1974, p. 215).

Bem de acordo com o que tem sido considerado nesta dissertação, Max Weber fala em sentimento, mais precisamente de sentimento de pertencer a um todo para definir uma ação comunitária. Não importa que o sentimento de pertencer a um todo seja, como todo sentimento, individual. O que importa é que esse “todo” é comum para cada um que se sente pertencendo a ele, sem fazer diferença como cada um em si o imagine ou o sinta.

São frequentes nas falas dos mutirantes, como em algumas que já foram vistas, a referência a esse sentimento de pertencer a uma comunidade que, mais do que simplesmente ter seus membros vivendo junto, se organizou para encontrar os meios comuns de construir casas próprias que são objetos de propriedade individual de pessoas ou famílias. Nessas falas há bastante clareza da consciência de que a ação dos grupos só foi possível devido à existência do sentimento. Sem sentimento de pertencer ao todo dos grupos seria impossível a

ação coletiva que é chamada de processo autogestionário de construção da moradia popular.

Quanto à ação societária, esta tem para Weber um caráter complementar em relação à ação comunitária na medida em que leva essa a um ajustamento não exatamente dos sentimentos individuais, mas sim dos interesses decorrentes, que por serem racionalmente motivados permitem que sejam organizados tal como os muitos interesses individuais de ter casa própria foram organizados em grupos ou cooperativas para a construção das casas.

Essa segunda definição significa que desejos, sonhos e imaginação dos mutirantes puderam ser organizados racionalmente porque o sentimento de pertencer a um todo lhes deu unidade. Sem unidade não resolveriam nada, ou melhor, para estar de acordo com palavras da mutirante que serão citadas mais adiante: sem união, desejos, sonhos, imaginação, interesses e organização racional não resolveriam nada, porque sem união não valem nada.

Mas isso não quer dizer que houve uma organização racional do processo sob qualquer forma associativa que lhe pudesse garantir permanência na vida dos mutirantes. Nenhuma associação foi criada no caso da construção das casas do Grupo Shangri-lá, como nenhuma tem sido pensada nos casos dos demais grupos que foram formados para a construção autogestionária. Isso faz com que as possibilidades de ação societária não passem do período da construção.

Por isso, na continuidade do processo, na vida comunitária que terá seguimento na entrega das chaves, essa solução para o problema inicial de construir as casas pode terminar num problema que, se existisse de início, como se viu até na indiferença inicial da Jurema em relação às primeiras reuniões da igreja de origem alemã *Misério*, não teria permitido sequer a compra do terreno

em que o grupo Shangri-lá construiu suas casas. É preciso que no sentimento de pertencer a um todo haja o desejo de criar uma organização racional permanente em cada grupo, e até unir os grupos formados num só, coordenando todo esse movimento de construção autogestionária.

Isso porque, apesar da importância do sentimento comum de pertencer a um todo para a realização de uma ação comunitária, nenhum processo de cooperação, mesmo com esse sentimento, tem garantido em si sociabilidade permanente. Lembrando as definições e considerações do *Dicionário de Política*, é possível dizer que anarquia, democracia direta ou autogestão também não garantem isso. Daí mais uma vez terem razão os mutirantes, embora nem todos pensem nisso, quando se preocupam em preservar o espírito comunitário.

Tomando-se como exemplo a curta história e a atualidade do Conjunto Shangri-lá, é possível ver que essa preocupação tem seus motivos. Assim que as unidades são ocupadas pelos mutirantes, a tendência é de que haja um período de festa e de gozo desordenado por parte de cada família na sua moradia até que alguns comecem a se dar conta de que houve mudanças que desfiguraram o estado em que foram entregues. São mudanças que tanto podem ocorrer no interior quanto no exterior das casas, seja por conta da inexperiência dos moradores, seja por conta do tempo, que não poupa nenhuma construção de desgaste.

Casas que foram construídas por mutirão, quando praticamente unidade por unidade todos participavam da mão-de-obra coletiva, estão agora sob os cuidados de cada um, tendo cada um de cuidar da sua sem recorrer aos demais. A realidade é que na hora de cuidar das infiltrações causadas pelas chuvas, de reparar pequenas rachaduras ou de passar uma demão de tinta nas paredes que começam a descascar, não há mais o mutirão.

4.2 A possibilidade de conflito na autogestão

Como esse sistema de construção é usado para contemplar famílias de baixa renda, na hora em que elas se separam para cuidarem sozinhas de suas unidades, acabam descobrindo, por mais que tenham aprendido a fazer pequenos consertos, que não têm recursos financeiros para a manutenção das áreas comuns e do que adquiriram por meio de muito esforço comunitário em cada etapa necessária. Descobrem, em consequência, que uma das soluções pode ser a volta da cooperação entre eles, o que não será fácil na etapa em que chegaram.

Tendo em mente essa preocupação e como a questão da cooperação pode voltar a ser considerada depois de terminado o mutirão, tudo indica ser pertinente discuti-la também com base nos conceitos de Robert Ezra Park, fundador da chamada *Escola de Chicago*. Segundo esse autor, são quatro os processos relativos à interação na vida social: competição – que leva à cooperação -, conflito, acomodação e assimilação.

De acordo com ele, as sociedades têm um duplo aspecto: são constituídas de indivíduos ou grupos independentes que competem entre si pelo domínio econômico e territorial, e por situações ecológicas favoráveis; mas são também sustentadas por uma solidariedade própria, um consenso e um propósito comum que é simbolicamente afirmado.

Sobre competição, Park introduziu na sociologia o conceito de competição ecológica, resultante da sua ideia de existência de dois níveis de organização em sociedade: um biótico ou subsocial, outro cultural ou social. Relativo ao primeiro, seria aquele em que os homens vivem e se relacionam entre si sem grandes diferenças do que seriam os relacionamentos interiores nas comunidades animais. Quanto ao segundo, esse já seria típico e exclusivo dos homens, daí a razão de dizer que nas sociedades a competição e a luta pela existência são limitadas pelos costumes, pelos pactos e pelas leis jurídicas.

Para Park, as crises seriam promotoras de períodos de rápidas mudanças, durante as quais a competição seria intensificada, terminando por originar períodos de equilíbrio mais ou menos estável, assim como novas formas de divisão do trabalho. E, assim que os períodos de competição declinam, pode-se dizer que aparece o tipo de ordem que denominamos sociedade. Em resumo, uma sociedade seria simplesmente a área dentro da qual diminuiu a competição biótica (subsociedade) e a luta pela existência assumiu formas mais altas e sublimadas.

Segundo Park, a competição, devido a levar a maior divisão do trabalho, é a origem da cooperação. Porém, como não desaparece completamente, tende a assumir a forma de conflito. Com outras palavras: a sociedade tem por base uma cooperação competitiva. A passagem do subsociedade ao social é a passagem da competição a essa cooperação.

Embora possa impressionar mal o que possa significar a palavra, conflito é, para essa escola sociológica, uma das principais formas de interação social. Seria um meio de alcançar uma espécie de unidade entre as partes conflitantes, mesmo que aniquile uma delas. Sua diferença em relação à competição como forma de interação estaria no fato de a competição não por os indivíduos que competem necessariamente em contato, enquanto para o conflito o contato vem a ser a condição necessária. Portanto, como formas de interação, a competição vem a ser contínua e impessoal, ao passo que o conflito vem a ser intermitente, sujeito a interrupções e recomeços, e pessoal.

Mas é preciso dizer que se a interação em sociedades fosse limitada a esses dois processos elas estariam sujeitas a tensões permanentes e intermináveis. Por isso Park tem em vista processos de interação que falam em favor do controle social daqueles que são competitivos e conflitantes. São eles a acomodação e a assimilação, que não eliminam nem encerram os anteriores

porque são voltados para produzir a ordem que estas não trazem em si, embora precisem de ordem para existirem como processos de interação.

A acomodação tem a ver com o objetivo de diminuir os conflitos entre os indivíduos ou entre grupos, reduzindo-os a limites toleráveis ou a estados de latência, quando nem chegam a se manifestar. Pode ter suas formas próprias de ser obtida como a coerção do mais forte sobre o mais fraco, o compromisso entre as partes conflitantes, a arbitragem por meio de terceiros, a tolerância entre os divergentes e a conciliação, que vem a ser forma consciente em que há harmonização entre os antagonistas.

Uma vez que tenha sido possível a acomodação, para que se tenha estabilidade, é preciso mais um processo de interação social: assimilação. Tem-se mesmo a ideia de que sem esse processo não se tem como considerar nada definitivo ou irreversível em termos de acomodação. A assimilação diz respeito ao que seria uma integração sócio-cultural na qual os indivíduos de culturas diferentes se integram numa realidade cultural inevitavelmente comum e na qual têm de compartilhar valores que muitas vezes implicam renúncia ou perda por falta de prática de seus valores culturais originais.

Quanto a conflito, nada mais representativo de ser um processo de interação do que a convivência no mesmo espaço urbano de modos de vida absolutamente contrastantes e diferentes. Parece mesmo ser o tipo de interação que está por vir no Conjunto Shangri-lá na medida em que a fase de cooperação, não devido a modos de vida contrastantes e sim pela diferença de tratamento que os beneficiados pelo mutirão dão às suas casas e às suas relações com os demais.

Depois de todo o processo vivido pelos moradores do Shangri-lá, é muito difícil admitir que a acomodação diante das diferenças de tratamento individual

dado ao sucesso da construção, quando parte desejou a continuação da união de todos para os casos de necessidade de um ou de muitos e parte começou a se isolar em suas casas, prevaleça na hora de tratar dos problemas de manutenção.

As dúvidas aqui levantadas sobre esse processo de construção da moradia popular ser realmente autogestionário voltam a pressionar. Na hora em que se procura pela organização que ele teria produzido, o que se pode falar é de um espírito comunitário que o animou, se organizou para atingir um objetivo bem definido e de uma liderança que concentrou em si as atenções dos mutirantes, que resolveram segui-la devido à sua competência para resolver os problemas que apareciam. Não é possível recuperar o que o espírito comunitário não chegou a organizar. Mas é possível com esse espírito comunitário criar novas formas de organização para novos objetivos.

5. O INDIVIDUALISMO E O CANTO DE CADA UM

5.1 Individualismo

Para esclarecimento do que aqui se entende por individualismo, se faz necessário assumir uma definição básica. Ela vem de considerações de Alexis De Tocqueville a respeito do seu significado em “A Democracia na América”. Tendo em mente a pesquisa realizada para esta dissertação, é a que se mostra mais adequada para representar a realidade dos mutirantes, isto é, a definição que por analogia mais se aproxima da realidade vivida pelos participantes dos Grupos Shangri-lá e Esperança.

Assim diz Tocqueville:

“O individualismo é um sentimento refletido e pacífico, que predispõe cada cidadão a isolar-se da massa dos seus semelhantes e a realizar-se à parte, com a família e os amigos, de tal modo que, após criar dessa maneira uma sociedade para

uso próprio, abandona prazerosamente a sociedade a si mesma (TOCQUEVILLE, 1973, p. 287).

É certo que Tocqueville diz mais a respeito e não deve ser deixado de lado, sob pena de se perder preciosos traços desse “sentimento refletido e pacífico”, ainda mais pelo fato de os mutirantes fazerem referências nas entrevistas a vários afastamentos individuais das diversas atividades comunitárias do processo de construção de moradias por autogestão. “O individualismo é de origem democrática, e ameaça desenvolver-se na medida em que as condições se igualam.” -“O individualismo é expressão recente originária de uma nova ideia. Nossos pais só conheciam o egoísmo.” (TOCQUEVILLE, 1973, p. 287)

No caso em estudo, não se pode perder de vista que se insere na história brasileira recente na qual o individualismo é um fenômeno crescente. Não é, pois, um caso isolado, embora com coisas próprias para ter por si mesmo esse resultado. Por isso valem aqui as palavras do professor Robert Moses Pechman, que fizeram referência a reflexões de Angelina Peralva.

Estudando o Brasil pós-ditadura, Peralva constata que importantes mudanças se impuseram ao país, transformando as condições de estruturação do vínculo social, a partir da emergência dos novos conflitos originários da experiência do individualismo de massa e que, por ainda se inscreverem em um registro protopolítico, com frequência, se confundem com a violência (PECHMAN, 2008, p. 194).

É nessa linha que, passando por considerações a respeito da ideia de fracasso da cidade, da perda de sua substância pública, da corrupção dos seus sentidos, e de outras coisas relativas, o professor Robert Moses Pechman chega a uma conclusão por demais significativa para pensar o que vem ocorrendo no Grupo Shangri-lá e parece ameaçar o futuro do grupo Esperança.

O encolhimento do espaço público se dá no processo de despolitização da cidade e de neutralização da vitalidade urbana. A cidade reveste-se com a carapaça da cidadela, que, descoletivizada, se transforma no lócus de estratégias particulares de conquistas narcísicas visando as mais-valias de conforto e aquisição (PECHMAN, 2008, p. 196).

Na sequência desse texto, Pechman pergunta como nós, cidadãos desse contexto urbano, chegamos a isso. Sem dúvida, ele responde, mas o propósito aqui é mostrar como os mutirantes, no caso especial que vivem, têm

consciência de que um problema no mínimo parecido está presente no processo de construção da casa própria por autogestão. Porém, sem descartar a importância da resposta que Pechman coloca, iremos nos concentrar em nossos estudos de caso: Shangri-lá e Grupo Esperança.

Antes, vale lembrar que o individualismo no Brasil é fenômeno de crescimento recente. Tem relação estreita com o regime político imposto à força a partir de 1964 como lembram João Manuel Cardoso de Mello e Fernando Novais (MELLO; NOVAIS, 2009, p. 54). Deu oportunidade para o aparecimento ou construção de uma sociedade deformada e plutocrática, no qual o dinheiro foi ao ponto maior na hierarquia de valores.

Foi um tempo de massificação de muitas profissões com a consequente impessoalização e embrutecimento das relações de trabalho. Também tempo de alta rotatividade nos empregos. Novos padrões de conflito nas cidades. Colapso do espaço público com consequências como violação dos direitos individuais, ausência de direitos políticos. Meios de comunicação de massas “educando” no lugar dos pais e das escolas. Isso e muito mais imposições até a recuperação das liberdades democráticas.

Depois de três décadas de crescimento de produção e consumo, de mobilidade social vertiginosa e generalização, ainda que restrita, dos padrões modernos de consumo, parece que tudo prosperou. Mas as esperanças políticas são frustradas. O cidadão que esperou pela democracia descobre que é mais contribuinte e consumidor do que cidadão. Agora a “felicidade” pode ser calculada, e em dinheiro.

Chegamos enfim ao paradoxo: o tão decantado individualismo leva ao esmagamento do indivíduo como pessoa. Isto é, à perda de qualquer horizonte de vida fora da competição selvagem, implacável, diuturna, do consumismo exarcebado, do narcisismo, que aparece no “culto do corpo”, na obsessão pela saúde, no medo da velhice, no pânico da morte, na identificação com todos os que conseguiram se subtrair, epla fama, ao rebanho(MELLO; NOVAIS, 2009, p. 102)

Foi o que Angelina Peralva viu como descoletivização com seus impactos para a cidade, para a vida em comum. Mas o nosso propósito aqui é falar de

como o sonho da casa própria pode virar realidade por meio de cooperativas de mutirantes. Em tese, elas são o oposto de tudo isso.

De saída, temos de levar em conta a possibilidade de união entre pessoas dos diferentes grupos e dentro deles próprios, Shangri-lá e Esperança, por motivo de alguma identificação entre eles, acima dos grupos, talvez por algum sentimento de classe capaz de vencer a tendência ao individualismo. Mas a resposta é negativa, como diz um dos mutirantes do grupo Shangri-lá, motorista profissional: “Posso ser franco? Falta de união. Agora tem lado A e lado B. Se um pessoal for limpar a caixa d’água, os de lá não ajudam. É uma pena.” (Valter dos Santos Esteves, morador Shangri-lá, 21.11.2011).

São palavras que destacam o confronto e o ideal frustrado, embora não derrotado, da união. Não derrotado porque outros mutirantes têm o mesmo ideal e podem responder prontamente quando indagados sobre o que mais valorizam no conjunto: A união, porque sem ela não vale nada. (Maria do Nascimento Braga, moradora de Shangri-lá, 12.11.2011).

Porém, valorizam mais quando estão no processo de construção. Nos depoimentos de mutirantes dos dois grupos, a resistência ao individualismo é mais forte onde ele se alastrou, que foi no Grupo Shangri-lá. No Grupo Esperança, talvez por ainda não ter as casas concluídas, o individualismo não aparece como problema e muito menos como desilusão. O entusiasmo que tem origem nos esforços solidários ainda prevalece:

É um fortalecendo o outro para a gente atingir os objetivos... A gente é uma família! Porque olha o que acontece: final de semana você não está com a sua família e ela se torna esse pessoal aqui, o pessoal que tá junto... Valorizo tudo, mas uma coisa que valorizo muito aqui é a amizade. (Maria do Nascimento Braga, moradora de Shangri-lá, 12.11.2011).

Não podemos nos enganar em relação a esses depoimentos. Há o individualismo como resultado até do sucesso do projeto e, em contrapartida, o desejo de superação desse resultado. Não deixa de ser um conflito decorrente da cooperação anterior. Por isso sua superação tende a ser buscada, bem como novas formas de cooperação. Mas a solução para isso não pode ser tão óbvia. A cooperação já mostrou que pode se esgotar, que não é forma de vida

eterna, tem de ser sustentada, praticada sem parar para não acabar, para não levar de novo ao individualismo.

Nas declarações dos moradores do Conjunto Shangri-lá há claros indicadores de que aqueles que entre eles agora se isolam em suas casas, numa vida à parte e indiferente em relação aos demais, não são poucos e dão sempre desculpas para se omitirem baseadas no direito de fazer o que bem entendem com as casas que possuem. Esquecem o esforço conjunto anterior e fecham questão contra a opinião de que todos deviam continuar se ajudando para cuidar pelo menos da manutenção das paredes externas das casas.

Muitos não querem mais ser cobrados por nada que alguém diga que seja de todos. Para uns é como se não existisse mais nada no conjunto que possa ser considerado de todos. Nem parecem se dar conta dos espaços comuns, do abastecimento d'água, de luz e da iluminação externa. Saber, eles sabem, mas fazem como se não fosse assim.

Isso é próprio do individualismo. Não acham que estejam fazendo qualquer coisa errada cuidando apenas do que lhes interessa. Já houve até um morador que disse que o certo é cada um fazer o melhor para a sua casa para ser exemplo para os outros. Acontece que na hora em que foram pintar as paredes externas não combinaram nada entre si e cada um pintou sua casa com a cor que escolheu sozinho. O resultado foi aquele que costumam chamar de “carnaval”.

Em tudo isso tem um sentimento de liberdade que não deixa de ser compreensível, mas acaba sendo exagerado quando alguém passa a ver nos demais moradores do conjunto não os antigos companheiros e sim pessoas que querem impor obrigações. Não entendem que não é questão de obedecer a padrões ou coisa assim. Ninguém ali é autoridade na vida de ninguém. É questão de união, de confiança uns nos outros, de um jeito de conviverem que deu como resultado a casa de cada família.

Sobre esse ponto, é importante assinalar que o individualismo pode ser entendido também como teoria política que tem raízes no direito de propriedade como condição necessária de liberdade. Só que essa ideia de

liberdade tem relação com ações no sentido de os indivíduos se protegerem do arbítrio governamental.

Por individualismo entende-se uma teoria política que, enfatizando os direitos de propriedade como condição necessária à liberdade, procura delimitar os poderes governamentais no desenvolvimento dos processos social e econômico (MIRANDA NETTO, 1986, p. 590).

Porém, mesmo aceitando que dispor de propriedade tem relação com liberdade, não se pode comparar os apelos feitos por moradores que se conscientizaram da importância das ações comunitárias com controle governamental ou por parte de qualquer autoridade. Trata-se apenas de entender que depois de construídas e ocupadas as casas, o governo não vai mais fazer nada por ninguém e que o mutirão que poupou despesas de mão-de-obra pode ser organizado de novo. Se as pessoas podem se ajudar nos casos de doença, por exemplo, por que não podem se ajudar na manutenção das casas? Questão de saberem se organizar para esse fim.

5.2 MINHA CASA MEU CANTO

Na obra *A Poética do Espaço*, Bachelard diz que *a casa é o nosso canto do mundo* (BACHELARD, 1988, p. 24). É o lugar em que ricos e pobres, se aceitarem a sua *primitividade*, encontram em si mesmos, segundo aqui se interpreta, a inocência, a pureza d'alma comum a todos no caso de *aceitarem sonhar*. Para ele, *vive-se a casa em sua realidade e em sua virtualidade, através do pensamento e dos sonhos* (BACHELARD, 1988, p. 25), o que o faz num certo momento do livro referir-se ao *ninho* como imagem primordial.

Com o ninho, principalmente com a concha, encontraremos toda uma série de imagens que tentaremos caracterizar como imagens primordiais, como imagens que despertam em nós uma primitividade. Mostraremos em seguida como, na felicidade física, o ser gosta de “recolher-se ao seu canto. (BACHELARD, 1988, p. 104)

Mas apesar de tudo o que a imagem do “ninho” possa encerrar em si e despertar em alguém quando se refere à sua casa, é preciso admitir que ela traz em si a possibilidade do individualismo, que não pode por isso ser posto em condenação definitiva, nem mesmo em condenação alguma, principalmente se for condenação moral. E realmente não é isso que aqueles que lutam pelo

espírito comunitário pretendem fazer. Ninguém quer tirar de ninguém o direito de “curtir” a sua casa própria. O que se pretende é dizer que nada numa comunidade de pessoas de poucos recursos é melhor que a união desses recursos por todos e por cada um como eles próprios provaram.

No caso da construção da moradia autogestionária, por mutirão, depoimentos de mutirantes indicam, não obstante a “felicidade física” de cada ser humano, o quanto o canto de cada um despertando sentimento inocente pode ser obstáculo para a realização de um entorno, coisa sempre dependente do espírito coletivo, que termine por valorizar ou até sobrevalorizar a moradia de cada um, o ninho de recolhimento de cada um. É o que se encontra nas palavras de Gilda Rebelo do Grupo Shangri-lá:

O problema é que eu acho que muita gente não se transformou com a mudança. Saiu do barraco para casa de alvenaria, mas continua como se estivesse vivendo naqueles barracos, não cresceram intelectualmente. Acharam mais cômodo se isolar. (Gilda Rebelo, moradora de Shangri-lá, 14.05.2011)

É o confronto depois da construção, depois da entrega das moradias, entre o espírito comunitário e o individualismo em que os protagonistas são os próprios mutirantes. Já não é a Caixa Econômica Federal com as suas exigências a resistência a ser vencida. São eles próprios que no isolamento tendem a limitar o projeto, tendem a limitar o alcance da própria realização coletiva, como bem indicam outras palavras de Gilda Rebelo: “Não têm tido mais reuniões, as pessoas eram mais unidas. Já não existe mais aquela união do início.” (Gilda Rebelo, moradora de Shangri-lá, 14.05.2011)

Para acompanhar o lamento de Gilda Rebelo, vale dizer que essa é a tendência de ação - ou de omissão e recolhimento – daqueles que desejam e sonham possuir casa própria, daqueles que já possuem e até daqueles que apenas falam da casa em que moram ou poderiam morar. Não é coisa que seja somente dos moradores do Conjunto Shangri-lá ou de poucos. É o confronto entre vida comunitária e vida privada, entre valores comunitários e valores individuais, entre o que se diz público e o que se diz privado, entre o que se diz coletivo e o que se diz particular.

Vale examinar pequena amostragem de letras da Música Popular Brasileira a respeito.

Como se verá, não há um padrão de desejo, não há padrão de ideal ou de sonho, não há sequer um padrão de casa desejada, mas há o ponto comum do recolhimento de cada um no seu canto, mesmo que a passagem da banda tenha por algum tempo trazido todos para a rua para vê-la passar.

E cada qual no seu canto
em cada canto uma dor
depois da banda passar
cantando coisas de amor (BUARQUE, 2011)

Claro que os cantos são muitas vezes desejados por não se querer morar em casa de cômodos ou ajuntamentos parecidos. São motivos até aceitáveis, principalmente quando a proximidade de casais ou de solteiros próximos a eles põe a convivência em perigo, como ocorria nos cortiços.

Batuque na cozinha
Sinhá não quer
Por causa do batuque
Eu queimei meu pé

Não moro em casa de cômodo
Não é por ter medo não
Na cozinha muita gente sempre dá em alteração

Eu fui na cozinha pra tomar um café
E o malandro tá de olho na minha mulher
Mas, comigo eu apelei pra desarmonia
E fomos direto pra delegacia
Seu comissário foi dizendo com altivez
É da casa de cômodos da tal Inês
Revistem os dois, botem no xadrez
Malandro comigo não tem vez (BAIANA, 2011)

Talvez estejam perto disso as razões do “João Ninguém” de Noel Rosa não se incomodar com a agitação na habitação coletiva em que mora. Por pior que possa parecer do ponto de vista material, o vão de escada é o seu canto.

João Ninguém
Que não é velho nem moço
Come bastante no almoço
Pra se esquecer do jantar...
Num vão de escada

Fez a sua moradia
Sem pensar na gritaria
Que vem do primeiro andar
(ROSA, 2011)

Como em tantas letras da Música Popular Brasileira, a qualidade do canto é importante, mas não supera em importância o puro e simples fato de ser um canto, qualquer canto, em especial se estiver com a pessoa amada.

Jogue suas mão para o céu
e agradeça se acaso tiver
alguém que você gostaria que
estivesse sempre com você
na rua, na chuva, na fazenda
ou numa casinha de sapê. (HYLDON, 2012)

Moradias que indicam cantos, no sentido de espaços em que é possível o isolamento e o quanto são valiosos mesmo na simplicidade, mesmo nas desventuras amorosas, não faltam. Porém, é preciso reconhecer, não chegam a compensar as frustrações amorosas.

Eu tenho o murmurar das fontes
a paz do horizonte
o sol na flor do ipê.
eu tenho à beira de uma estrada
uma casa de sapê
eu tenho a estrela cintilante
que vem do céu distante
beijar o igarapê
mas de que me serve amor tanta beleza
se em minha vida morro de tristeza
jamais terei você. (BARROSO; PEIXOTO, 2012)

Meu barracão no morro do Salgueiro
Tinha o cantar alegre de um violeiro
Foste a sonoridade que acabou (BARBOSA; CALDAS, 2012)

Talvez por isso houve mesmo quem chegasse a cantar e louvar o isolamento total, pouco importando amores ou qualquer relação social. É quando a regra do desejo do canto e do isolamento vai ao extremo.

Moro onde não mora ninguém
Onde não passa ninguém
Onde não vive ninguém

É lá onde moro
E eu me sinto bem (AGEPÊ, 2012)

Mas até esse autor que mora onde não mora ninguém, que claramente não quer contato com outras pessoas, tem o seu relacionamento com o mundo exterior e com as formas alternativas em que a vida aparece para ele.

Não tem bloco na rua
Não tem carnaval
Mas não saio de lá
Meu passarinho me canta
A mais linda cantiga que há
Um coqueiro do lado
Um cachorro magro amarrado (AGEPE, 2012)

Na verdade, trata-se de um primeiro ponto para mostrar que a moradia mesmo como realização do desejo-apetite pode indicar carências por conta do desejo de um movimento de ascensão para além da materialidade. Nessas letras, é o desejo de realização amorosa, evidente até nas frustrações, aquilo que aparece para indicar o desejo-aspiração como força que não desaparece com a satisfação material.

Isso quer dizer que a fusão da casa com o canto, por mais fortes e inseparáveis que ambos sejam na imaginação, não encerra a vida de ninguém em seus limites. Desse modo, uma casa em si mesma pode até ganhar vida na imaginação, sendo parte integrante de uma relação amorosa, sofrendo tanto quanto o seu morador a ausência de alguém.

Ah, você está vendo só
Do jeito que eu fiquei
E que tudo ficou
Uma tristeza tão grande
Nas coisas mais simples
Que você tocou
A nossa casa querida
Já estava acostumada guardando você
As flores na janela sorriam,
cantavam por causa de você
Olha meu, nunca mais nos deixe por favor
Somos a vida e o sonho, nós somos o amor Entre meu bem,
por favor
Não deixe o mundo mau lhe levar outra vez
Me abrace simplesmente

Não fale, não lembre
Não chore, meu bem (JOBIM, 2012)

Essa letra da música *Por Causa de Você*, de Tom Jobim e Dolores Duran, está aqui como exemplo daquilo que em capítulo anterior foi indicado como imaginação criadora. Só essa imaginação pode dar às coisas e aos espaços, ou melhor, aos cantos, propriedades e qualidades que eles em si não têm. Mas que não se pense que isso fica só na imaginação. Nós sentimos isso nas nossas relações. Somos nós que nos integramos e interagimos com nossos cantos; somos nós que lhes damos vida.

No caso de casas construídas por meio de mutirão, é preciso saber quem está limitando seu canto apenas ao espaço da sua unidade habitacional e quem está imaginando o seu canto como o conjunto inteiro. Dentro de cada casa, na mesma família, admite-se que cada um tenha o seu quarto e desse jeito todos respeitam a intimidade de todos. Sem que ninguém possa falar na chamada *invasão de privacidade*, isso pode existir também no conjunto habitacional como um todo. A questão é ter quem não limite a imaginação do que é seu à sua casa e tenha a aspiração de possuir como seu tudo o que foi construído por mutirão, claro, possuir compartilhando com outros que imaginarem e desejarem assim a vida comunitária.

Então, é importante esclarecer que desejo-apetite e satisfação desse desejo-apetite, mesmo quando parecem se completar na moradia própria - não importando qual seria essa moradia e todo o sentimento de canto, isolamento ou paz que possa trazer - não esgotam as forças da vida, muito menos a força do desejo-aspiração que, das tragédias da vida segundo Oscar Wilde, desafia e enfrenta até a tragédia de se ter conseguido o que se desejou. “Há duas tragédias na vida: uma é não conseguir o que se deseja e a outra é conseguir.” (WILDE, 2003, p. 106)

Por falar em Oscar Wilde, é preciso reconhecer suas ideias em favor do individualismo e examiná-las. Numa leitura sem maiores cuidados do ensaio *A Alma do Homem sob o Socialismo* (WILDE, 1986), teria tudo para contrariar o que se ouviu nas entrevistas dos mutirantes de forte espírito comunitário. Mas

a posição de Oscar Wilde surpreende. Para ele, o individualismo não é um só; são dois: um verdadeiro e um falso. E eles têm relações com diferentes objetos, que se opõem radicalmente em qualidade: as pessoas e os bens materiais.

A propriedade privada esmagou o verdadeiro individualismo, substituindo-o por um individualismo falso. Proibiu a uma parte da coletividade o acesso ao individualismo, fazendo-a morrer de fome, dirigindo-a por um caminho equivocado e opondo-lhe toda classe de obstáculos. E, com efeito, pode-se dizer que a personalidade do homem ficou tão totalmente absorvida pelo que possui, que a lei inglesa castigou sempre com muito mais severidade os delitos contra a propriedade privada que os delitos contra as pessoas; e, ainda hoje, continua a propriedade sendo a condição distintiva dos direitos cívicos. (WILDE, 1986, p. 1169)

Essa passagem sugere que o individualismo do qual se fala neste estudo é o que Oscar Wilde chama de falso. É o que tem como objeto a propriedade privada, ou os bens materiais em geral. Está muito de acordo com o que se passa com aqueles que no Shangri-lá se afastaram do grupo formado e foram absorvidos, dominados pelo que passaram a possuir, isto é, pela casa própria em que hoje moram.

Mas não se deve supor que o que ele chama de verdadeiro individualismo seja o que pretendem os mutirantes que lutam pelo espírito comunitário. Oscar Wilde era um artista e, muito mais do que isso, defensor do direito da arte de ser a mais livre forma de expressão individual. Era com a “alma do homem” que ele estava preocupado.

Era para a “alma do homem” que ele queria esse direito, o direito de cada homem cuidar da sua existência na parte que só pode ser individual e não pode ser medida por cálculos de utilidade. Nesse sentido, o verdadeiro individualismo tem a ver com viver para explorar e cultivar as melhores qualidades humanas e não com a quantidade de bens materiais, não com os objetos de propriedade privada.

Do ponto de vista político, ao fazer essa defesa, Oscar Wilde fala em termos de abolição da propriedade privada e da abolição dos governos, o que é puro anarquismo. Não tem nada a ver com o desejo de fazer dos grupos unidos

os gestores da construção e da manutenção das casas próprias. Quanto a isto, é Jurema quem tem a palavra.

6. SHANGRI-LÁ E JUREMA, HOJE

6.1 O Conjunto Shangri-lá, hoje.

Em fevereiro de 2011, ao pisar pela primeira vez no conjunto habitacional construído pelos moradores de Shangri-lá, tive a impressão de que a harmonia e o espírito comunitário reinavam sobre aquela comunidade, que num sábado de sol escaldante ocupava seu pátio interno, formado pela disposição de suas casas, com música, churrasco, bebidas, crianças e cachorros que brincavam e corriam aproveitando todo o espaço comum do conjunto.

As casas de Shangri-lá encontram-se coladas umas às outras por suas laterais, mas possuem aberturas que contribuem para sua ventilação cruzada tanto na sua fachada frontal quanto na sua fachada posterior. Uma extensa varanda dá acesso aos apartamentos do 2º pavimento, e tal varanda esteve sempre no relato dos diversos moradores que pude entrevistar como sendo o elemento principal do projeto, pois ela representa a união e a vontade de manter o grupo coeso, sempre repartindo algo em comum, nunca se dividindo ou se desmembrando.

Além da varanda, duas passarelas também se apresentavam como elemento de destaque do projeto pois elas faziam a ligação entre um bloco e outro do conjunto que, para uma melhor implantação das casas no terreno, foi dividido em três blocos. Porém, tais passarelas não chegaram a ser construídas, fato que seus moradores lamentam, pois queriam ver erguidos tais elementos de ligação.

Dois dos três blocos do conjunto possuem casas tanto no 1º pavimento quanto no 2º pavimento. Apenas no 3º bloco, o 2º pavimento é composto pelo centro comunitário que possui cerca de 200m² e abriga festas e reuniões do próprio grupo e também de outros grupos aos quais Shangri-lá deu origem. Uma das festas que o grupo costumava organizar, acontecia todo dia 1º de maio e recebia pessoas de diversas comunidades do Rio de Janeiro e até de outros municípios. Havia concurso de poesias, de danças, comida farta, distribuição de livros e brindes.

Mas a festa perdeu força depois de alguns anos devido a desentendimentos que ocorreram entre os participantes da comissão organizadora, parando de ser celebrada. Com isso, o centro comunitário, que deveria abrigar, segundo os moradores, além de festas, oficinas para jovens com atividades culturais e educacionais, encontra-se subutilizado pelos habitantes de Shangri-lá.

As casas, apesar de serem unidas, coladas umas às outras, foram pintadas com cores diferentes. Em algumas fotos da década de 1980, pode-se ver que o conjunto foi todo entregue numa cor só, num bege claro, que destacava suas janelas de madeira em formato colonial e suas coberturas em telha cerâmica. Mas, os moradores quiseram se diferenciar e destacar, através da diversidade de cores, onde começa uma casa e onde termina a outra.



O Conjunto logo após ser entregue na década de 1990.



As casas pintadas pelos moradores – começo da década de 1990.

Talvez tal fato tenha contribuído para a desunião de seus habitantes, ou talvez tal ação tenha sido apenas um reflexo da desunião que começou a tomar conta dos moradores de Shangri-lá após o término das obras. Para quem olha o conjunto das casas, esse interesse de pintar para marcar o seu canto pode muito bem representar sentimento de posse de caráter individual, sua provável razão de ser assim.

Os apartamentos, com cerca de 48m², estão divididos em sala, dois quartos, banheiro, cozinha e área de serviço, que ganhou espaço privilegiado no projeto, a pedido dos moradores. O tamanho desses apartamentos é bastante satisfatório se o compararmos, como já foi indicado, ao tamanho das casas financiadas por outros programas de habitação do Governo Federal. Os quartos possuem tamanho adequado para os móveis que devem abrigar, assim como a sala, a cozinha e o banheiro.

Acontece que a aparência do pátio interno que levou a acreditar que o conjunto abriga uma comunidade em harmonia e unida, ainda na lembrança daquela tarde de sábado, não foi confirmada nos relatos de seus moradores por ocasião da última visita.

Ao passar os olhos uma segunda vez no conjunto, observando melhor seus elementos arquitetônicos e seu estado de conservação, e não apenas as

peças que ali habitam, pode-se perceber que tal construção não vem recebendo os cuidados necessários para uma boa manutenção. Muitas paredes externas encontram-se infiltradas e muitos elementos não foram construídos ou estão inacabados como as passarelas e a pavimentação do pátio interno que permanece até hoje sendo de terra batida.

Essa falta de cuidado pode ser vista em todas as áreas de uso comum do conjunto como o pátio interno, o portão de entrada e os banheiros do centro comunitário. A manutenção de tais áreas e elementos requer organização dos moradores para que avaliem o estado de conservação dessas partes e juntos tomem decisões a respeito de como devem manter todo o conjunto em boas condições. Só que nem fazem mais reuniões, seja pelo motivo que for.

Como alguns moradores falam, o desejo de ver o conjunto acabado exige nova união do grupo para poderem captar recursos e terem a pavimentação do pátio interno para instalar bancos, fazer canteiros e ainda favorecer a utilização do centro comunitário para eventos culturais e educacionais. Mas tudo isso parece fora de propósito nas condições atuais.

Se alguma associação tivesse sido formada pelos moradores na ocasião da entrega das casas talvez a realidade fosse outra. Por mais que essa associação tivesse dificuldades de reunir os moradores, ela pelo menos existiria e não teria o problema de ter de ser formada agora, num momento de afastamento, que só não é pior porque brigas mesmo não há entre eles.

A construção da moradia por autogestão é prática que traz em seu processo a constância do pensar e do agir. Enquanto os moradores do Shangri-lá já ocupam as suas casas, os componentes da cooperativa Esperança, ainda na fase da construção por mutirão, reúnem-se semanalmente para colocar questões apresentadas pelo grupo e discutir a melhor forma de enfrentá-las e resolvê-las.

6.2 JUREMA, hoje: emoção e conquista

Devido a esse caráter de movimento sujeito constantemente a mudanças, uma nova entrevista com a líder Jurema Constancio se fez necessária para

elencarmos quais os pontos mais importantes que o grupo deve enfrentar na nova etapa – a segunda, a do canteiro de obras - e quais serão as futuras ações que sua líder pretende propor e colocar em prática para realizar o desejo-aspiração de uma comunidade com espírito comunitário.

Em tal entrevista, feita no dia 31 de março de 2012, Jurema declarou que a disposição do Grupo Esperança variou bastante ao longo desses últimos 12 anos em que se encontram juntos. No começo, no ano de 2000, quando o grupo foi formado, a disposição era grande, mas durante 9 anos, até 2009, momento em que conseguiram a aprovação para implementação do projeto, o grupo foi perdendo alguns componentes por falta de credibilidade no programa do governo no qual se inscreveram.

Essa perda ocorreu também devido a problemas particulares, como houve nos casos de separação de alguns casais e nas oscilações da vida de muitos membros do grupo devido a fatores como incerteza nos empregos, doenças graves e até falecimentos nas famílias. E é provável que essas desistências por razões de força maior tenham sido em maior número do que as desistências por falta de vontade ou de fé na realização do projeto.

Durante os anos de 2009 e 2010 o grupo ganhou novo ânimo, mas em 2011, segundo Jurema, o grupo voltou novamente a se desanimar, pois o financiamento para o início da obra não saía. A julgar pelas suas declarações, o grupo viveu uma fase de angústia que parecia não ter fim. E foi assim até março de 2012 quando enfim o financiamento saiu e a cooperativa voltou a ganhar impulso para enfrentar o trabalho de mutirão.

É nessa etapa, a de mutirão, que a cooperativa do Grupo Esperança se encontra atualmente e que deve durar cerca de um ano e meio. Para a líder do grupo, resolvido o que dependia das autoridades, nenhum empecilho pode mais cruzar o caminho desse mutirão a não ser ele mesmo, caso o grupo não cumpra a medição mensal imposta pela CAIXA, que é condição exigida para a liberação fracionada do financiamento. A cooperativa só recebe da CAIXA na medida em que fornece os dados do andamento do projeto. Porém, o recurso

financeiro está garantido em sua totalidade e a cooperativa possui a documentação que atesta isso.

Sem rodeios para falar o que pensa, Jurema diz que o seu maior medo se encontra no espírito individualista que a maioria dos mutirantes, segundo ela, possui. Com a experiência já vivida em Shangri-lá, onde os moradores optaram por se isolar em seus ninhos, alguns mutirantes do grupo Esperança, sabendo da experiência de Jurema, ficam receosos de que o mesmo aconteça com a cooperativa Esperança. Tais pessoas, que somam um número significativo de cooperados, não pensam que a questão da moradia termine após a construção da casa. Acompanham Jurema, para quem moradia é muito mais do que isso:

As pessoas confundem muito a moradia digna com quatro paredes, com um banheiro onde tem um esgotamento sanitário, e não é isso. A ideia não é só construir moradia, tem a luta pelas escolas, pela saúde, pelo transporte. Então, a luta aumenta, não para nas quatro paredes. (Jurema Constancio, moradora Shangri-lá e líder comunitária, 31.03.2012)

Emocionada, a líder do Grupo Esperança nos diz que o objetivo na experiência de autogestão não é só a reunião de pessoas para a construção de suas moradias, mas sim ir além disso. E para que isso possa acontecer é preciso que o grupo permaneça unido após a entrega das chaves. Um de seus grandes desafios é manter essa união para que as pessoas possam reproduzir tudo aquilo que aprenderam, pois nos processos de construção de moradia por autogestão que Jurema já acompanhou desde o início da obra até o pós-obra no Rio de Janeiro, Shangri-lá e Hebert, os moradores têm o seguinte comportamento:

As pessoas quando vêm receber a casa, agradecem, falam que vão contribuir, que vão usar suas experiências para que outros possam ter suas moradias também, mas na verdade não é isso que acontece. Depois que recebe a chave, cada um se tranca no seu quadrado e aí se esquece de tudo. (Jurema Constancio, moradora Shangri-lá e líder comunitária, 31.03.2012)

Determinada a prosseguir no caminho autogestionário de construção da moradia popular, Jurema Constancio pensa e repensa maneiras para que o espírito comunitário e de união tão mencionado durante o mutirão perdure

também após ele, para que os ganhos não se limitem a quantas “quatro paredes” tiverem as casas.

A maneira como a cooperativa está organizada é fator, segundo sua líder, que contribui para o estabelecimento de uma comunidade cooperativista. Divide-se em comissões que são formadas por mutirantes eleitos pelo próprio grupo. Há a comissão de obra, a comissão de mobilização, a comissão de finanças e a coordenação. Todas as pessoas que envolvem-se em alguma dessas comissões comprometem-se com a continuidade do projeto e com o cooperativismo.

Jurema diz não ser tarefa fácil vencer certos comportamentos individualistas, mas acredita que os ganhos dentro de uma comunidade cooperativista são muito maiores. Porém, é preciso passar isso para o restante do grupo, que desconhece os benefícios que essa prática pode oferecer. Devido a isso, ela expõe nas reuniões alguns casos de comunidades beneficiadas com esse sistema, e coloca como exemplo as cooperativas de habitação do Uruguai.

Outro passo que pretendem dar para que o espírito comunitário não morra é a construção de um centro comunitário. Tal espaço terá diversas funções e abrigará inúmeras atividades. Esse centro comunitário funcionará como o mais importante elemento de coesão do grupo após a entrega das chaves. As atividades previstas para esse espaço envolvem reuniões, festas, confraternizações e atividades ainda não elaboradas por completo, mas com intuito de gerar renda comunitária. Um exemplo desse tipo de atividade seria uma “cozinha comunitária” onde o retorno da venda de sua comida seria para o coletivo, para a cooperativa e não para uma pessoa ou um grupo específico. Dessa maneira pretendem dar continuidade ao crescimento do grupo.

A gente acredita e vem apostando nessa questão do centro comunitário para continuar organizando as pessoas. Mantendo o vínculo.

Pretendemos ter um espaço com geração de emprego e renda para atender o próprio grupo, porque aí sim a gente pode dizer

que é uma cooperativa. A cooperativa não é só para a construção de moradia, a gente no Rio de Janeiro tem um “know-how” de construir cooperativa, mas pra atender o imediato que é a construção de casas e acabou. Não é isso que queremos. Queremos muito mais. (Jurema Constancio, moradora Shangri-lá e líder comunitária, 31.03.2012)

Como podemos ver, o espírito comunitário é algo que deve ser trabalhado continuamente. A cooperativa deve ser uma entidade em constante movimento, em constante discussão. E ela é a própria responsável pela sua manutenção, pela sua sustentação. Jurema coloca que a luta é constante, mas que só é válida se for em prol do colectivo. Jamais deve ser em causa própria.

“A minha briga não é para a pessoa. Se tiver que brigar, eu vou brigar pelo coletivo, pra manutenção do próprio grupo. Eu não vou lá pra brigar pra atender o interesse de apenas uma família.” (Jurema Constancio, moradora Shangri-lá e líder comunitária, 31.03.2012)

Um aliado na luta de Jurema pelo cooperativismo e ao mesmo tempo uma façanha alcançada por ela é a documentação que conseguiram em cartório do projeto das casas, na qual foram registradas as quadras e não os lotes. Assim, cada quadra do projeto, que comporta em média 10 casas foi registrada no nome de 10 famílias. O lote, portanto, é um lote misto e não um lote individual. Conquista importante para se chegar ao objeto maior de Jurema: a propriedade coletiva. Objeto tão desejado pelas lideranças da autogestão de todo o Brasil e que ganha esperança em ser alcançada após esse feito de Jurema Constancio aqui no Rio de Janeiro.

Cada quadra pertence a um determinado número de mutirantes. “As casas são de todos e não são de ninguém.” – como ela gosta de colocar.

Nós conseguimos o lote misto com registro no CDRU! Isso é uma vitória! Há 20 anos que lutamos por isso e temos companheiros de outros Estados que também estão nessa luta. (Jurema Constancio, moradora Shangri-lá e líder comunitária, 31.03.2012).

Cheia de lágrimas nos olhos e com expressão de quem manifesta que a luta vale a pena, Jurema conta todas as complicações enfrentadas no cartório onde fizeram o registro. Cartório esse considerado um dos mais exigentes do

país, tornando a conquista ainda mais prazerosa, comprovada pelo enorme sorriso de satisfação e lágrimas de orgulho que rolam sobre seu rosto enquanto conta tal feito. Porque para ela:

“É uma questão de lógica. Se é uma área doada pelo governo federal, não devemos registrá-la no nome das pessoas, porque senão, daqui a pouco vende.” (Jurema Constancio, moradora Shangri-lá e líder comunitária, 31.03.2012).

O temor de poder ver as casas sendo vendidas é o que mais aflige essa líder. Segundo ela, não se pode deixá-las cair na especulação imobiliária, senão todo um trabalho de anos, cheio de conquistas difíceis, será perdido. Se isso acontecer, a cooperativa vai acabar, e vai parar também o projeto de continuidade para que outras casas venham a ser construídas e para que o entorno seja melhorado, com comércio e serviços adequados, e que escolas, postos de saúde e hospitais sejam implementados no bairro.

Com a propriedade coletiva, nenhuma família é única proprietária de sua casa. Sua moradia pertence, na verdade, à cooperativa. A família, portanto, não pode vender sua casa, ela deve repassá-la para seus familiares ou então, se precisar realmente se desfazer dela, deverá entregá-la para a cooperativa, que pagará aos moradores que pretendem deixá-la a mesma quantia que gastaram no pagamento do financiamento da construção da casa. A cooperativa, por sua vez, irá eleger outra família para habitar a casa, de um modo que parece ainda não estar definido, tendo sempre a obrigação de respeitar a fila de espera das pessoas interessadas em entrar no programa Minha Casa Minha Vida – Entidades.

Desse modo, ninguém perde o direito ao que construiu com seu trabalho só porque a sua casa está num terreno de propriedade coletiva. Pode passar para filhos e netos. Não pode é vender. Pode mudar para outra residência, passando a sua para a cooperativa, que seu trabalho será ressarcido. O único problema é que essa indenização, se um dia for necessária, terá de ser muito bem estudada para que mais tarde não se tenha questões judiciais. É coisa para a qual se faz necessário a assessoria de advogados, de agentes

financeiros e outros que possam encontrar as soluções adequadas para algo absolutamente novo decorrente dessa possibilidade.

Muitos mutirantes desconhecem o que é uma propriedade coletiva. Isso se torna um empecilho para que o grupo lute a favor dela. A vontade de cada um de ser dono do terreno em que estiver sendo construída a sua casa não pode ser deixada de lado. Por isso a estratégia da cooperativa é instruí-los sobre o que significa e como esse tipo de propriedade pode trazer de benefícios.

Quando falávamos de propriedade coletiva, ninguém sabia o que era. Então muitos eram contra porque não entendiam. Nós organizamos várias reuniões para a discussão sobre o assunto e hoje a grande maioria é favor. (Jurema Constancio, moradora Shangri-lá e líder comunitária, 31.03.2012)

Outro ponto positivo que a propriedade coletiva traz é a manutenção da casa como patrimônio familiar. Os filhos de moradores da cooperativa jamais ficarão sem casa pois seus pais nunca poderão vendê-la, alugá-la ou repassá-la pra membros de fora da família. Mesmo assim, a intenção não é a de que os pais deixem a moradia para seus filhos, mas sim, que os filhos, quando chegarem na idade própria de “saírem de casa”, construam a sua própria através do mesmo projeto. Daí, Jurema pensar que é essencial passar para as crianças e para os adolescentes os valores comunitários da cooperativa.

Os jovens vêm às reuniões, eles já estão começando a colocar na ideia a questão do cooperativismo, do morar coletivo. Hoje eles estão aqui no mutirão ajudando na construção da moradia para morar com a mãe. Aí, eles vão passar para os filhos deles que eles trabalharam muito para ter isso aqui. (Jurema Constancio, moradora Shangri-lá e líder comunitária, 31.03.2012)

O processo para passar tais valores para os mais novos é, segundo Jurema, muito lento e requer paciência e perseverança. Porém, sua implementação é primordial para o sucesso do projeto, para a continuidade do programa. A líder coloca como exemplo a relação com a sua própria família.

Eu tenho hoje, aqui no Esperança, meus dois filhos trabalhando, construindo suas próprias casas. Se eu fosse uma mãe relapsa, eu não tinha levado eles para as reuniões, não

tinha passado para eles o que acontecia no mutirão que eu trabalhava (Shangri-lá) e eles simplesmente não estariam aqui, não estariam batalhando pela casa deles. (Jurema Constancio, moradora Shangri-lá e líder comunitária, 31.03.2012)

Podemos perceber que sem espírito coletivo, sem os valores comunitários, a cooperativa, quando finda seus trabalhos referentes ao canteiro de obras e finaliza a parte material da casa, finda também com as possibilidades de construção de outros lares, com o surgimento de novas cooperativas e com a possibilidade de continuar a melhorar seus próprios lares, o entorno, o convívio com a vizinhança e outras coisas que ultrapassam a definição de moradia como algo puramente material.

Durante a entrevista com Jurema Constancio, ela fez questão de dizer que como líder dos Grupos Shangri-lá, Esperança, Nova Esperança e também de um novo grupo que acabou de se formar e ainda não tem um nome definido, sempre teve consciência de ter de ser ela mesma um exemplo das melhores coisas para todo mundo.

Quando soube que os componentes do novo grupo pretendem usar a palavra SONHO para batizá-lo, foi tomada de emoção, que voltou a sentir na entrevista quando lembrou dessa palavra tão especial para ela. Teve também lágrimas, sorrisos e expressões de angústia quando falou dos empecilhos enfrentados durante sua luta, reações que mostraram que Jurema é uma pessoa sensível e que já abriga de maneira muito intensa os valores comunitários em sua alma. Ao falar de tudo o que passou para conseguir implementar o projeto do Grupo Esperança na Colônia Juliano Moreira, Jurema se emocionou mais uma vez por constatar que suas ações não se limitaram apenas a favorecer o seu grupo, mas também outras famílias que já habitavam a colônia.

Você não tem noção do que é ter conseguido entrar na Colônia Juliano Moreira com essas famílias construindo suas casas. Nós brigávamos por isso desde a época do governo Brizola. Aqui só tinha uma entrada, e que era muito precária. Material de construção não conseguia entrar aqui. Hoje, com a nossa entrada, tudo se abriu. Os moradores da colônia estão conseguindo fazer obras também, melhorando suas casas.

Então, assim, a gente não atende só esse grupo aqui especificamente, a gente atende a colônia como um todo. (Jurema Constancio, moradora Shangri-lá e líder comunitária, 31.03.2012)

É importante destacar que nas declarações em que Jurema se refere às vitórias obtidas na luta pela moradia popular ela não fala na primeira pessoa do singular e sim na primeira pessoa do plural. Mais do que simplesmente saber e reconhecer, ela sente que sua vida nessa luta é sempre coletiva, parte integrada e inseparável de um todo. Não se conhece como uma liderança isolada que faz e acontece por si mesma para receber os aplausos e os agradecimentos dos liderados.

Mas esse sentimento comunitário não vem de idealismo gratuito. Tem uma história que, da chuva que mudou sua maneira de pensar até as suas primeiras participações em movimentos organizados, foi contada em parte no primeiro capítulo desta dissertação. De representante eleita da cooperativa formada pelos moradores de Shangri-lá, essa história teve a fase decisiva quando Jurema passou a frequentar as reuniões da *União Nacional por Moradia Popular*, na qual, ainda na década de 1990, atuou como coordenadora estadual desse movimento no Estado do Rio de Janeiro até, já nos anos 2000, ser eleita coordenadora nacional.

Dessa forma Jurema acompanha a questão das cooperativas do Rio de Janeiro há cerca de 15 anos e no momento lidera a luta, junto com outros companheiros, através da União Nacional por Moradia Popular e de outras cooperativas: Grupo Esperança e Grupo Nova Esperança em Jacarepaguá e cooperativas localizadas na Gamboa, em Santa Cruz, São Gonçalo e Magé. E ainda um projeto na Rua Sara, no Santo Cristo, que consiste num prédio do INSS, do qual conseguiram reivindicar a posse.

Além disso, Jurema foi nomeada, em junho de 2010, conselheira nacional das cidades, o ConCidades, que possui em sua pauta de gestão a construção do sistema nacional de desenvolvimento urbano, o monitoramento dos investimentos do PAC, do Programa Minha Casa Minha Vida e o avanço

nas políticas setoriais. Jurema é um dos 14 conselheiros eleitos na 4ª Conferência Nacional das Cidades para representar a União Nacional por Moradia Popular frente ao Governo Federal.

A casa própria, Jurema tem há algum tempo. É certo também que luta para que seus filhos tenham as suas. Só que isso não quer dizer que continua na luta por conta de interesse próprio. Tem ideais políticos. Aprendeu nas reuniões, nas caravanas e participando da coordenação do movimento em nível estadual e nacional a lutar pela reforma urbana, da qual não sabe com muita segurança o que pode ser na sua extensão, até onde pode ir. Sabe que deu uma contribuição inédita ao conseguir propriedade mista para um grupo fazer a construção autogestionária de moradias populares.

O sonho de Jurema ascendeu e teve essa realização. Ela tem direito a tudo o que foi escrito no capítulo sobre as forças do sonho. Teve tanto o desejo-apetite quanto tem agora o desejo-aspiração. Não fez sua luta a partir de projetos bem definidos. Imaginou e sonhou. Ainda sonha. Sabe que tem de convencer quem desconfia de tudo, quem duvida que as coisas aconteçam como ela diz, quem acha que não é possível fazer nada de novo. Tem de ajudar a criar e a desenvolver em outras pessoas o espírito comunitário que tem.

Num país como o Brasil, com tantos problemas devido à burocracia e às autoridades em todos os níveis, bem que Jurema e os que se empenham na luta pela moradia popular merecem a frase de Max Weber: “Certamente, toda experiência histórica confirma a verdade – que o homem não teria alcançado o possível se repetidas vezes não tivesse tentado o impossível.” (WEBER, 1974, p. 153).

E nada parece mais impossível do que as imagens da imaginação criadora, tantas vezes nos sonhos e nos devaneios. Por mais difícil que seja explicar as forças que temos em nós e que nos fazem imaginar e sonhar, nada impede que sejam pensadas como próprias do desejo de transformação que nos motiva e nos leva aonde não sabemos.

Foi assim, desejando, imaginando e insistindo todas as vezes em que tudo indicava que nada mais iria em frente, que o sonho de Jurema e de muitos mutirantes ultrapassou as impossibilidades e começou a realizar-se para ser parte das condições dignas de moradia de gente que parecia não ter esse direito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sobre as relações entre valores comunitários e valores individuais, que esta dissertação mostrou na oposição entre o espírito comunitário e o individualismo dos mutirantes no processo de construção autogestionária da moradia popular no Rio de Janeiro e na ocupação do primeiro dos conjuntos construídos, é preciso fazer algumas perguntas:

O que vem a ser, afinal cidadania? Ficar esperando que o governo tome providências para atender as necessidades do povo? Votar nos candidatos que aparecem na época das eleições com promessas e mais promessas dizendo que vão representar seus eleitores? Acreditar que a sua arma é o voto? Ainda mais, acreditar no voto como arma individual?

Para responder a essas perguntas e a tantas que se seguem daí, vale trabalhar a ideia de Jean-Jacques Rousseau na obra “Do Contrato Social” para dar solução ao problema da liberdade dos homens ao viverem em sociedade, que se encontra assim esclarecida pelo autor:

Encontrar uma forma de associação que defenda e proteja com toda a força comum a pessoa e os bens de cada associado, e pela qual cada um, unindo-se a todos, não obedeça senão a si mesmo e permaneça tão livre como antes. Tal é o problema fundamental ao qual o contrato dá solução (ROUSSEAU, 2011, 65).

Popularizada e consagrada no romance “Os Três Mosqueteiros”, de Alexandre Dumas, a fórmula proposta para resolver o problema foi “um por todos e todos por um”, resumo da explicação original de Rousseau, que começa assim no que diz respeito ao “um por todos”:

Cada um se dando todo inteiro, a condição é igual para todos, ninguém se interessa em torná-la onerosa para os demais, e cada um se dando a todos não se dá a ninguém (ROUSSEAU, 2011, 66).

E conclui no que diz respeito ao “todos por um”:

Cada um de nós põe em comum sua pessoa e todo o seu poder sob a direção suprema da vontade geral; e nós recebemos em corpo cada membro como parte indivisível do todo (ROUSSEAU, 2011, 66).

A relação em questão é entre o “todo” (“todos”) e as partes (“um”) de maneira a ninguém se relacionar com ninguém em particular. Desde que cada um se deu inteiro ao todo, será parte indivisível do todo e como tal será a sua relação com os demais. Ninguém é arquiteto, engenheiro, professor ou qualquer outro profissional por si mesmo. Todos eles representam o todo, porque todas as partes representam o todo. Nenhum deles está representado no todo, porque o todo não representa nenhuma das partes.

Como todos estão “sob a direção suprema da vontade geral”, é preciso dizer que a “vontade geral” não representa a vontade de ninguém em particular, nem a soma das vontades das partes. A vontade geral é do todo, que tem de ser pensado como indivisível. Para conhecer essa vontade, que é também indivisível, aqueles que se deram inteiros ao todo devem votar para esclarecer qual será ela nas diversas questões que lhes são postas. Para Rousseau, a vontade geral é a vontade da cidadania, que em particular se manifesta como vontade de cada cidadão.

No processo de construção autogestionária no Rio de Janeiro, o problema é dizer em cada caso o que é o “todo” e quem são as partes. De acordo com as referências feitas por parte dos mutirantes, o “todo” tem sido em cada mutirão o grupo formado: Grupo Shangri-lá, Grupo Esperança, Grupo Nova Esperança e outros. As partes são os próprios mutirantes, mas num sentido muito especial.

Ninguém foi ou é mutirante senão tendo dado todo o seu empenho para formar um desses grupos. Sem a doação particular de muitos como pessoa inteira para formar cada grupo, nenhuma dessas formações funcionaria como um “todo”. Mas ninguém nessas formações agiu no grupo ou recebeu do grupo em particular. Ninguém foi ou é mutirante em particular. Todos foram ou são mutirantes como partes indivisíveis dos grupos. São mutirantes porque formaram “um todo”: os grupos.

Na hora de construir em Shangri-lá, como agora se repete no Grupo Esperança, ficou bem clara a execução da fórmula. Todos se deram inteiros para trabalhar, formando a força do “todo”, trabalhando como um todo indivisível de mutirantes construindo casa por casa, uma por uma com toda força de todos em cada vez. Depois, no caso do Shangri-lá, os mutirantes receberam as casas por terem sido partes indivisíveis do todo que as construiu.

No caso da façanha obtida com a liderança de Jurema, essa relação aparece ainda melhor. O lote de posse comunitária é um todo indivisível no qual os mutirantes terão as suas casas construídas em partes indivisíveis desse todo. Nessa posse comunitária, tal como o cidadão de Rousseau, que não existe sem a cidadania que ele representa, nenhuma casa em particular será propriedade privada. Todas as casas serão possuídas como representantes da propriedade coletiva de cada grupo formado, de cada cooperativa.

É isso o que Jurema e outros mutirantes que lutam pela preservação do espírito comunitário querem falar. Todos os cidadãos são partes indivisíveis da cidadania que juntos construíram. Os mutirantes e suas casas são partes indivisíveis dos grupos que formaram. Ninguém é cidadão sem a construção da cidadania. No processo de construção autogestionária da moradia popular, ninguém tem casa sem a formação de um grupo de mutirantes.

A experiência de Jurema como militante de movimentos populares pela casa própria confirma tudo isso, e muito mais. O desejo-apetite não faz ninguém ascender à cidadania. É preciso o desejo-aspiração. Só ele aponta para cima; só ele aponta para a cidadania. Para famílias de baixa renda o sonho da casa própria só encontra realização no exercício da cidadania. É na

condição de cidadão que o desejo-aspiração se realiza. A casa própria é realização desse desejo; é realização da cidadania.

A mensagem é simples e não tem nenhuma novidade. O problema é convencer as pessoas de que ser cidadão não é ficar esperando que façam alguma coisa por ele. Ser cidadão é o meio de agir em sociedade, o meio de conseguir as coisas. E ninguém é cidadão sozinho, porque ser cidadão é condição do desejo-aspiração de viver em sociedade, de escolher a sociedade em que se quer viver.

Só que esse fato de ser simples e de não ser novidade não indica nenhuma facilidade. Não é qualquer um que entende e, mesmo quando se entende, não é qualquer um que aceita. O desejo-apetite é muito forte. O desejo-apetite prende de fato à satisfação imediata. E a satisfação imediata prende como realização, prende como ponto final.

Os moradores individualistas do Shangri-lá estão presos à pura e simples materialidade das casas. É provável que nem chegaram a ter o desejo-aspiração. Não se dão conta de que o mutirão que construiu aquelas casas foi um exercício de cidadania. Não se dão conta de que a cidadania gerou a força coletiva da construção das casas.

Mais do que a necessidade de simplesmente morar, foi o desejo-aspiração, transformado em desejo de cidadania, a força dessa realização e de todas as conquistas de caráter comunitário que esses grupos alcançaram. É por isso que toda vitória sobre o individualismo pode ser vista como parte necessária da manutenção de mais do que aquilo que é o lado material das construções. Pode ser vista por todos os grupos de mutirantes formados, pela União Nacional por Moradia Popular, enfim, por todos os movimentos populares e até por individualistas como demonstração de que o povo organizado é a principal alternativa para resolver os seus maiores problemas.

REFERÊNCIAS

ALGRANTI, Leila Mezan. Famílias e vida doméstica. In: DE MELLO E SOUZA, Laura (Org.). **História da Vida Privada no Brasil**. São Paulo: Companhia da Letras, 2007.

ALMEIDA, Caliane Christie. O engenheiro-arquiteto Rubens Porto e os Institutos e Caixas de Aposentadorias e Pensões (IAPs/CAPs): contribuições para a formulação de uma política pública habitacional no Brasil na década de 1930. In: **Artigos e Ensaios**. nº8, 2008.

ARANTES, Otília Beatriz. Arquitetura Simulada. In: NOVAES, Adauto (Org.). **O Olhar**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

BACHELARD, Gaston. **O Direito de Sonhar**. São Paulo: Difel, 1985.

_____. **A formação do Espírito Científico: Contribuição para uma psicanálise do conhecimento**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

_____. **A Poética do Espaço**. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

_____. **A terra e os devaneios da vontade – Ensaio sobre a imaginação das forças**. São Paulo, Martins Fontes, 2001.

BARAVELLI, José Eduardo. **O cooperativismo uruguaio na habitação social de São Paulo: das cooperativas FUCVAM à Associação de Moradia Unidos de Vila Nova Cachoeirinha**. 2006. 170 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – Universidade de São Paulo, 2006.

BARBORA, Elyana e BULCÃO, Marly. **Bachelard: Pedagogia da razão, pedagogia da imaginação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

BIRNIE, Arthur. **Historia Econômica de Europa**. Tradução para o espanhol de Daniel Cosío Villegas. México, Fondo de Cultura Econômica, 1940.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. Tradução de Carmen C. Varriale. Brasília, Ed. UnB, 4ª edição, 1992.

BOLAFFI, Gabriel. Habitação e Urbanismo: o Problema e o Falso Problema. In: MARICATO, Ermínia (org.). **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil Industrial**. 2ª edição. São Paulo: Editora Alfa-ômega, 1982.

BONDUKI, Nabil. Habitação, mutirão e autogestão. In: BONDUKI, Nabil. (Org.). **Habitat: As práticas bem-sucedidas em habitação, meio ambiente e gestão urbana nas cidades brasileiras**. São Paulo: Studio Nobel, 1996.

BULCÃO, Marly. Materialismo, Dialética e Trabalho: uma perspectiva original. In: **Revista Filosófica Brasileira**. G. Bachelard. UFRJ, Vol. VI. nº1. Outubro 1993.

CARDOSO, Adauto Lúcio (coord). **Habitação Social nas Metrôpoles Brasileiras – Uma avaliação das políticas habitacionais em Belém, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro e São Paulo no final do século XX**. Porto Alegre: ANTAC, 2007.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. São Paulo: Editora Ática, 1989.

HALL, Peter. **Cidades do Amanhã: uma história intelectual do planejamento e do projeto urbanos no século XX**. São Paulo: Perspectiva, 2009.

HOUAISS, Antônio, VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

KORNIS, George e EARP, Fábio Sá. Transformações Sociais e Legislação Trabalhista sob Getúlio Vargas. In: SILVIA, Raul Mendes e outros (Org), **Getúlio Vargas e seu Tempo**. Rio de Janeiro, BNDES, 2004.

LIMA BARRETO, Afonso Henriques de. O Barracão. In: SANTOS, Affonso Carlos Marques (Coord.). **O Rio de Janeiro de Lima Barreto**. Rio de Janeiro, Rioarte, 1983.

LOBO, Eulália; CARVALHO, Lia; STANLEY, Myriam. **Questão habitacional e o movimento operário**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1989.

MARICATO, Ermínia; coordenação: LOCONTE, Wanderley. **Habitação e Cidade**. São Paulo: Atual, 1997.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. Tradução de Reginaldo Sant'Anna, 11ª edição, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

MARX, Karl. **O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte**. Tradução desconhecida. Marx e Engels, Textos, Volume 3. São Paulo: Edições Sociais, 1977.

MÁXIMO, João e DIDIER, Carlos. **Noel Rosa: uma biografia**. Brasília : Editora da Universidade de Brasília, 1990.

MELO, João Manuela Cardoso de e NOVAIS, Fernando. **Capitalismo Tardio e Sociedade Moderna**. Campinas: Editora Unesp, 2009.

MIRANDA Netto, Antonio Garcia de (org.). **Dicionário de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1986, v. 1.

NASCIMENTO, Flávia Brito do. **Entre a Estética e o Hábito: O departamento de habitação popular**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal das Culturas, Coordenadoria de Documentação e Informação Cultural, Gerência de Informação, 2008.

PECHMAN, Robert. Quando Hannah Arendt vai à cidade e encontra com Rubem Fonseca; ou da cidade, da violência e da política. In: NASCIMENTO, Durval; BITENCOURT, João Batista (Orgs.). **Dimensões do Urbano: Múltiplas facetas da cidade**. Chapecó. Argos, 2008.

PESSANHA, José Américo. A Água e o Mel. In: NOVAES, Adauto (Org.). **O Desejo**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1990.

_____. A Solidão Feliz. In: **Revista Filosófica Brasileira**. G. Bachelard. UFRJ, Vol. 6, nº1. Outubro de 1993.

_____. As Asas da Imaginação. In: BACHELARD, Gaston. **O Direito de Sonhar**. São Paulo: DIFEL, 1985.

_____. Bachelard e Monet: O Olho e a Mão. In: NOVAES, Adauto (Org.). **O Olhar**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

_____. Razão Humana, Razão Divina. In: **Revista Filosófica Brasileira**. CAPES e UFRJ, Vol. 1, nº0. Dezembro de 1981.

PESSOA, Fernando. **Seleção Poética**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1971.

PETITFILS, Jean-Christian. **Os Socialismo Utópicos**. Tradução de Waltensir Dutra. São Paulo: Círculo do Livro, 1977.

PINSKY, Jaime e Carla Bassanezi (orgs.). **História da Cidadania**. São Paulo, Editora Contexto, 2003.

PORTO, Rubens. **O problema da casa dos operários e os Institutos de Casa de Pensões**. Tese apresentada na 2ª Semana de Ação Social do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, 1938.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do Contrato Social**. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

TOCQUEVILLE, Alexis De. **A Democracia na América**. Tradução de J. A. G. Albuquerque. São Paulo: Abril Cultural, Coleção "Os Pensadores", v. XXIX, 1973.

URDANOZ, Teófilo. **Historia de La Filosofia**. Madrid, Biblioteca de Autores Cristianos, volume V, 1975.

WEBER, Max. **A política como Vocação**. Tradução de Waltensir Dutra. "Ensaio de Sociologia". Rio de Janeiro: Zahar Editores, 3ª edição, 1974.

WILDE, Oscar. **A Alma do Homem sob o Socialismo**. Tradução de Oscar Mendes. *Oscar Wilde: obra completa*. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 1986.

_____. **As melhores frases de Oscar Wilde**. Tradução Dau Bastos. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

DOCUMENTOS

MINHA CASA MINHA VIDA – ENTIDADES. Manual do Beneficiário: apresentação de propostas. Caixa Econômica Federal, 2009.

Caderno de Orientação Técnica Social – Programas Setor Público. Caixa Econômica Federal, 2010.

Repertório de músicas de carnaval de 1997 e 1998. Preparado pelas editoras: Vitale e Todamérica, 1998.

MÚSICAS

BATISTA, Wilson; MARTINS, Roberto. **Pedreiro Waldemar.** Disponível em: <http://www.samba-choro.com.br/s-c/tribuna/samba-choro.0108/0350.html>. Acesso em 8 novembro 2011.

BUARQUE, Chico. **A Banda.** Disponível em: <http://letras.terra.com.br/chico-buarque/45099/>. Acesso em 20 dezembro 2011.

BAIANA, João da. **Batuque na Cozinha**. Disponível em: <http://letras.cifras.com.br/joao-da-baiana/batuque-na-cozinha>. Acesso em 20 dezembro 2011.

ROSA, Noel. **João Ninguém**. Disponível em: <http://letras.terra.com.br/noel-rosa-musicas/542663/>. Acesso em 20 dezembro 2011.

HYLDON. **Na Rua, Na Chuva, Na Fazenda**. Disponível em: <http://letras.terra.com.br/hildon/350517/>. Acesso em 20 dezembro 2011.

BARROS, Ary, PEIXOTO, Luiz. **Longe de você**. Disponível em: http://www.discosdobrasil.com.br/discosdobrasil/consulta/detalhe.php?Id_Musica=MU006406. Acesso em 20 dezembro 2012.

BARBOSA, Orestes; CALDAS, Silvio. **Chão de Estrelas**. Disponível em: <http://natura.di.uminho.pt/~jj/musica/html/brasil-chaoDeEstrelas.html>. Acesso em 20 dezembro 2012.

AGEPE. **Moro onde não mora ninguém**. Disponível em: <http://letras.terra.com.br/agepe/43997/>. Acesso 20 dezembro 2012.

JOBIM, Tom. **Por Causa de Você**. Disponível em: <http://letras.terra.com.br/tom-jobim/49058/>. Acesso 20 dezembro 2012.

APÊNDICE 1

O cooperativismo em perspectiva histórica

Os antecedentes históricos do processo de construção autogestionária da moradia popular estão no cooperativismo. Podemos mesmo dizer que é uma das suas possibilidades, porém, só conhecida nos últimos tempos, uma vez que a habitação popular como objeto dessa modalidade de realização de necessidades coletivas demorou a ser descoberta pelos seus possíveis beneficiários. Por isso, vamos falar dessas raízes antes de entrar no tema específico desta dissertação.

As organizações cooperativistas de ajuda mútua existem na maioria dos países do mundo, tanto nos países desenvolvidos quanto nos países subdesenvolvidos, em áreas urbanas e em áreas rurais. A maneira cooperativista de trabalho pode se apresentar de diversas formas, variando desde organizações locais até centralizadas com organização e incentivos federais, podendo ser encontradas tanto nas sociedades mais altamente especializadas quanto nas que congregam várias profissões.

Desde os tempos mais remotos, os povos se uniam para trabalhar em pequenos ou em grandes grupos com a finalidade de atingir objetivos sociais, religiosos ou econômicos. Porém, a cooperativa moderna não possui muito mais do que 150 anos de existência, embora se possa falar de esforços cooperativistas há pouco mais de 200 anos nos Estados Unidos.

A primeira filosofia social de base para o que hoje pode ser considerado cooperativismo, foi formulada durante a primeira metade do século XIX por escritores como Charles Fourier (1772-1836), na França, e Robert Owen (1771-1858), na Inglaterra, ambos passaram para a história com a denominação de socialistas utópicos dada por Marx, que não foi de modo algum depreciativa.

Charles Fourier pretendeu ser o Isaac Newton da vida social. Inspirado em Rousseau, acreditava numa necessária harmonia entre as múltiplas paixões naturais dos homens. A forma de associação que propôs, a “falange”, devia ter 1620 associados vivendo em “falanstérios”, propriedades com área para cultivo de forma cooperativa com regulamentação da produção e do consumo, com a família sendo a célula da “falange”, mas com liberdade sexual

para todos, sendo a educação voltada para todos e para a formação em vários ofícios manufatureiros e industriais, além dos conhecimentos de agricultura.

Quanto a Robert Owen, foi um próspero industrial nas manufaturas que usavam algodão como matéria-prima, na Inglaterra e na Escócia, com grande sucesso no início do século XIX. Mas não pensou em si mesmo como empresário e sim nos trabalhadores como aqueles que deviam ser os principais beneficiários de suas iniciativas e da sua prosperidade. Por isso propôs entre outras reformas, a limitação das horas diárias e semanais de trabalho, principalmente dos meninos.

Impressionado com o contraste entre o desenvolvimento industrial e a vida cada vez mais difícil dos operários, resolveu dedicar sua vida a encontrar na teoria e na prática um novo sistema social. Também inspirado em Rousseau, seus pontos principais eram a vida comunitária e o retorno à natureza. Entre outras coisas que inspirou e teve realização, está a educação para as crianças dos dois aos seis anos de idade, o “jardim de infância”. Suas tentativas de realização de seu ideal foram as colônias coletivistas, “New Harmony”, que criou nos Estados Unidos em vários estados e que fracassaram por falta de pessoas capazes e da hostilidade de grupos religiosos.

A estrutura básica organizacional do cooperativismo como mais se aproxima dos dias de hoje pode ser datada de 1844 com a fundação, na Inglaterra, da primeira cooperativa de consumidores, a “Rochdale Society of Equitable Pioneers”. Tal sociedade criou uma série de regras organizacionais e de trabalho, ficando conhecida como “Os princípios de Rochdale”, e foi adotada, com modificações, por muitos países e usada em inúmeras cooperativas. Tais princípios possuíam por base a democracia e a não discriminação por conta de escolhas religiosas e políticas. Os membros da cooperativa possuíam duas relações com a associação; ao contribuírem com o capital arrecadado, tornavam-se além de trabalhadores, sócios ou patrões.

Como já dissemos, o movimento cooperativista britânico tem suas origens nos trabalhos de Owen, no começo do século XIX. Nesta época já haviam instâncias de compra conjunta, produção conjunta e venda conjunta, porém, elas nunca constituíram ou organizaram um movimento. Para Owen, a

formação do caráter humano era a questão primordial a ser trabalhada. A felicidade de cada um dependia das características de todos. Sobre o sistema existente, ele observou que más características eram formadas por causa do incentivo à avareza.

O que dificultava o trabalho conjunto era o fato de todos serem instruídos para buscar o ganho pecuniário e isso fazia os mais genuínos sentimentos humanos serem sacrificados pela adoração por acumulação. A competição e a busca pelo lucro resultaram na exploração do trabalho, desemprego, aumento da pobreza, miséria e crime. Owen colocava que a cooperativa era um remédio para tais males humanos. Por contar com a concordância daqueles que rejeitavam aquele modo capitalista de viver, suas ideias foram inspiradoras de um movimento que deu origem a uma série de experiências cooperativistas pela Inglaterra e pela Europa.

Entre 1828 e 1830, o Dr. William King passou a publicar uma revista mensal intitulada “The Cooperator”, que possuía grande circulação e a qual foi profundamente estudada pelos trabalhadores owenianos. A revista explicava como trabalhadores podiam desenvolver comunidades cooperativistas através da cooperativa de comércio e de produção. Segundo ele, o verdadeiro ato de cooperação seria importante para incrementar o caráter e as mudanças naturais nos homens. Os melhores e mais benéficos efeitos da cooperação seriam sobre o caráter moral dos homens, o que pode ser considerado o seu fim e a consumação de sua causa.

De acordo com sua teoria, uma pequena quantidade de dinheiro poderia ser arrecadada através de assinaturas e da abertura de lojas. O gerenciamento de tais tarefas acrescentaria experiência e conhecimento para mais tarde conduzirem empreendimentos maiores. Os lucros não deveriam ser gastos, mas sim acumulados para financiar outros empreendimentos cooperativistas, permitindo que os cooperados construíssem suas próprias casas, suas próprias escolas e educassem suas crianças com base nos princípios cooperativistas, adquirindo seus próprios meios de gerar tarefas e agregar a comunidade como um todo.

Um vigoroso movimento rapidamente se desenvolveu. William King afirmou que depois de 1830 mais de 300 comunidades foram criadas com base nos ensinamentos de sua revista. Na mesma época ocorreram congressos sobre cooperativismo e uma cooperativa de venda por atacado foi criada. O modelo de William King possuía certa semelhança com os princípios e regras adotados mais tarde pelos “Pioneiros de Rochdale”.

Uma das comunidades descritas acima foi formada em 1837, em Rochdale. Era uma comunidade ativa com uma instituição social que promovia palestras ministradas por owenianos e também pelo próprio Owen. A instituição sócio-educacional funcionava tanto durante o dia como durante a noite. Foi esse grupo de owenianos que fundou a “Rochdale Society of Equitable Pioneers” em 1844, geralmente referida como o ponto de partida do movimento cooperativista moderno.

A lista de regras e práticas adotadas por essa comunidade varia bastante de autor para autor, pois os “Pioneiros de Rochdale” não escreveram nenhum documento discorrendo sobre seus princípios. Mesmo assim, há indícios de que tais princípios seriam: parceria voluntária, controle democrático, interesse limitado, divisão das compras, educação, negociar apenas por bens sem adulteração, com medida e pesos honestos e neutralidade política e religiosa.

A comunidade superou problemas iniciais, incluindo a severa depressão de 1847. Alcançou tamanho sucesso que se tornou modelo não só para a sociedade inglesa como também para outras sociedades do mundo. Rochdale é sempre lembrada por uma de suas características principais: a distribuição dos rendimentos, o lucro não poderia ser usado para uso individual. Os membros mais antigos eram entusiastas da educação. Para eles, a formação do caráter humano era mais importante do que a atividade comercial.

O lugar dos “Pioneiros de Rochdales” na história do cooperativismo não se restringe apenas aos famosos “Princípios de Rochdale”, porque neles, é preciso dizer, houve muito pouco de original. Quanto a princípios, os owenianos foram os fundadores do movimento cooperativista. Mas foram os homens de Rochdale que trabalharam para que o desenvolvimento das práticas cooperativistas ocorresse também fora de sua comunidade. Muitas

sociedades cooperativistas foram inspiradas e orientadas pelos homens de Rochdale.

Já nos Estados Unidos, o esforço cooperativista foi iniciado por grupos de trabalhadores, numa história que começou sem qualquer ligação prática ou teórica com o que ocorreu na Europa. Um exemplo disso é o “Journeyman Cordwainer’s Union of Baltimore”, empreendimento cooperativista de produção e venda de botas e sapatos que começou em 1794. Dois grupos de trabalhadores inauguraram lojas com base no trabalho cooperativista em 1829, uma na Filadélfia e a outra em Nova York. Dois anos depois o sistema cooperativista de produção foi discutido na primeira convenção anual da “New England Association of Farmers, Mechanics and other Workingmen”.

A primeira cooperativa rural de que se tem registro nos Estados Unidos produzia laticínios e foi estabelecida em Goshes Conn, em 1810. Por volta de 1867 já existiam mais de 400 cooperativas de laticínio no leste do Estados Unidos. Em Meados do século XIX, milhares de cooperativas ao longo do mundo respeitavam e acolhiam seus princípios. Em 1874, a Fundação Nacional de Grange investiu capital para a criação de diversas cooperativas rurais. Seu objetivo era fazer com que produtores e consumidores, fazendeiros e manufactureiros pudessem ter a mais direta e estreita relação possível. Com isso, as cooperativas rurais foram crescendo e em 1874 a Fundação Nacional de Grange enviou um representante para a Inglaterra para estudar o sistema de Rochdale e trazer para o leste dos Estados Unidos a forma de operar das cooperativas de Rochdale. Décadas mais tarde, fazendeiros e associações de fazendeiros do leste americano incentivaram e colaboraram com a criação de diversas cooperativas em outros territórios dos Estados Unidos.

Em sua técnica operacional, as cooperativas americanas se assemelham a outros tipos de negócios, por uma série de motivos. A propriedade da cooperativa pertence aos patrões e não aos investidores, estes, podem ou não ser patrões. Os rendimentos anuais pertencem aos membros-proprietários e são distribuídos de acordo com a porcentagem de controle que cada um possui.

Devido ao fato de as cooperativas serem associações de voluntários que podem se retirar ou se afastar da coordenação a qualquer momento, elas são totalmente dependentes da participação e da lealdade de seus membros-proprietários. Algumas cooperativas requerem uma grande quantidade de capital para a compra de equipamentos que deve ser financiada pelos seus proprietários-membros.

Em geral, as cooperativas americanas foram diminuindo em número e crescendo em tamanho. Ao contrário de outras cooperativas no mundo, elas são incentivadas, mas não financiadas pelas organizações federais. Em geral, as cooperativas rurais têm recebido mais assistência do que outros tipos de cooperativas.

Na África, após a Segunda Guerra Mundial, o movimento cooperativista cresceu rapidamente. Os africanos juntaram a técnica avançada de sua agricultura com a fabricação de maquinário e técnicas de trabalho agrícola. A maioria dessas cooperativas seguiu o modelo de Rochdale. Nos territórios britânicos, o movimento cooperativista foi incentivado pelo governo que contribuiu com a criação das novas cooperativas. Na Nigéria, o mercado de cacau foi rapidamente abraçado pelas cooperativas que começaram por volta de 1922, seguido de outro tipo de cooperativa, a de crédito e consumo. Em outras regiões, as cooperativas trabalhavam com o algodão e o café.

Na África francesa, alguns modelos de cooperativa faliram. No sul da África houve maior desenvolvimento de cooperativas do continente, liderado pelas cooperativas de consumo e agrícolas.

Na Turquia, Jordânia, Egito e Iraque, no século XX, apareceram algumas cooperativas de crédito e também cooperativas de habitação. Em Israel, surgiram cooperativas oriundas do movimento operário. A cooperativa rural mais conhecida pelo mundo, o Kibutz, teve papel essencial na formação do Estado judeu. Nos Kibutz, toda propriedade era de gestão coletiva e trabalho também era organizado coletivamente.

O movimento cooperativista na América Latina foi liderado pelos imigrantes europeus por volta do começo do século XX. Em sua maioria, as

cooperativas implementadas foram para atividades agrícolas, provimento de bens de consumo, programas de construção de habitação e facilitadoras de crédito. Tais cooperativas ocorreram em maior incidência na Argentina, Chile e Brasil. No Uruguai, existiam apenas cooperativas rurais. Somente mais tarde, no final do século XX, que irá surgir a Federação Uruguaia de Cooperativas de habitação por Ajuda Mútua (FUCVAM), exemplo de cooperativa que Jurema, nossa principal personagem visita em busca de oportunidades de intercâmbio de experiências.

No Brasil, o registro do surgimento do cooperativismo data de 27 de outubro de 1889, quando os funcionários públicos de Ouro Preto fundaram sua "Sociedade Cooperativa Econômica" na cidade de Minas. A primeira cooperativa de crédito brasileira foi constituída em 28 de dezembro de 1902 na localidade de Linha Imperial, município de Nova Petrópolis (RS): a "Caixa de Economia e Empréstimos Amstad, posteriormente batizada de "Caixa Rural de Nova Petrópolis". Já em 8 de setembro de 1925, foi constituída em Porto Alegre (RS), graças à reunião de 18 cooperativas, a "Central das Caixas Rurais da União Popular do Estado do Rio Grande do Sul – Sociedade Cooperativa de Responsabilidade Ltda.", a primeira cooperativa central unicamente de crédito no Brasil.

Muitas cooperativas foram criadas, a maior parte das vezes agrícolas, para cana-de-açúcar, cacau, bananas, café, mate e outros produtos dessa ordem. Acontece que não é essa a nossa proposta. Nossa proposta diz respeito a uma associação de finalidade bem diferente, mas que talvez não tivesse surgido sem essa história e por isso justifica este apêndice.

APÊNDICE 2

Entrevistas

Alexandre Correia de Oliveira – Arquiteto da Fundação Bento Rubião e responsável pelo projeto e pela assessoria do conjunto de casas do Grupo Esperança.

Entrevista 01

Dia: 21.05.2011

Duração: 33 min.

Entrevista 02

Dia: 28.05.2011

Duração: 11 min.

Entrevista 03

Dia: 20.08.2011

Duração: 28 min.

Alexandre de Almeida – Morador do conjunto Shangri-lá.

Dia: 12.11.2011

Duração: 18 min.

Ana Carolina – Mutirante do Grupo Esperança.

Dia: 20.08.2011

Duração: 12 min.

Donizette Fernandes de Oliveira – Coordenador Nacional da União dos Movimentos de Moradia da Grande São Paulo e Interior.

Dia: 15.12.2010

Duração: 47 min.

Fernando – Mutirante e integrante da comissão de coordenação Grupo Esperança (mestre de obras).

Dia: 21.05.2011

Duração: 15 min.

Gilda Rebelo – Morador do conjunto Shangri-lá.

Dia: 14.05.2011

Duração: 31 min.

João Candido – Morador do conjunto Shangri-lá.

Dia: 14.05.2011

Duração: 42 min.

José Ambrósio – Mutirante e integrante da comissão de coordenação Grupo Esperança.

Dia: 21.05.2011

Duração: 42 min.

Jurema Constancio – Moradora de Shangri-lá e líder comunitária.

Entrevista 01

Dia: 12.03.2011

Duração: 43 min.

Entrevista 02

Dia: 14.05.2011

Duração: 37 min.

Entrevista 03

Dia: 20.08.2011

Duração: 28 min.

Entrevista 04

Dia: 31.03.2012

Duração: 34 min.

Luciana – Mutirante do Grupo Esperança

Dia: 21.05.2011

Duração: 13 min.

Luzia Nogueira de Araujo – Mutirante do Grupo Esperança

Dia: 20.08.2011

Duração: 29 min.

Maria do Nascimento Braga – Moradora de Shangri-lá

Dia: 12.11.2011

Duração: 34 min.

Marinalva Fernandes da Silva – Mutirante do Grupo Esperança

Dia: 20.08.2011

Duração: 19 min.

Marlene – Mutirante e integrante da comissão de coordenação do Grupo Esperança.

Dia: 18.06.2011

Duração: 20 min.

Neide Aparecida – Mutirante do Grupo Esperança

Dia: 21.05.2011

Duração: 21 min.

Sandra Kokudai – Assistente Social da Fundação Bento Rubião e integrante da assessoria do Grupo Esperança.

Dia: 20.07.2011

Duração: 1 h 21 min.

Valter dos Santos Esteves – Morador do Conjunto Shangri-lá.

Dia: 21.11.2011

Duração: 41 min.